

ITALO BELTRÃO SPOSITO

INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PALMAS TO - BRASIL - 2024

ITALO BELTRÃO SPOSITO

INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS DE PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS



PALMAS TO - BRASIL - 2024

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitor

Marcelo Leineker Costa

Chefe de Gabinete

Emerson Subtil Denicoli

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (PROEX).

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (PROGEDEP)

Michelle Matilde Semiguem Lima Trombini Duarte

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sânzio Pimenta

Pró-Reitor de Tecnologia e Comunicação (PROTIC)

Ary Henrique Morais de Oliveira

Conselho Editorial

Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Membros do Conselho por Área

Ciências Biológicas e da Saúde

Eder Ahmad Charaf Eddine
Marcela Antunes Paschoal Popolin
Marcio dos Santos Teixeira Pinho

Ciências Humanas, Letras e Artes

Barbara Tavares dos Santos
George Leonardo Seabra Coelho
Marcos Alexandre de Melo Santiago
Rosemeri Birck
Thiago Barbosa Soares
Willian Douglas Guilherme

Ciências Sociais Aplicadas

Roseli Bodnar
Vinicius Pinheiro Marques

Engenharias, Ciências Exatas e da Terra

Fernando Soares de Carvalho
Marcos André de Oliveira
Maria Cristina Bueno Coelho

Interdisciplinar

Ana Roseli Paes dos Santos
Ruhena Kelber Abrão Ferreira
Wilson Rogério dos Santos

Direção Artística da capa: Joilene Lima

Adaptação de imagens: Joilene Lima

Diagramação: Claudio Franco

Autor: Italo Beltrão Sposito

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins (SISBIB)
Campus Universitário de Palmas

S764i Sposito, Italo Beltrão

Introdução aos métodos de pesquisa em relações internacionais. / Italo Beltrão Sposito. – 1. ed. - Palmas, TO: EDUFT, 2023.
134p.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5390-080-6.

1. Relações internacionais - Pesquisa. 2. Pesquisa - Metodologia.
I. Título.

CDD 327.072

Bibliotecária: Roseane da Silva Pires

CRB2 / 1.211

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial,
de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é
autorizado desde que citada a fonte.

Às trabalhadoras que, nos últimos anos, cuidam e cuidaram da minha família e da minha casa, especialmente, Inaiá, Jucélia, Edvânia, Giucélia, Paula, Ana Beatriz e Aurelice.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - COMO OS MÉTODOS PERMEARAM OS DEBATES TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	11
1.1. CONCEITOS BÁSICOS ESSENCIAIS AO LIVRO	11
1.2. METODOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E ONTOLOGIAS NOS GRANDES DEBATES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS	15
CAPÍTULO 2 - DESENHOS DE PESQUISA	29
2.1. DEFINIÇÕES E COMPONENTES DOS DESENHOS DE PESQUISA	30
2.2. INFERÊNCIAS VÁLIDAS E SEUS DESAFIOS	35
2.3. VARIAÇÕES DOS DESENHOS DE PESQUISA	39
CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA QUALITATIVA	47
3.1. TÉCNICAS APLICADAS NA METODOLOGIA QUALITATIVA	53
3.1.1. RASTREAMENTO DE PROCESSO (N-PEQUENO)	53
3.1.2. COMPARAÇÃO SIMPLES (N-PEQUENO)	55
3.1.3. ANÁLISE HISTÓRICA COMPARADA (N-PEQUENO/MÉDIO)	56
3.1.4. TIPOLOGIAS EXPLICATIVAS (N-PEQUENO/MÉDIO)	58
3.1.5. ANÁLISE QUALITATIVA COMPARADA (QCA) (N-MÉDIO)	60
3.2. AS VARIAÇÕES QUALITATIVAS	62
3.3. ENCERRANDO O CAPÍTULO	65
CAPÍTULO 4 - MÉTODO HISTÓRICO E HISTORICISMO	67
CAPÍTULO 5 - DESCRIÇÕES DENSAS E A APLICAÇÃO DA ETNOGRAFIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	79
CAPÍTULO 6 - METODOLOGIA QUANTITATIVA	92
6.1. OS DADOS E SEU TRATAMENTO	95
6.2. BREVE INTRODUÇÃO AOS MODELOS FORMAIS E ESTATÍSTICOS	103
CAPÍTULO 7 - MÉTODOS MISTOS OU ABORDAGENS MULTIMÉTODOS	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	124

INTRODUÇÃO

A área de Relações Internacionais (RI) no Brasil ainda não usa amplamente métodos e técnicas de pesquisa. Levantamento feito por Carvalho, Gabriel e Lopes (2021) incluindo as duas grandes revistas da área no Brasil (Contexto Internacional e Revista Brasileira de Política Internacional), entre 2009 e 2019, apontam que a maioria dos artigos publicados nelas não identifica as escolhas metodológicas dos autores; mais da metade sequer menciona ferramentas usadas para analisar os dados. O mesmo cenário se repete na América do Sul (MEDEIROS et al., 2016): entre 8.000 artigos de 30 revistas sul-americanas, o total de artigos que explicitamente menciona o método utilizado não passa de 14%.

Tais resultados refletem a, ainda que crescente, baixa oferta de conteúdos em metodologia nos programas de pós-graduação em RI e áreas afins no Brasil. De acordo com Albuquerque, Mesquita e Lira Brito (2022), de 30 cursos analisados, “13 (43%) ofereciam apenas uma disciplina obrigatória de métodos e 12 (40%) ofertavam duas. Para três cursos (10%), não foi possível identificar qualquer disciplina obrigatória de métodos” com as “disciplinas metodológicas corresponderam a uma média de 29,7% da carga horária obrigatória total” (p. 13). A baixa oferta resulta em disciplinas mais generalistas e introdutórias, deixando o processo de formação de cientistas separado dos amplos avanços recentes do debate. Ainda que a oferta tenha se expandido e se faça presente em todos os casos estudados, os efeitos ainda são fracos.

Ademais, há uma escassez de autores nacionais e, consequentemente, material publicado em português de modo a incluir de forma ampla a comunidade epistêmica (ALBUQUERQUE; MESQUITA; LIRA BRITO, 2022). Mesmo que sejam notórios os aumentos de interesse dos pesquisadores/as e professores/as nestes debates e de publicações de autores nacionais, o emprego de métodos no Brasil ainda é significativamente menor do que em grandes revistas internacionais (CARVALHO; GABRIEL; LOPES, 2021).

Por fim, cabe mencionar que, apesar de geralmente embrelhadas e relacionadas, há uma diferença em termos de utilização e publicação em temas de métodos e metodologias entre as áreas de Ciência Política e Relações Internacionais. A espelho do que acontece em nível internacional, a primeira já tem se inserido neste debate há mais tempo. É comumente mencionado o trabalho de Soares (2005) sobre a identificação de um potencial “calcanhar metodológico” no

debate da Ciência Política no Brasil. Nesta área, é possível notar um significativo crescimento de menções a palavras relacionadas à metodologia nas últimas duas décadas, demonstrando um aumento da preocupação de cientistas políticos brasileiros com metodologias e utilização de técnicas qualitativas e quantitativas (FIGUEIREDO FILHO et al., 2021).

A área de Relações Internacionais, por sua vez, ainda carece de debates próprios e avanços mais consistentes, conforme os dados levantados por autores da área tem mostrado. Buscando contribuir com este avanço, o objetivo deste livro é introduzir estudantes, pesquisadoras e pesquisadores de Relações Internacionais nos principais métodos de pesquisa na área. O livro tenta contribuir com uma lacuna específica que é a falta de conteúdo acessível a iniciantes no assunto, utilizando uma abordagem e trazendo conteúdo diferente de alguns livros sobre metodologia científica publicados no Brasil, já que transita por uma gama mais ampla de métodos (além do qualitativo) e centra-se em publicações e aplicações na área de RI, ainda que, em muitos momentos, utiliza referenciais e conteúdos da Ciência Política. O acesso livre e gratuito ao seu conteúdo facilitará a entrada dos interessados no debate.

Para isso, iniciamos o livro com uma discussão da evolução em metodologia especificamente na área e, apesar de seu foco na tradição qualitativa, mais comumente utilizada na produção científica nacional, aborda também os métodos quantitativos e mistos. O livro também apresenta aplicações dos métodos, de forma a exemplificar como já foram utilizados na área.

Há uma limitação no escopo que é discutir apenas métodos para estudos observacionais (já que os experimentos são apenas tratados marginalmente neste livro). Ainda assim, estudos observacionais representam o principal da produção nacional e internacional, de modo que, a partir deste livro, conseguir-se-á interpretar os resultados da maioria das pesquisas. Além disso, será possível adquirir conhecimento introdutório e caminhos para avançar os estudos em aplicação de técnicas de pesquisa mais sofisticadas que são apresentadas no livro, tais como *process tracing*, *qualitative comparative analysis* (QCA) ou mínimos quadrados ordinários (modelo estatístico). Para suas aplicações, o pesquisador ou pesquisadora encontrará referências para aprofundar seus conhecimentos, ainda que para isso, em alguns casos, terá que dominar a leitura em língua inglesa.

Entrar no debate de métodos é essencial porque há uma demanda crescente pela apresentação de um desenho de pesquisa ou método empregado nos periódicos; nas principais revistas internacionais, ignorar esta questão provavelmente implica uma rejeição antes de alcançar a análise cega de pares (*desk rejection*). Ademais, com a crescente sofisticação nas técnicas e a explosão de dados para análise dos mais diferentes fenômenos internacionais estão tornando necessário aos pesquisadores o domínio de variados métodos de pesquisa.

Por isso, neste livro buscaremos percorrer os métodos mais aplicados em RI, iniciando com a metodologia qualitativa, o guarda-chuva das Ciências Sociais que abriga desde abordagens positivistas às subjetivas, e transitando desde abordagens mais subjetivas, como o método histórico e as descrições densas (etnografia), às positivistas, como a metodologia quantitativa e os métodos mistos.

Leitores e leitoras poderão optar por ler um ou outro capítulo individualmente, sem prejuízo de seu entendimento. Contudo, há interlocução entre seus conteúdos e o livro foi estruturado de forma a introduzir o leitor nos debates e, depois, passar dos métodos com amostras pequenas aos de amostra grande. Assim, no primeiro capítulo apresentamos como o campo das RI foi permeado por uma multiplicidade de abordagens metodológicas, com diferentes bases epistemológicas e ontológicas. Este retrospecto histórico servirá de introdução, já que irá apresentar e relacionar as principais correntes teóricas das RI com suas bases filosóficas e aplicações metodológicas. No segundo capítulo, continuaremos com essa tarefa, mas já sistematizando as diferenças na discussão sobre desenhos de pesquisa. Nele, apresentaremos suas bases, intimamente relacionadas com os padrões de conhecimento científicos discutidos acima, além de discutir suas variações, conectadas às variações epistemológicas e à clivagem entre métodos qualitativo e quantitativo. No terceiro capítulo, apresentamos os métodos qualitativos, o mais amplamente utilizado e diverso em termos epistemológicos e ontológicos. Nele estão inclusos desde os estudos de caso únicos, o tipo mais aprofundado de análise de um fenômeno, até abordagens comparadas que alcançam amostras médias. Também dentro de seu universo se incluem os métodos debatidos nos capítulos 4 (método histórico) e 5 (descrições densas – etnografia), fechando as principais abordagens utilizadas para estudar um único ou um pequeno grupo de casos. No capítulo 6 apresentamos os métodos quantitativos, mais presentes na literatura internacional e ainda

pouco utilizados no Brasil, buscando ilustrar suas potencialidades e apresentar dados para sua aplicação. O capítulo seguinte (7) trabalha com os métodos mistos, abordagem em crescente aplicação internacionalmente e que pode servir como uma poderosa ferramenta para aproveitar as fortalezas das diferentes tradições metodológicas. Encerramos o livro com uma breve seção concludente.

CAPÍTULO**1****COMO OS MÉTODOS PERMEARAM OS DEBATES
TEÓRICOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS****1.1. CONCEITOS BÁSICOS ESSENCIAIS AO LIVRO**

Este e o próximo capítulo (1 e 2) são transversais ao livro. Nele trataremos de conceitos e temáticas que permeiam os capítulos posteriores em que são debatidos os métodos específicos, separadamente. Portanto, além de introduzirem o debate do livro, também servem para situar cada um dos métodos apresentados nos capítulos posteriores nos contextos epistemológico e ontológico mais amplos.

Por isso, antes de nos debruçarmos nos diferentes métodos, é essencial introduzir os leitores e leitoras em conceitos básicos que são essenciais para a compreensão dos debates apresentados no livro. Primeiramente, devemos ter em mente que a metodologia é o que diferencia o conhecimento científico do senso comum. O primeiro é alcançado de modo racional e conduzido por procedimentos científicos que envolvem os métodos, um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que permitem auxiliar o cientista em suas decisões, identificar erros no processo e, finalmente, alcançar conhecimentos válidos (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O conhecimento científico é universal, impessoal, deve estar sujeito ao ceticismo organizado e se diferencia de outros tipos de conhecimento pelo método. Assim, a ciência é uma construção coletiva e cumulativa que tem um caráter provisório, já que as teorias e achados estão sempre suscetíveis a revisões a partir da apresentação de novas evidências. Por isto, as teorias devem ser consideradas provisórias, ou seja, não são verdades absolutas e estão sujeitas a serem refutadas caso se apresentem novas evidências contrárias (DE VAUS, 2001).

King, Keohane e Verba (1994) colocam que o objetivo da ciência é desenvolver inferência descritiva (usar observações sobre o mundo para aprender sobre outros fatores não observados) ou causal (aprender sobre efeitos causais com base nos dados observados). A primeira é essencial para desenvolver a segunda, ainda

que ambas dependam das regras da inferência científica e haja uma relação interativa entre eles. Além disso, o pesquisador ou pesquisadora precisa adotar procedimentos públicos quanto aos métodos, codificação e resultados, para permitir à comunidade julgar a validade das inferências, replicar os resultados, compreender suas limitações e buscar superá-las. Ademais, tomar como premissa que as conclusões são incertas e é necessário estimar as incertezas quanto aos resultados encontrados (inferência é um processo imperfeito). Por fim, os autores destacam que o conteúdo da ciência é o método e as regras utilizadas; as regras de inferência que determinam sua validade.

Assim, para gerar inferências válidas e, portanto, aceitas pela comunidade científica, é preciso desenvolver uma consideração criteriosa dos potenciais caminhos para responder uma pergunta de pesquisa que as diversas metodologias apresentam, definindo um desenho de pesquisa para diminuir as incertezas inerentes aos achados de qualquer pesquisa científica. O universo de métodos e técnicas é imenso, especialmente na grade área das Ciências Sociais. Por isto, existem significativas diferenças que remontam às bases ontológicas e epistemológicas, que dão as bases filosóficas para a aplicação dos métodos de forma adequada, considerando desde a própria concepção de realidade do pesquisador, quanto o desenho de pesquisa certo para responder determinada pergunta de partida.

Antes de entrarmos neste universo, algumas definições conceituais são essenciais para uma boa compreensão dos debates que permearão o livro. De acordo com o Dicionário Básico de Filosofia de Japiassu e Marcondes (1990), a epistemologia é a disciplina que toma as ciências como objeto de investigação, englobando: a crítica ao conhecimento científico, a filosofia das ciências e a história das ciências. Um de seus debates centrais é a relação entre sujeito e objeto no processo de desenvolvimento da ciência, ou seja, a separação entre o pesquisador dos dados e de sua análise. Já a ontologia é uma questão metafísica, centrada no debate de quais elementos compõem a realidade social e o que determina suas causas, questionando a existência de realidades que transcendem a experiência sensível e material.

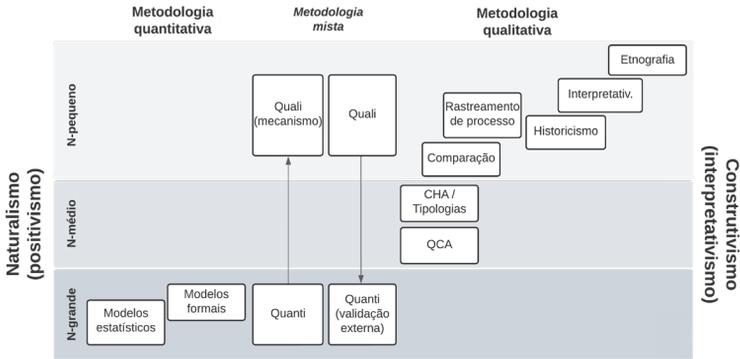
Por sua vez, a metodologia é o conjunto de regras que determinam a forma de desenvolvimento do conhecimento científico e de construção e comprovação das verdades científicas. Em geral, considera-se que há duas metodologias que abarcam os diferentes métodos, qualitativa e quantitativa, mas mais recentemente, alguns

autores consideram que houve a emergência de uma nova metodologia, a mista, que congrega a combinação das duas abordagens tradicionais. Já os métodos são a forma de coleta e análise dos dados; são variados os métodos que estão incluídos em cada metodologia.

Para ilustração, apresento dois extremos (em termos epistemológicos e ontológicos) nas Ciências Sociais que surgem a partir das clivagens nestas terminologias científicas: o naturalismo/positivismo e o construtivismo/interpretativismo (ontologia/epistemologia). O primeiro considera que o mundo é real, composto por entidades individuais que interagem de forma regular e padronizada e que nossa percepção sensorial permite experimentar tais interações através da observação. A forma de produzir conhecimento é pela identificação de regularidades neste mundo real. O segundo considera que não existe distanciamento entre os seres humanos e a realidade (e entre pesquisador e objeto de pesquisa), portanto, as ações dos indivíduos e fatores subjetivos subjacentes reconstróem a realidade social, ou seja, questiona a ideia de que fatos observados são 'externos' aos humanos. Propõe o pluralismo metodológico como forma de avançar sobre o conhecimento científico (SILVA, 2015).

Enquanto o positivismo está mais identificado com a metodologia quantitativa com objetivo de identificar regularidades através da análise de uma amostra grande, o construtivismo, ainda que identificado com o pluralismo metodológico, costuma estar mais identificado com os métodos subjetivistas, ou seja, análises aprofundadas e interpretativas de casos. Cabe destacar que estes são dois extremos que representam tipos ideais de combinação entre epistemologia, ontologia, metodologia e métodos, existindo a possibilidade de outras combinações, mas sob o risco de gerar contradições entre a forma que se percebe a realidade e as causas dos comportamentos humanos, a forma de produção de conhecimento e os métodos utilizados para coletar informações e produzir inferências. A figura 1 mostra a variação epistemológica e situa as metodologias e os métodos que serão abarcados neste livro.

Figura 1 – Variação epistemológica, metodologias e métodos



Fonte: desenvolvida pelo autor

A figura considera a variação em duas dimensões: no eixo horizontal, o espectro da variação epistemológica, do naturalismo ao construtivismo; no vertical, o número de casos analisados, passando de amostras (N) pequenas até grandes. Considerando a primeira dimensão, é possível observar que a metodologia quantitativa está mais afinada com o naturalismo, ao passo que a qualitativa com o construtivismo, especialmente a etnografia (capítulo 5) e a História interpretativista (capítulo 4). O rastreamento de processo (process tracing) exige, também, uma análise bastante aprofundada de um ou poucos casos; já para desenhos de comparação de poucos casos, deve-se considerar os *trade-offs* entre alargar a amostra e conhecer profundamente os casos (ainda que seja possível combinar rastreamento de processo com a comparação de poucos casos). Outros métodos qualitativos se distanciam mais do construtivismo por adotarem bases positivistas e centrarem-se em identificar padrões e/ou testar hipóteses; este é o caso, especialmente, das tipologias, da Análise Histórica Comparada (*Comparative Historical Analysis* – CHA) e da Análise Qualitativa Comparada (*Qualitative Comparative Analysis* – QCA), que utilizam critérios aplicáveis a uma série de casos para identificar padrões em amostras médias. Complementarmente, os métodos mistos transitam entre as duas metodologias; nesta categoria, métodos específicos não são apresentados, sendo apenas colocados rótulos genéricos (quanti e quali), já que ela abarca os diferentes métodos das metodologias qualitativa e quantitativa. Grosso modo, por um lado, a análise qualitativa pode ser complementada pela quantitativa, buscando confirmar se os

mecanismos identificados estão presentes em uma população mais ampla, permitindo generalização, e por outro, no outro sentido, correlações encontradas na análise quantitativa podem ser checadas e confirmadas por meio de estudos qualitativos que permitem maior profundidade e a identificação de mecanismos causais.

A figura também organiza os métodos em termos de número de casos analisados. É importante observar que as amostras grandes são o padrão na metodologia quantitativa. A metodologia mista abarca tanto N-pequenos quanto grandes no processo de complementarização entre os achados de uma pela outra. Por fim, a qualitativa, em geral, foca em poucos casos e sua análise aprofundada, mas desenhos comparados, especialmente aqueles com maior sofisticação técnica que envolvem critérios replicáveis, podem também abarcar amostras médias¹. Traçado este panorama geral, passamos, na próxima subseção, a analisar os embates entre estas diferentes tradições durante o desenvolvimento histórico da disciplina de RI.

1.2. METODOLOGIAS, EPISTEMOLOGIAS E ONTOLOGIAS NOS GRANDES DEBATES DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nos debates sobre as teorias de RI, a multiplicidade de abordagens metodológicas esteve permeada por suas diferenças epistemológicas e ontológicas. Geralmente, o campo das RI foi organizado em torno dos chamados “grandes debates”, também chamados de debates entre paradigmas ou entre os diferentes “ismos”, momentos de cisão da disciplina que moldaram seu avanço nos anos seguintes. Como estes debates foram permeados pela disputa entre diferentes propostas epistemológicas, ontológicas e metodológicas, uma retrospectiva deles serve para situar o debate de métodos no campo e introduzir algumas das questões que permearão o restante do livro, quando nos debruçaremos individualmente em alguns métodos específicos.

A divisão mais tradicional, na qual podemos incluir a de Lapid (1989), considera que houve três grandes debates. O primeiro, entre idealistas e realistas; o segundo, entre behavioristas e tradicionalis-

¹ Não há um critério padronizado para definir a partir e até quantos casos uma amostra média contém, mas é aceito que inclui de 10 a 30 casos.

tas; e o terceiro, entre pós-estruturalistas e racionalistas. Pelas RI serem um campo que 'importa' conhecimento e teorias de outras áreas correlatas, enquanto o segundo debate (história x ciência) esteve relacionado à ascensão positivista na ciência ocidental, o terceiro está relacionado à confluência de diversas filosofias anti-positivistas e tendências sociais.

Ole Wæver (1996), em "*The Rise and Fall of the Inter-Paradigm Debate*", propõe uma divisão entre quatro grandes debates. O primeiro ocorreu entre realistas e idealistas, no período entre guerras. O segundo, nos anos 1950 e 1960, dividiu cientistas/behavioristas e tradicionalistas. O terceiro, iniciado no final da década de 1960, ficou conhecido como inter-paradigmático ou neo-neo, cindindo as novas versões do realismo e do liberalismo. Finalmente, o quarto seguiu a emergência do construtivismo, representando as diferenças epistemológicas entre teorias racionalistas e reflexivistas, iniciado na virada das décadas de 1980-90.

Assim, o primeiro foi marcado pela crítica contundente de Carr [1939]/(2001) aos 14 pontos de Wilson (1918), rotulado de utópico e normativo. O realista ganhou projeção por seu argumento ter coincidido com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Por um lado, segundo Wæver (1996), a emergência do realismo deste debate paradigmático influenciou tanto a forma de enxergar a política internacional (pessimismo quanto à natureza humana) e quanto ao seu componente científico (necessidade de estudar sistematicamente os fatos, discutindo o "como é" ao invés do "dever ser"). Por outro lado, (LAKE, 2013) considera que não havia uma clara divisão entre as duas abordagens e que o realismo não teria "ganhado" o debate, já que este se manteve e as premissas realistas foram posteriormente contestadas pelo liberalismo, institucionalismo neoliberal e pelo construtivismo, com a clivagem entre as duas principais correntes teóricas de RI perpassando os dois grandes debates seguintes.

Já o segundo debate se centrou neste componente científico (questões metodológicas), ou seja, como devemos estudar a política mundial. De um lado, os behavioristas defendiam uma perspectiva 'científica' das RI, importando metodologias das ciências naturais, enquanto os tradicionalistas defendiam uma abordagem baseada em métodos históricos interpretativistas (WÆVER, 1996). Lake (2013) defende que este embate teria começado com a Escola de Chicago nos anos 1920/1930, início da revolução behaviorista e se mantém como uma clivagem disciplinar até hoje.

O terceiro, de acordo com Wæver (1996), focou na natureza das RI, ou seja, em sua ontologia, algo geralmente não explicitado nos debates anteriores. As críticas se centraram na “imagem do mundo”, propagada pelo realismo, centrada exclusivamente no Estado, preocupada com o poder e desconsiderando fatores domésticos, transnacionais e em outras temáticas das RI. Apesar das incomensurabilidades iniciais, tanto o neorealismo quanto o neoliberalismo institucional passaram por uma redefinição em direção ao minimalismo teórico que os tornou crescentemente compatíveis. Assim, a síntese neo-neo se tornou o programa de pesquisa das RI, com ambas passando a compartilhar a lógica racionalista e neopositivista (WÆVER, 1996).

O quarto debate para Wæver (ou terceiro, para Lapid), emergido na virada dos anos 1980 para os 1990, surgiu na esteira do anterior e focou nos meios pelos quais o conhecimento de RI pode se desenvolver, separando os racionalistas (neo-neo) dos reflexivistas, formado por pesquisadores influenciados pelo pós-estruturalismo, pela teoria crítica e por abordagens construtivistas. Para Wæver (1996), seria um debate de natureza filosófica, que dividiu pesquisadore/as quanto à linguagem, objetividade e subjetividade (ou distinção entre sujeito/objeto), e não meramente uma distinção epistemológica, conforme defendido por Lapid (1989).

Assim, Wæver (1996) defende que tratar o segundo debate como da ‘história’ contra a ‘ciência’, inserindo nele o debate inter-paradigmático é problemático porque, apesar dos behavioristas terem influenciado o realismo, o segundo debate focou em questões metodológica. Por outro lado, unificar os 3º e 4º debates, considerando que a “junção neo-neo” em oposição aos pós-estruturalistas ignora o início do debate inter-paradigmático, com significativas divisões filosóficas. Ainda assim, a divisão da disciplina em três grandes debates é a mais aceita e utilizada nos manuais, por simplificar e apresentar as principais correntes teóricas e suas diferenças, a despeito de divisões metodológicas e epistemológicas, tópicos que exigem maior aprofundamento.

Lake (2013) unifica os 3º e 4º como o “debate final” e coloca-os como a continuação dos anteriores. Também questiona os rótulos de racionalistas ou positivistas, que chama como o mainstream de RI, caracterizados como um conjunto de correntes. Isso também serve para os refletivistas, uma junção de correntes que trabalhariam com temas pormenorizados em RI, mais preocupados com questões ontológicas da disciplina, incluindo construtivismo,

pós-modernismo, teoria crítica, realistas críticos e anti-positivistas.

Para Wæver (1996), o terceiro debate trouxe uma perspectiva de que seria necessário a coexistência entre os três grandes paradigmas das RI: (a) realismo, (b) liberalismo (pluralismo, interdependência, sociedade internacional) e (c) marxismo (radicalismo, estruturalismo). Este debate se diferenciaria dos demais por considerar que: 1) os paradigmas são incomensuráveis, ou seja, não seria possível tirar um ‘vencedor’ ou traçar pontes entre eles, pois diferem quanto ao nível de análise ((a) Estado; (b) não-estatais, sub-nacionais, supra-estatais e trans-nacionais; (c) sistema), concepção de poder (em que há convergência entre (a) e (c)), crítica ao foco no estado (em que (b) e (c) se aproximam), forma de mudança do sistema (em que (c) se diferencia das demais pela mudança revolucionária); 2) diferem ontologicamente, por terem diferentes concepções da natureza e conteúdo das RI, e suas unidades; 3) seus participantes, que são as três escolas.

O próprio reconhecimento de que as três grandes escolas teriam diferentes programas normativos (vinculados às três principais orientações políticas clássicas: conservadora, liberal e radical), permitiu o estabelecimento de um autoconhecimento intra-paradigma de seus limites e lógicas internas, levando a uma espécie de “divisão do trabalho” dentro da disciplina, sendo cada uma responsável por uma área separada, por explicar algo diferente, ainda que compartilhem referências (Estado, interesses, política etc.). Elas não competem em explicar o mesmo, mas fazem diferentes trabalhos, sendo vinculadas apenas externamente, quando cada corrente ‘toca’ a outra dentro de seus próprios termos. Por isso, são três vértices de um triângulo, ainda que o debate neo-neo tenha levado à aproximação de dois destes vértices.

Esse processo de aproximação se deu dentro da convergência a uma lógica de “cientificação”, em que os liberais tiveram que abdicar de sua preocupação tradicional com temas como a ética, por exemplo. Isto gerou a emergência da crítica a partir das correntes reflexivistas (4º debate), mais próximos das correntes radicalistas, mas ainda mais distantes do vértice oposto do triângulo por serem críticos não somente aos níveis de análise, atores e/ou concepção de poder, mas quanto às bases filosóficas que unificavam as correntes do 3º debate (WÆVER, 1996).

A tabela 1 busca sumarizar a proposta de divisão de Wæver, dando destaque aos temas principais, secundários e complemen-

tares (seguindo esta ordem de importância) em cada debate. Retomando e resumindo, o primeiro debate esteve centrado na própria natureza da política internacional (“ser x dever ser”); o segundo, na metodologia adequada (qualitativo x quantitativo) para desenvolver uma “ciência” de RI; o terceiro no próprio de conhecimento que os estudos de RI podem alcançar e de quais maneiras isto seria possível (neo x neo); o quarto separou diferentes filosofias de pensamento a partir da emergência das correntes reflexivistas em oposição às escolas tradicionais (positivistas x subjetivistas).

Tabela 1 – Os grandes debates e a relevância de cada tema

	Política	Filosofia	Epistemologia	Ontologia	Metodologia
1º debate	principal	secundário		complementar	
2º debate			secundário	complementar	principal
3º debate	secundário			principal	complementar
4º debate		principal	secundário	complementar	

Fonte: Adaptado de Wæver (1996)

Para Lapid (1989), o avanço do pós-positivismo foi essencial para determinar o perfil inter-paradigmático do 3º debate, diferenciando-o dos dois debates precedentes. O autor argumenta que o paradigmatiso é sua característica mais notável. A partir dele, a troca científica não ocorreria mais entre indivíduos ou teorias individuais, mas entre modelos, paradigmas, programas de pesquisa, tradições de pesquisa ou discursos. Mudanças teóricas significativas passam a considerar os domínios meta-teóricos em que se baseiam, nos quais estão ancorados holisticamente. Assim, os constructos meta-científicos passaram a emergir em “pacotes completos”. Isto gerou questionamentos sobre os constructos meta-teóricos e aumentou o debate quanto à incomensurabilidade entre paradigmas.

Por outro lado, Lake (2013) considera que os grandes debates tornaram a disciplina uma disputa entre crenças dogmáticas, por focar menos em explicar a política mundial e mais em quais grupos de pressupostos melhor capturavam a natureza inerente dos humanos, estados ou organizações políticas.

Ainda assim, apesar de ter inicialmente polarizado estes grupos, o último debate marcou um processo de aproximação com a 'des-radicalização' dos reflexivistas e 're-filosoficação' dos racionalistas. O processo marcou, também, a ascensão e legitimação da corrente construtivista. Este debate final teria marcado a fragmentação do campo em grupos identitários múltiplos e sobrepostos. Também representou a consolidação do pluralismo epistemológico no campo e a contestação da correntes positivistas (mainstream) como representantes da "ciência" no campo. O processo de abertura levou ao questionamento da forma de produção de conhecimento e construção de teorias, o que derrubou dogmas, mas afrouxou certa unidade metodológica.

Para Lapid (1989), a chegada da era pós-positivista nas teorias de RI teria mudado a compreensão de unidades de análise no estudo do desenvolvimento científico. A falha na promessa de acumulação científica do empiricismo-positivismo levou pesquisadores a reexaminarem bases ontológicas, epistemológicas e axiológicas e à retomada das meta-teorias. Assim, o objetivo do 3º debate não foi nem buscar um método científico universal e a-histórico ou alcançar uma verdade objetiva validada sobre política mundial, mas promover um ambiente intelectual mais reflexivo em que o debate e o criticismo podem circular, baseado na diversidade paradigmática. Um dos resultados foi a negação da proposta positivista de eliminar o humano, colocando o cientista no centro do complexo social-intelectual-ético conhecido como ciência.

Outro resultado foi alargamento do próprio conceito de teoria. Dunne, Hansen e Wight (2013) apontam que o alargamento do conceito de teoria gera um problema por já haver pouco debate sobre como deve ser o processo de teorização e por distanciar consensos. Os autores propõem uma definição mínima de teoria para apresentar a diversidade teórica das RI: deve haver lógica entre a ideias teóricas (sem contradição); deve incluir problemas de segunda ordem, ou seja, refletir sobre o que é explicação, causalidade etc.; as explicações teóricas podem prover explicações contrárias ao que a experiência sugere.

A partir dela, revisam cinco tipos de teorias. 1) Teoria explicativa (dominante): explicação com base em causas e sequência temporal que serve para explicar a causalidade. 2) Teoria crítica: objetivo de criticar arranjos ou resultados sociais e examinar fatores que levaram às condições vigentes. 3) Teoria normativa: considera as dimensões morais das RI, apontando o "dever ser", ao invés

do “como é”. 4) Teoria constituída: não busca identificar padrões de comportamento, mas examinar formas como regras, normas e ideias são construídas socialmente, sendo assim necessário teorizar o próprio desenvolvimento teórico, já que não há neutralidade na observação do mundo. 5) Lentes para enxergar o mundo: não tem como base um grupo de proposições lógicas já que todos os atores sociais veem o mundo de uma forma particular, sem necessariamente seguir uma lógica ou coerência conforme esperado por uma teoria definida; por isto, é necessário entender as lentes pelas quais os atores sociais veem e agem no mundo.

O pluralismo teórico emergido no(s) último(s) debate(s) representou os esforços de autores que buscaram combinar conceitos de diversas correntes como forma de complementação para capturar a complexidade do mundo real. Seria uma forma de avançar frente à dificuldade de superar disputas quanto a uma ‘superioridade epistemológica’ impossível, considerando que cada teoria se adequaria da melhor maneira a explicar um fenômeno/período e por haver incompatibilidades ontológicas e epistemológicas entre elas. Assim, o ecleticismo seria uma ferramenta para compreender as forças explicativas de cada teoria e os trade-offs entre seus pressupostos ontológicos e metodológicos, direcionando os esforços ao desenvolvimento de teorias de médio alcance adequadas à análise de relações de causalidade em contextos específicos, em detrimento de uma busca interminável por uma meta-teoria para explicar a política mundial como um todo. Este processo significa perder parcimônia explicativa em troca de encontrar mecanismos explicativos adequados para compreender o “mundo real” (SIL; KATZENSTEIN, 2010).

Exemplos são as teorias de médio-alcance, geralmente excluídas na narrativa tradicional do campo, que se desenvolveram nos interstícios entre os debates e foram responsáveis por progressos mais significativos no que se refere a implicações práticas de achados científicos, por trazerem abordagens mais ecléticas e direcionadas a explicar relações causais conjunturais (ao invés de meta-teorias). Paralelo ao giro “doméstico”, houve a revitalização do campo de estudos de segurança e a nascente economia política internacional, que não se encaixavam em nenhum paradigma, mas se caracterizam pelo pluralismo metodológico, incluindo tanto os estudos de caso históricos (amostra pequena) quanto aqueles que usam bases de dados (amostra grande), mas centrados em partes do processo político (ao invés do todo) e focando no efeito de uma (ou algumas) variáveis específicas de interesse (LAKE, 2013).

Jackson (2011) busca uma moldura epistemológica comum para diminuir as cisões dentro da disciplina. O autor adota um tom crítico ao uso de conceito de ciência em RI. O autor aponta que o debate paradigmático desconsiderou as variações do método científico, atrelando-o à busca por generalizações, à ideia de produção de conhecimento por meio do formalismo matemático, o que acarretou tanto uma apropriação do conceito de ciência para justificar/legitimar determinadas abordagens, quanto uma falta de especificação quanto ao que o processo de desenvolvimento científico significa na prática. Este processo foi encabeçado principalmente pelas abordagens que se autointitularam “científicas”, cujos expoentes defendiam a epistemologia positivista, mas acabou afetando inclusive as abordagens ‘tradicionais’ (baseadas na história), ‘pluralistas’ e/ou qualitativas que aceitaram a narrativa de incorporar em suas premissas a necessidade de distinguir os componentes sistemáticos dos não-sistemáticos.

Jackson (2011) critica a falta de definições claras quanto ao conceito de ciência e quanto a alegações de conhecimento. A evocação de expoentes da filosofia das ciências como Popper, Kuhn e Lakatos, é problemática porque se baseiam em um suposto consenso quanto à definição de ciência, algo inexistente. Para avançar em sua tipologia ontológica do campo de RI, o autor adota uma definição ampla e geral de ciência inspirada em Weber: sistema empírico de análise que busca produzir conhecimento, ou seja, foca em fatos empíricos ao invés de julgamentos de valor. Tal definição não significa que a produção do conhecimento está livre de valores (que exista uma análise científica ‘objetiva’), mas que resultados podem ser interpretados por indivíduos que rejeitam os valores do pesquisador, ou seja, deve ter validade interna, pressupostos consistentes e uma argumentação lógica que justifique as conclusões alcançadas a partir das evidências apresentadas e da metodologia utilizada.

A tipologia proposta que serve para compreender que o pluralismo nas RI se baseia nas diferenças em ontologias filosóficas – bases conceituais e filosóficas em que as alegações sobre o mundo são formuladas, que definem como os pesquisadores conseguem produzir conhecimento. Jackson (2011) considera que tal conceito praticamente inexistente nas RI, o que tornou os embates de paradigmas como discussões metodológicas ou desenhos de pesquisa; a ausência de uma base ontológica comum dificultou o diálogo entre as correntes.

A primeira clivagem ontológica proposta é quanto à distância entre sujeito e objeto, podendo haver dualismo entre mente e mundo – existe uma separação entre o pesquisador e o mundo que estuda – ou monismo – pesquisador é parte do mundo e o mundo é endógeno ao processo de produção do conhecimento. A segunda separa a relação entre o conhecimento e a observação: fenomenalista – experiência é empírica, ou seja, é apenas o que pode ser observado – ou transfactualista – é possível ir além dos fatos para identificar entidades não-observadas. A partir da combinação de cada uma destas clivagens, o autor propõe quatro categorias centrais (wagers), que diferem quanto: a) forma de produção do conhecimento; b) a relação de causalidade; e c) ao tipo de comparação.

O neopositivismo, wager dominante nas RI, é a junção do dualismo com o fenomenalismo. Considera o teste de hipóteses e a falsificação de alegações gerais a partir de evidência empírica. Dentro desta lógica, a) as alegações são conjunturais e nunca são perfeitas representações do mundo; portanto, sempre devem estar sujeitas a reavaliação e refinamento; b) a relação de causalidade é equivalente a generalizações empíricas (leis gerais), de acordo com algumas condições de escopo; c) os estudos devem buscar a covariação de fatores causais em diversos casos.

O realismo crítico parte do neopositivismo, mas avança o limite do conhecimento para além do observável a partir da noção de que objetos e relações podem ser reais, mas não observáveis, acessíveis por inferências adutivas. Assim, (a) as alegações de conhecimento são apenas aproximações de um mundo independente de nossa mente; (b) as relações de causalidade dependem do contexto e das propriedades do objeto, portanto são baseadas em condições INUS (*Insufficient but necessary (non-redundant) part of unnecessary but sufficient condition*); (c) a comparação serve para contrastar as capacidades de propriedades particulares e ilustrar como diferentes combinações restringem ou aumentam estes efeitos potenciais.

O analiticismo se baseia no fenomenalismo, mas considera que o mundo existente não é independente de nossa mente. Por isto, (a) as alegações de conhecimento são utilizadas para construir uma narrativa analítica cujo valor instrumental justifica-as, (b) sendo direcionadas à análise das especificidades empíricas características de casos individuais, analisando a importância de fatores particulares em produzir um resultado, (c) como consequência, focam em estudos de casos únicos para delinear as configurações de fatores

que levam a um resultado único observado.

Por fim, o reflexivismo rejeita tanto a noção de um mundo externo ao pensamento humano quanto de que o conhecimento é limitado a experiência. O conhecimento se baseia na situação social do pesquisador e não está separada de onde nos situamos para produzi-lo. Assim, a) o conhecimento tem valor instrumental, desde que provoque maior autoconhecimento e reflexão da parte dos produtores e consumidores do conhecimento, tendo sua validade ancorada à teorização das condições sociais em que é produzido; b) a causalidade é 'reflexiva' e envolve a dialética de o conhecimento ser a causa e causado pelas forças sociais; c) a comparação não é necessária no desenvolvimento do conhecimento, mas pode servir para ter uma visão holística quanto aos casos individuais.

Chernoff (2013) desenvolveu uma crítica à discussão sobre o conceito de ciência proposto por Jackson (2011). O autor exalta a tipologia filosófica de Jackson sobre os estudos de RI, considerando que ela contribui ao esclarecer pressupostos e suas implicações epistemológicas e ontológicas. Ademais, concorda com a importância da abertura da disciplina ao pluralismo teórico e metodológico e de que isto não significa que tudo se pode em termos metodológicos. No entanto, critica a proposta de trazer um conceito amplo de ciência sob a justificativa de que serviria para alcançar um consenso quanto a sua definição. Tal proposta, além de não evitar os processos de reificação, afastaria o debate na disciplina sobre filosofia das ciências, essencial ao seu progresso. Assim, considera que não é possível desconsiderar a filosofia das ciências pela busca de um suposto consenso entre as correntes. O progresso está relacionado ao avanço do conhecimento e ao surgimento de questionamentos a uma epistemologia (positivismo lógico) e avanço de alternativas (que levantaram críticas à primeira). Todas as conclusões teóricas e empíricas em RI dependem de seus princípios filosóficos, de modo que não é possível ignorar ou circundar a filosofia das ciências (ainda que fique implícita, as conclusões de autores devem levá-la em consideração).

Em outra classificação, Levine e McCourt (2018) apresentam seis diferentes caminhos do pluralismo nas RI. 1) Ecleticismo analítico: combinação de ideias e teorias de diferentes paradigmas a partir das demandas de pesquisa; abordagem dirigida ao problema. 2) '*Bridging the gap*': crítica a excessiva sofisticação metodológica e teórica em detrimento dos achados substantivos; defende a utilidade dos estudos qualitativos. 3) Phronesis: retoma esta noção

aristotélica (prática sábia), defendendo a necessidade de conhecimento situado para que sua produção seja aplicada e direcionada a responder problemas reais. 4) Crença socrática: desenvolvimento do conhecimento deve vir da troca de ideias derivadas de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, a partir do constante questionamento (ao invés da busca por verdades fundamentais); 5) Pluralização do conhecimento: tipologia das formas de fazer ciência, conforme proposto por Jackson (2011); 6) Reflexividade: trata os fatores sociais como condicionantes da produção do conhecimento, levando o campo de RI a ter base nos contextos sócio-políticos e históricos em que é criado.

No entanto, os autores consideram que todos os caminhos falham em ter uma compreensão completa de pluralismo, representando apenas a pluralidade, o que leva à continuidade do problema da reificação e apropriação da cientificidade por parte das correntes teóricas. Ao defender a pluralidade, dificultam o pluralismo, já que tais abordagens diferem quanto à compreensão de RI (o objeto) e consideram o pluralismo como uma forma de organizar o campo de RI, ao invés de uma forma de conhecer ou agir politicamente. Por isto, os autores defendem que o pluralismo deve ser uma consequência necessária do ceticismo epistemológico: não há um sistema de conhecimento único que englobe a verdade total, pelo menos no campo da política. Assim, o pluralismo serve menos para aumentar nossa compreensão do mundo do que para afastar a pretensão de que o mundo pode ser explicado por uma única interpretação ou esquema, ou seja, serve para combater as forças reificantes.

Também cabe destacar os avanços recentes quanto ao pluralismo metodológico, algo que se assemelha a esta postura crítica em relação à reificação de uma abordagem sobre a outra. Os principais avanços vieram na esteira dos chamados multi métodos ou métodos mistos (MM). Sua base está na compatibilização e combinação dos paradigmas metodológicos qualitativo e quantitativo, historicamente antagônicos nas Ciências Sociais. Para além da necessidade de considerar – e especificar durante sua aplicação – as diferenças ontológicas entre esses paradigmas, as ferramentas e métodos que utilizam, a forma de seleção de casos, limites para validade interna e externa, dentre vários outros cuidados², esta metodologia defende que os métodos devem ser complementares (ao invés de concorrentes) e que sua combinação pode servir de complementação e

² Estas questões são discutidas de maneira mais aprofundada no capítulo específico sobre Métodos mistos.

corroboração das inferências alcançadas a partir de cada metodologia, no processo de validação e aumento da confiança nos resultados alcançados.

Segundo Silva (2015), sua aplicação se baseia na epistemologia pragmática, que propõe não haver método científico único para acessar o mundo real, sendo necessário que o pesquisador sempre se comprometa com a incerteza e reconheça que qualquer conhecimento produzido através da pesquisa é relativo e não absoluto.

Dentro desta perspectiva, o pluralismo metodológico aparece como uma forma de superar divisões 'dogmáticas' e fortalecer os resultados de uma pesquisa. Seria um meio termo entre duas posições extremas: uma de que não seria possível conciliação entre a metodologia qualitativa e a quantitativa, devendo-se escolher apenas uma (devido a bases ontológicas e objetivos epistemológicos) e outra baseada na premissa de que '*anything goes*', em que as escolhas metodológicas são pragmáticas e não há superioridade de uma metodologia sobre a outra. O avanço nesta abordagem resultou de avanços na sofisticação nos métodos de estudos de caso, nos MM e em novos métodos além do dualismo, como o QCA. Esta transformação abriu a oportunidade para os pesquisadores adotarem a estratégia mais adequada para responder uma pergunta, sem limitações 'ideológicas' (GIRAUD; MAGGETTI, 2015).

Ahmed e Sil (2012) consideram que a emergência dos MM foi benéfica à disciplina, sendo um avanço frente à divisão anterior, abrindo espaço para a diversificação de metodologias. O problema está em colocar MM como a 'melhor prática', o que tem gerado um pluralismo exagerado, algo que pode excluir estudos ideográficos, pouco compatíveis com os MM. Assim, concordam que a opção por um método não deve significar uma crença em superioridade dogmática de um método sobre outro, mas apontam os limites na aplicação de MM. Primeiro, há diferenças ontológicas quanto à concepção de causalidade, o que limita a combinação de pesquisas que se baseiam em proposições nomotéticas (busca de generalização e princípios/leis) e ideográfica (interpretações baseadas no contexto³). Segundo, os seus benefícios são limitados para a validação transversal de resultados e para a redução de erros do achado em uma metodologia pela outra.

³ Semelhante às dualidades positivismo-relativismo, objetivismo-subjetivismo ou materialismo-idealismo.

Assim, só se pode aproveitar as vantagens sobre os *trade-offs* entre as metodologias quando suas ontologias comportam concepções de causalidade similares. A tradição qualitativa é residual e inclui as mais diversas variações ontológicas, algumas mais distantes entre si do que da quantitativa. Na metodologia qualitativa, por um lado, há estudos com N-pequeno com estudos de casos cruciais ou comparação de poucos casos pela lógica de *most-likely*, que se aproximam das abordagens quantitativas por usarem a mesma base empiricista e por buscarem generalização. Os modelos formais também se aproximam dessa lógica de geração de proposições causais universais, leis e princípios gerais. Por outro lado, há estudos de N-pequeno que buscam narrativas densas para produzir compreensões historicizadas da ação social contextualmente situada, buscando precisão na descrição de comportamentos, relações sociais e sequência de eventos (caso de estudos etnográficos); por não buscarem generalização, pois sua compatibilização com a tradição quantitativa ou modelos formais é limitada (AHMED; SIL, 2012).

Mesmo quando a combinação é possível, servem para complementar os achados, mas não para superar os *trade-offs* entre as tradições de modo a aumentar a validade de um achado particular. O erro de especificação em uma das tradições não seria superado pela utilização da outra, mas poderia levar à errônea seleção de casos ou definição de variáveis. Pelo fato de estudos de caso terem uma ontologia com extensiva endogeneidade e efeitos interativos complexos, buscam explicar um resultado, enquanto os estudos com amostra grande, objetivando leis gerais, estimam um efeito na média, impossibilitando a validação transversal dos achados em cada metodologia (AHMED; SIL, 2012).

A chegada da “era pós-positivista” levantou importantes debates dentro da disciplina de RI. Podemos listar a importância dos questionamentos aos limites das leis generalizáveis com base empírica e de acumulação de conhecimento da tradição positivista, a abertura para crescimento teórico e o surgimento de múltiplos paradigmas/programas de pesquisa. Assim, gerou certo otimismo pela “libertação” do positivismo. Ademais, promoveu a abertura das teorias de RI, trazendo espaço para abordagens holísticas e interpretativas, superando o paroquialismo anglo-saxão, o sectarismo paradigmático e criando importantes releituras das correntes tradicionais (realismo, liberalismo e marxismo) (LAPID, 1989).

Ainda assim, é necessário prudência. Lapid (1989) propõe, como caminho, a adoção de um criticismo construtivo, baseado em

três premissas pós-positivistas do 3º debate. Primeiro, considerando que a capacidade de “re-programação” dos pressupostos é limitada, é necessário sempre ter em mente as características históricas e dinâmicas dos esquemas cognitivos e molduras de pressupostos. Segundo, deve-se evitar um entendimento superficial da tese de incomensurabilidade; não se deve exagerar os problemas de comparação e comunicação entre as diferentes perspectivas emergentes deste debate. Terceiro, apesar da importante guinada para além do empiricismo e retomada do debate filosófico, não se pode desvincular totalmente teoria e dados. Por fim, também deve-se evitar a adoção do pluralismo metodológico acriticamente para não se cair na anarquia epistemológica; afinal, a mera proliferação teórica é diferente de crescimento teórico.

O processo de pluralização epistemológica e metodológica pode ser lido tanto como o amadurecimento do campo (fim da busca por hegemonia teórica), quanto como o reconhecimento do fracasso em desenvolver um corpo integrado de conhecimento (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2013). O primeiro caminho é o mais promissor para o desenvolvimento do campo de RI. Para seguir este caminho, o ceticismo epistemológico é essencial, ou seja, a simplificação inerente à teorização não pode maquiagem que conceitos. Ademais, as teorias são extrapolações parciais de um mundo mais amplo, diverso e indeterminado, em que as proposições teóricas não podem estar divorciadas das circunstâncias intelectuais, temporais, sociológicas em que são propostas/desenvolvidas (LEVINE; MCCOURT, 2018). Por fim, o pragmatismo epistemológico também é um caminho para o debate entre as diferentes metodologias, reconhecendo os limites e fortalezas em suas aplicações de modo a aproveitar caminhos para combinações visando diminuir as incertezas inerentes a qualquer desenvolvimento de inferência em Relações Internacionais.

CAPÍTULO 2

DESENHOS DE PESQUISA

Os desenhos de pesquisa são parte essencial de uma pesquisa que alcança resultados robustos. Grosso modo, um bom desenho evita que o pesquisador caia na falácia de afirmar o consequente, ou seja, concluir que se a evidência apresentada é consistente com a teoria, a teoria é verdadeira. Por isto, deve garantir que outras explicações concorrentes também não sejam consistentes com as evidências, para aumentar seu grau de certeza quanto ao resultado alcançado. Mesquita (2017) considera que falta no Brasil domínio sobre desenhos de pesquisa, em especial, quanto ao manejo de métodos, e no domínio de noções de inferência e causalidade.

Na base do desenho, geralmente implicitamente, estão os entendimentos epistemológicos e ontológicos. É a partir de como o/a investigador/a entende a realidade social e sua relação com o objeto de estudo, e como pretende produzir inferências sobre ela, que deverá criar um desenho de pesquisa. Considerando o espectro apresentado no capítulo anterior, por um lado, desenhos de pesquisa que visam explicar associação entre variáveis em amostras grandes estão ancorados na metodologia quantitativa, se baseiam na epistemologia positivista, considerando possível a separação entre sujeito (cientista) e objeto (tema da pesquisa) e a realidade como observável. Por outro, aqueles que buscam explicação aprofundada de um ou poucos casos, em que diversas condições se interrelacionam determinando conjuntamente um resultado, estão, geralmente, ancorados na metodologia qualitativa e assentados na epistemologia subjetivista, em que há fatores inerentes ao sujeito que influenciam o objeto de análise.

2.1. DEFINIÇÕES E COMPONENTES DOS DESENHOS DE PESQUISA

Mas antes, iniciemos com algumas definições e os componentes dos desenhos de pesquisa. Depois poderemos aprofundar o debate sobre as principais clivagens e divisões que são usadas para classificar os diferentes desenhos de pesquisa.

De início, para reforçar sua importância, cabe frisar que os desenhos de pesquisa estão relacionados à própria credibilidade dos achados na Ciência Política, estando ligado ao modo como uma disciplina provê respostas efetivas ao problema fundamental de inferência (REZENDE, 2017).

Considerando que o objetivo da pesquisa científica é chegar a inferências, por meio de procedimentos públicos quanto aos métodos, codificação e resultados, que garantam a possibilidade de estimar as incertezas inerentes aos resultados e determinar sua validade (KING; KEOHANE; VERBA, 1994), o desenho de pesquisa é essencial, já que ele é um plano que mostra por meio da apresentação de modelos e dados, como se pretende usar as evidências para fazer inferências, conectando teoria e dados.

Gorard (2013) aponta que o desenho não é apenas sobre técnicas ou procedimentos, mas também sobre o cuidado para dar segurança às conclusões obtidas nas pesquisas, garantindo a uma audiência cética (outros cientistas) que as decisões importantes que embasaram as inferências da pesquisa foram as mais infalíveis possível. Sendo assim, o desenvolvimento e a acumulação do conhecimento científico e a garantia que ele esteja sujeito ao ceticismo organizado e a revisão dos resultados depende diretamente dos desenhos de pesquisa.

De vaus (2001) define os desenhos como o plano antes da coleta e análise de dados. Sua função seria garantir que as evidências recolhidas permitam responder à pergunta de partida da maneira menos ambígua e mais convincente possível. O desenho se distingue do método, já que o primeiro pode se associar a qualquer tipo do segundo, devendo o pesquisador analisar as vantagens que cada tipo para responder sua pergunta de pesquisa. O propósito do desenho é reduzir as incertezas quanto aos resultados alcançados, por meio da busca de informações complementares que possam refutar a teoria, e auxiliar a eliminar hipóteses rivais e os principais argumentos contrários. Um bom desenho deve antecipar tais problemas e direcionar a coleta de informações para produzir as inferências

necessárias a defesa de um argumento.

Rezende (2017) lista como dimensões constitutivas dos desenhos de pesquisa: 1) existência de questões de pesquisa empiricamente identificáveis; 2) necessidade de eliminar hipóteses rivais, de modo que os desenhos sirvam de mecanismo de controle de variáveis omitidas; 3) esclarecer as estratégias de operacionalização e mensuração das variáveis, assim como os mecanismos para a seleção de casos. Estas seriam bases estabelecidas na era pós-KKV, que alteraram os padrões para o desenvolvimento de desenhos de pesquisa na Ciência Política.

A era pós-KKV teria como valores fundamentais uma preocupação crescente com inferências causais, com as implicações empíricas de modelos teóricos, com a conexão entre desenhos de pesquisa e qualidade inferencial. Além disso, a primazia pelo método sobre a análise política incentivaria a integração entre as tradições qualitativa e quantitativa, com a flexibilização das barreiras paradigmáticas através do ecleticismo analítico (mais sobre esta abordagem pode ser encontrado na seção 1.2) (REZENDE, 2015).

De fato, o livro seminal de KKV transformou o debate sobre desenhos de pesquisa e inferências na área. Os autores consideram que os desenhos de pesquisa têm quatro componentes: pergunta de pesquisa, teoria, dados, uso dos dados. Os autores consideram que tal separação não é rígida, nem há uma ordem necessária (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

A pergunta de partida deve ser relevante, seja para o estado da arte (literatura), seja para a sociedade (idealmente, para ambos). Cientistas sociais não encontram problemas para atender ao segundo critério, já que são amplos os temas relevantes no mundo real. Quanto ao primeiro, pode colaborar a partir da análise sistemática de uma hipótese importante, ainda não estudada; revisar uma hipótese aceita para investigar se é falsa; buscar evidências para apoiar um dos lados de uma controvérsia; avaliar pressupostos não questionados pela literatura; discutir um tópico não considerado pela literatura para estudo sistemático; aplicar teorias e evidências de uma literatura para outra, para solucionar um problema não relacionado (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

O segundo componente é a teoria, uma especulação precisa e racional sobre a resposta à pergunta de pesquisa. Estas devem ser falseáveis, ou seja, devem ter condições de ser testadas empiricamente e gerar implicações observáveis no mundo real (KING;

KEOHANE; VERBA, 1994). Przeworski e Tenue (1982) colocam que teorias com um bom padrão devem ter precisão, generalidade, parcimônia e causalidade, ainda que se assuma a existência de um *trade-off* entre estes atributos. Para avaliar e melhorar a utilidade das teorias, KKV sugerem sua formulação em bases mais concretas possíveis quanto a sua definição e suas previsões, de modo a garantir que sejam falsificáveis, ou seja, que permita o teste de hipóteses relacionadas à teoria e o recolhimento de evidências que possam prová-la falsa.

O terceiro elemento é a coleta de dados para o teste empírico das hipóteses subjacentes à teoria. A mensuração desses dados é o que permite unir a teoria ao empírico por meio do processo de operacionalização, que é a transformação de conceitos (abstratos) em algo mensurável (empírico). Neste processo de operacionalização, é necessário garantir validade, ou seja, que a medida registrada reflita o conceito, e confiabilidade, que garante que os resultados obtidos em replicações ou por outros pesquisadores são semelhantes. Neste processo de coleta, os autores recomendam: gravar e reportar o processo de geração de dados; coletar dados sobre o máximo possível de implicações observáveis, o que inclui tanto coletar várias observações de uma mesma variável dependente (VD) e coletar informações sobre variáveis independentes (VI) adicionais; garantir que o método de coleta é confiável, o que significa que a replicação dos mesmos procedimentos gere as mesmas medidas; e garantir a possibilidade de replicação dos dados por outros pesquisadores (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

Nesta etapa, a mensuração é essencial, sendo o elo entre o teórico e o empírico. Neste processo, três questões são essenciais: operacionalização, validação e confiabilidade (MESQUITA, 2017). É importante registrar e relatar o processo pelo qual os dados são gerados, recolhidos, classificados. A sistematização de procedimentos garante transparência do processo, permitindo aos demais membros da comunidade científica identificar problemas de viés e de confiabilidade e, eventualmente, replicar os procedimentos (SÁ-TYRO; REIS, 2014).

No processo de operacionalização, há uma diferença essencial entre as metodologias (GEORGE; BENNETT, 2005). Na quantitativa, implica a transformação de conceitos/perguntas de pesquisa em uma matriz de dados, o que significa passar de definições teóricas à operacionais garantindo que as variáveis escolhidas ou desenvolvidas meçam o conceito que buscam traduzir operacional-

mente (LIMA, 2016). Consequentemente, a variável quantitativa é uma representação de realidade com base em conjunto de medidas, envolvendo um processo de simplificação, a tomada de decisões pelo seu desenvolver e a consequente “codificação” de conceitos (JANNUZZI, 2012).

Um exemplo bastante ilustrativo é um indicador amplamente conhecido, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A medição de uma realidade social bastante complexa através de uma variável numérica implica um processo de simplificação, mas também permite uma standardização para comparação com outros casos. O IDH mede o desenvolvimento humano a partir da educação, saúde e renda de dada população. Para isto, mede, respectivamente, taxa de alfabetização e matrícula, expectativa de vida, e renda per capita. Ainda que tais medidas não capturem a complexidade da realidade social, nem as amplas características de três dimensões tão importantes no desenvolvimento humano, serve como uma medida padrão que permite a evolução de políticas públicas (como o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo) e a comparação entre diversas unidades (países) (GUIMARÃES; JANNUZZI, 2005).

Na qualitativa, há maior preocupação na validade interna dos conceitos medidos, ou seja, na transformação semântica de um fenômeno observado, processo também conhecido como conceitualização. A essência é que o que o conceito significa, ao invés de pensar em termos de escolher um indicador que o represente (BEACH; PEDERSEN, 2016).

Há duas estratégias básicas: utilizando o “E” ou o “OU” lógicos. Na primeira, a estrutura do conceito trata a definição de atributos como individualmente necessários e conjuntamente suficientes para o pertencimento (SARTORI, 1970). Aqui, a relação envolvida é entre a intensidade do conceito (número de atributos definidores) e sua extensão (“aparições empíricas” do fenômeno) (MAHONEY, 2010). Na medida em que mais atributos são incluídos, o conceito se torna mais intenso e menos casos são incluídos nele. Por exemplo, ao definir democracia como um governo em que seus representantes são eleitos, estou colocando apenas um atributo definidor, tornando sua definição vaga e frouxa; consequentemente, muitos países podem ser incluídos na categoria democracia. Na medida em que insiro como atributo necessário além das eleições, a necessidade do sufrágio universal “E” do respeito aos direitos civis e políticos, estou aumentando as condições para “pertencer” ao conceito

e diminuindo o número de regimes existentes que cumprem tais critérios.

Por outro lado, utilizando o “OU” lógico o processo é inverso. Não há condições necessárias, mas diferentes combinações de atributos em que cada um é suficiente para pertencimento ao conceito. O resultado é um aumento de generalização (amplitude do conceito) e diminuição de sua rigidez, permitindo diferentes combinações. Um exemplo seria o conceito de cultura popular: este fenômeno pode incluir diversas formas de manifestação (dança, música, literatura, folclore), baseadas em tradições, hábitos, costumes. Consequentemente, são considerados cultura popular tanto danças baseadas em tradições, quanto a literatura inspirada em costumes regionais, dentre as várias outras combinações possíveis.

Grosso modo, a despeito das diferenças entre as metodologias, na visão de De Vaus (2001), para produzir respostas válidas às perguntas de pesquisa, o pesquisador ou a pesquisadora deve ser transparente quanto ao tratamento dos dados, garantindo confiabilidade no processo de mensuração.

Um processo de operacionalização exige a observação de critérios técnicos, como replicação e confiabilidade. Caso seja eficiente, garantirá que a medida ou conceito registrado reflete o conceito que se tem em mente, ou seja, que haja validação (MESQUITA, 2017). Isto significa alcançar confiabilidade na operacionalização, ou seja, a explicação precisa dos procedimentos empregados, de modo que, quando o procedimento for aplicado da mesma forma, o mesmo resultado será produzido (SÁTYRO; REIS, 2014).

Por fim, no uso de dados, o pesquisador deve considerar que há restrição dos dados disponíveis, custos envolvidos na coleta de novo material e que as informações são imperfeitas nas Ciências Sociais. Desta forma, para maximizar seu aproveitamento, deve usá-los para produzir inferências não enviesadas, ou seja, corretas na média. Por isso, o pesquisador deve analisar se houve viés na coleta de dados, com seleção distorcida de observações na população ou se há viés de omissão de variáveis que podem influenciar a conexão causal entre uma variável de interesse e a dependente. Ademais, deve seguir o conceito estatístico de eficiência, que significa maximizar o uso de todas as informações relevantes para melhorar as inferências produzidas (KING; KEOHANE; VERBA, 1994).

2.2. INFERÊNCIAS VÁLIDAS E SEUS DESAFIOS

Um aspecto fundamental da descrição científica é que envolve inferência, ou seja, obter informações sobre fatores não observados. Assim, a “inferência descritiva é o processo de compreender um fenômeno não observado com base em um grupo de observações” (KING; KEOHANE; VERBA, 1994, p. 55, tradução do autor). Outro aspecto é distinguir fatores sistemáticos de não sistemáticos do fenômeno em estudo. Já a inferência causal é mais complexa, o que acaba levando alguns pesquisadores a evitarem-na, restringindo o estudo a buscar associações ou correlações ao invés de causalção. No entanto, quando a causalidade é relevante ao tema de estudo, evitá-la pode tornar a pesquisa irrelevante. Assim, o pesquisador deve direcionar esforços a tentar inferências causais, diminuir as incertezas inerentes a elas e prover a melhor e mais honesta estimativa sobre elas. Relacionado à inferência causal está o desenvolvimento e teste de teorias, exigindo que sejam propostas com lógica e consistência interna de modo a torná-las falsificáveis e testáveis, e permitir que a inferência seja concreta, com consequências observáveis.

Enquanto a inferência descritiva se centra em explicar “o quê”, a causal tenta responder “o porquê”. Apesar de ser, às vezes, tratada como mera descrição, a pesquisa descritiva é fundamental para a construção do conhecimento sobre fenômenos sociais, para a identificação de problemas sociais ou para desafiar pressupostos consensuais. Este tipo engloba a maioria das pesquisas financiadas pelos governos para angariamento de dados. Ademais, uma boa descrição provoca a necessidade de compreender o porquê; ou seja, compreender o segundo depende do primeiro (DE VAUS, 2001).

A pesquisa explicativa depende de entender as causas do fenômeno. Envolve desenvolver uma explicação causal (influência de uma variável independente – ou de uma condição – X , sobre um resultado, Y). Na tentativa de explicar o porquê, o pesquisador pode tanto construir quanto testar teorias. A construção de teoria é o processo em que o pesquisador parte de observações e usa a lógica indutiva para derivar uma teoria. Assim, busca explicar observações a partir de uma teoria, partindo do particular para chegar ao geral, envolvendo perguntar se a observação se adequa a um padrão. O teste de teoria parte dela para guiar a análise observacional (do geral ao particular). Neste, o pesquisador usa a dedução para derivar

pressupostos da teoria e usa os casos para testar a validade da teoria no mundo real (DE VAUS, 2001).

Um bom desenho de pesquisa permite o desenvolvimento de inferências causais válidas. No entanto, acessar relações de causalidade a partir de inferência é bastante complicado no mundo real. Tal dificuldade está relacionada ao comportamento humano, que sempre envolve um componente errático, e a impossibilidade de manipulá-lo para fins de observação científica (lembramos que, mesmo que estejamos analisando a relação entre Estados, empresas, instituições etc., ao fim, eles são geridos por humanos). Por isso, há técnicas desenvolvidas para buscar acessá-las empiricamente, por meio da identificação de causalção.

Inferências causais serão mais fortes sempre houver a identificação dos seguintes tipos de causalção: 1) a conjunção constante de causas e efeitos, conforme requerido na abordagem Humeana (busca de regularidades empíricas); 2) não há o efeito quando a causa está ausente, em um mundo o mais parecido possível daquele em que a causa está presente, conforme proposto na abordagem contrafactual; 3) um efeito depois da causa é manipulado, assim como demandado em experimentos; 4) atividades e processos ligando as causas aos efeitos, de acordo com o exigido na abordagem mecanicista, (BRADY, 2009).

Geralmente, as análises qualitativas buscam explicar as “causas dos efeitos” (identificar as causas de resultados específicos – uma guerra, por exemplo – para cada e todo caso incluído no escopo da investigação) e as quantitativas, os “efeitos das causas” (estimar o efeito de uma ou mais causas – quais as variáveis que aumentam as chances de Estados entrarem em guerra) (MAHONEY; GOERTZ, 2006). Ainda assim, há variação, dado o imenso universo de métodos e técnicas a disposição na literatura de métodos e técnicas de pesquisa, conforme veremos a seguir.

Brady (2009) desenvolve uma análise dos tipos de causalção a partir das teorias de causalidade desenvolvidas por filósofos e estatísticos. No primeiro tipo de explicação (“causas dos efeitos”), inclui duas teorias de causalidade. Na teoria Humeana, busca-se formas de causalção que identifiquem regularidades. Neste tipo, pode-se utilizar modelos estatísticos em busca de causalção a partir da observação de covariação e correlação entre variáveis, focando na variável dependente (veja capítulo 6), ou as análises qualitativas que “emulam” a quantitativa (veja a seção 2 do capítulo 3). Outro cami-

nho é pela teoria mecanicista. Esta busca identificar os uma relação entre dois eventos, em que o segundo deriva do primeiro, em seu nível mais detalhado. Por isso, é buscada, geralmente, por meio de estudos de casos aprofundados. Uma técnica em uso crescente é o rastreamento de processos (veja a seção 1 do capítulo 3).

No outro grupo, inclui outras duas teorias de causalidade. A contrafactual busca pressupor cenários alternativos em um mundo o mais similar possível, com a diferença de que nesse, a causa de um efeito não está presente. O objetivo é contrastar os dois mundos iguais, sendo que em um determinado fenômeno aconteceu e em outro não, observando se o mesmo aconteceu com sua eventual causa. O problema está em encontrar evidências para comprovar o que teria acontecido estando a causa presente (BRADY, 2009). Existem abordagens comparadas da metodologia qualitativa para buscar este tipo de causalidade, tais como o QCA e os Métodos de Mill (veja o capítulo 3). Por exemplo, pode-se comparar países em períodos históricos ou geopolíticos semelhantes para avaliar se determinadas condições (semelhantes) geram comportamentos parecidos entre os países.

Por fim, a manipulação é outra forma de identificar causalidade. O foco recai sobre os efeitos de um tratamento sobre um grupo, em comparação com o grupo placebo (BRADY, 2009). As técnicas utilizadas são os experimento ou quasi-experimentos, mas conforme mencionado, devido ao predomínio de estudos observacionais em RI, estas técnicas não entraram no escopo desse livro.

É a partir da inferência que se pode avançar no processo de generalização de achados ao alargar padrões observados em uma amostra para uma população. Para melhorá-las, Mesquita (2017) lista como desafios superar problemas de indeterminação e multicolinearidade. O primeiro problema seria resolvido através do aumento de observações, de modo a avaliar se a relação causal proposta para os casos está presente também em outros casos. A receita de aumentar o número de casos, no entanto, não é tão aceita por alguns autores mais interessados em inferências a partir da identificação de mecanismos causais – veremos este debate mais profundamente na próxima seção deste capítulo. O segundo está relacionado ao alto nível correlação entre variáveis independentes, fenômeno que dificulta a estimação, com precisão, do efeito individual de cada uma sobre a dependente. Em síntese, estudos com poucas variáveis independentes serão mais eficientes, porém com risco de viés, ao passo que o aumento deste tipo de variável também aumenta

as chances de multicolinearidade. Por sua vez, aumentar o número de casos pode gerar inferências mais generalizáveis, mas isto pode ocorrer às custas de precisão conceitual.

Para encerrar esta seção, cabe destacar que a preocupação crescente com desenhos de pesquisa tem gerado desdobramentos importantes nas Ciências Sociais que têm o potencial de aumentar a confiabilidade nas inferências propostas por pesquisadoras e pesquisadores. Um resultado é uma preocupação emergida recentemente, devido a identificação de publicações com problemas na replicação de resultados, com a transparência, reprodutibilidade e replicação dos estudos, por meio de boas práticas de disponibilização de relatórios de coleta de dados, bases de dados e rotinas de replicação de modelos estatísticos. A inobservância destas boas práticas ainda são um problema significativo em diversos campos das ciências sociais e naturais e que sequer há um consenso quanto ao que exatamente significa transparência, reprodutibilidade e replicação (FIGUEIREDO *et al.*, 2019)⁴.

Na Ciência política brasileira, o problema é significativo. De acordo com um levantamento em 650 artigos nas principais revistas da área, feito por Avelino, Desposato e Mardegan (2021), dos artigos que utilizam métodos quantitativos (197), somente 42% (83) atenderam à solicitação de envio de dados e códigos, o que já é motivo de certa preocupação. Deste grupo mais preocupado com a transparência, foram encontrados problemas em 2/3 dos casos, ou seja, apenas em 28 foi possível replicar os códigos às bases de dados, sendo que houve sucesso na replicação de resultados em apenas 5% deles. Os responsáveis pelo artigo relatam terem encontrado problemas seja com os códigos, resultados ou nos dados em si.

Nos métodos qualitativos, também já há propostas de formalização de regras e procedimentos para aumentar a transparência e disponibilização de dados. Tais regras devem se direcionar a prover parâmetros claros de teste de hipóteses também em estudos qualitativos, garantindo maior interação entre teoria, evidências e sua interpretação. Além disso, servem para estabelecer conexões

⁴ Figueiredo e seus colegas sumarizam replicação como o processo pelo qual os achados de um artigo publicado são reanalisados para confirmar, avançar ou desafiar os resultados originais, reprodutibilidade como um grupo de funções computacionais que permitem exatamente reproduzir os resultados observados a partir de uma base de dados, e transparência como a abertura completa de um desenho de pesquisa que inclui os métodos de coleta e análise de dados, a disponibilização pública dos dados brutos e manipulados e os scripts computacionais usados no processo (FIGUEIREDO *et al.*, 2019).

mais claras entre conceitualização, mensuração e análise. A prática de pré-registro serviria a estes objetivos, cumprindo três dimensões de transparência: objetivos e perguntas de pesquisa (especialmente, pensar no desenho de pesquisa para evitar viés de confirmação); métodos de coleta de dados (avaliando o maior número possível de manifestações empíricas do fenômeno); plano e resultado de análise do material coletado (considerando uma avaliação dos pressupostos confirmados ou rejeitados, assim como impactos destes achados às teorias trabalhadas). Dentre as etapas, o pesquisador ou pesquisadora deve considerar a conceitualização, o desenvolvimento da teoria e desenho de pesquisa. No último, deve levar em conta as hipóteses e o tipo de causalção proposta, critérios para a seleção de casos, ferramentas para coleta de dados e forma de análise (PIÑEIRO; ROSENBLATT, 2016).

Obviamente, este é um processo bastante dispendioso em termos de tempo e recursos humanos, por isso, deve-se equilibrar custos e benefícios, e os imperativos de necessidade de publicação impostos à pesquisadores e pesquisadoras, mas é inegável que tais práticas contribui para a qualidade nos resultados da pesquisa e eficiência durante sua execução, contribuindo para o desenvolvimento de pesquisa qualitativa mais sistemática.

2.3. VARIAÇÕES DOS DESENHOS DE PESQUISA

Os desenhos de pesquisa são, geralmente, classificados a partir de dicotomias que representam tipos ideais, mas é necessário compreender que há sobreposição entre estes tipos de desenhos. De Vaus (2001) os classifica a partir de seus objetivos: podem ser descritivos (responder “o quê”) ou explicativos (“o porquê”). A pesquisa descritiva é fundamental para a construção do conhecimento sobre fenômenos sociais (engloba a maioria das pesquisas de angariamento de dados financiadas pelos governos). Apesar de ser por vezes pormenorizado, este tipo contribui enormemente ao desenvolvimento da ciência por gerar informações e dados – tais como indicadores, censos, estatísticas, mapeamentos ou retrospectivas históricas – ou por permitir o desenvolvimento de reformas e políticas públicas para a solução de problemas sociais. Ademais, uma boa descrição provoca a necessidade de compreender o porquê; ou seja, compreender o segundo depende do primeiro. Por sua vez,

a pesquisa explicativa depende de entender as causas de um fenômeno. Envolve desenvolver uma explicação causal (influência de uma variável independente, X, sobre o resultado, Y). Na tentativa de explicar o porquê, o pesquisador pode tanto construir quanto testar teorias. A construção é o processo em que pesquisador parte de observações e usa a lógica indutiva para derivar uma teoria. Assim, busca explicar observações a partir de uma teoria, partindo do particular para chegar ao geral, envolvendo perguntar se a observação se adequa a um padrão. O teste de teoria parte dela para guiar a análise observacional (do geral ao particular). Neste, o pesquisador usa a dedução para derivar pressupostos da teoria e usa os casos para testar a validade da teoria no mundo real.

Gerring (2006) propôs uma tipologia para classificar os desenhos de pesquisa que serve como uma ferramenta interessante para orientar a seleção de casos. O autor classifica os desenhos de pesquisa com base em 3 variáveis; a) número de casos (um, alguns ou vários); b) tipo de variação entre variáveis independentes e dependentes (espaciais ou temporais); c) localização da variação (entre casos ou intracaso). A partir dessas variáveis, são gerados 10 tipos possíveis. Os estudos de caso único constituem cinco desses tipos: análise de um único caso com variação temporal (política externa de dois governos do mesmo país); variação dentro de um único caso em um único momento no tempo (duas áreas de política externa no mesmo governo); combinação de variação temporal e espacial de um caso (mudanças em duas áreas de política externa entre dois governos no mesmo país). Outros dois tipos incluem a combinação de alguns casos em um único estudo baseado no método comparativo ou histórico-comparativo (também chamado de 'mais e menos semelhantes', já apresentado). Finalmente, vários casos (mais de cinco) podem ser comparados: transversal, comparação entre várias unidades (diferentes países); séries temporais transversais, comparação entre várias unidades com um componente temporal incluído (diferentes países e períodos); hierárquica, quando a comparação é feita entre casos e dentro de casos; e séries temporais hierárquicas, quando todas essas formas de covariação são incluídas.

Já Mesquita (2017), separa os desenhos de pesquisa a partir de três clivagens. Primeiro, quanto ao método, divide entre qualitativo e quantitativo. Ainda que haja discordância quanto a existência de uma mesma lógica inferencial entre as duas tradições (debate que faremos nas próximas páginas), é uma divisão que norteia os debates sobre desenhos de pesquisa. Segundo, divide os desenhos a

partir do número de observações, separando pesquisas com amostra grande de com pequenas. Enquanto as primeiras são exclusivamente quantitativas e têm o impacto de sacrificar a profundidade dos casos analisados ao passo em que ganha em condições de generalização, as segundas geralmente utilizam métodos qualitativos, ganhando em profundidade ao custo de generalização e parcimônia. Por fim, separa entre desenhos experimentais e observacionais. Enquanto os experimentos avaliam se X causa Y através da manipulação pelo pesquisador, que expõe um grupo a uma causa potencial, enquanto outro não (grupos de controle e de tratamento), nos estudos observacionais o pesquisador ou pesquisadora observa os fenômenos moldados pela história ou pela natureza, buscando comparar as diversas manifestações disponíveis na relação entre X e Y.

Outra proposta de classificação parte de Gschwend e Schimelfennig (2007). Eles separam os desenhos de pesquisa a partir de duas clivagens básicas: a primeira divide em termos de tipo de inferência causal; por um lado, as centradas no fator são aquelas interessadas no poder explicativos dos fatores causais (ou em qual o efeito de X em Y), enquanto as centradas no resultado são aquelas que buscam considerar as diversas VI que explicam da maneira mais completa a VD; a segunda divide as pesquisas a partir do tamanho das amostras, entre N-grande e N-pequeno (determinando o tipo de informação empírica utilizada de acordo com quantos casos são analisados).

Essas clivagens determinam a profundidade e amplitude do escopo da pesquisa e a precisão e generalização dos achados em relação a uma população subjacente. Ademais, servem para auxiliar o pesquisador a definir o desenho de pesquisa mais adequado. Pesquisas centradas no fator com amostras grandes devem usar experimentos ou modelos estatísticos, enquanto aquelas com amostras pequenas podem comparar poucos casos ou usar quase-experimentos. Pesquisas centradas no resultado que usam amostras grandes podem usar a análise comparada qualitativa (QCA), enquanto aquelas de amostra pequena devem recorrer aos estudos de caso.

Kellstedt e Whitten (2018), partindo da premissa de que a comparação é a base da ciência, separam os desenhos de pesquisa entre observacionais e experimentais. Cada tipo utiliza uma forma de comparação para analisar a relação entre X (variável independente de interesse) e Y (variável dependente), enquanto evita a influência de Z (outras variáveis possivelmente influentes em Y).

Os experimentos são desenhos em que se controla os valores de X, de que modo que tais valores não dependam dos participantes ou de fatores do mundo real. No entanto, tais valores devem ser atribuídos aleatoriamente aos participantes, formando os grupos de tratamento (em que o valor de X está presente – o grupo que recebe o medicamento) e de controle (valor X ausente – o grupo placebo). A designação aleatória permite que a comparação entre os grupos seja a mais pura possível, já que outras possíveis causas de Y (Z) não irão ‘poluir’ a comparação, tornando os grupos idênticos quanto a elas. Este tipo de desenho tem a vantagem de não ter causalidade reversa, nem o risco de a correlação encontrada estar relacionada a Z (relação espúria). Por isto, tal desenho garante forte confiança nas inferências causais alcançadas, com alta validade interna. Por outro lado, sua aplicação é restrita, já que nas RI nem toda VI é controlável e sujeita a manipulação experimental. Ademais, têm baixo grau de validade externa pela baixa confiança da aplicabilidade dos achados a uma população mais ampla, tendo em vista que o recrutamento dos participantes não é aleatório (amostra de conveniência). Este tipo de desenho também não permite comparar o peso explicativo das diferentes VI, já que se observa apenas X. Por fim, existem os dilemas éticos, já que são aplicados diretamente em humanos, submetendo-os a situações que podem ser desconfortáveis (KELLSTE-DT; WHITTEN, 2018).

Os estudos observacionais emulam os experimentos a partir de comparações através da observação do que existe no mundo real. Como são dados, o pesquisador não controla os valores das variáveis, desta forma, devendo observar casos com variação na VI e na VD. Enquanto alguns consideram que este tipo de desenho impossibilita propor relações causais, apenas encontrar correlações, outros argumentam que é possível avaliar com alto grau de confiança os efeitos de Z sobre Y, sempre que considerando as possíveis causas alternativas para Y. Para produzir inferências a partir da observação, pode-se desenvolver uma análise transversal (comparação entre unidades, em RI, geralmente os países) ou uma série temporal, ao comparar uma unidade em diferentes momentos (com base em intervalos de anos, meses etc.). Este tipo de desenho tem, intrínseco, o problema de causalidade reversa, já que não é possível determinar a ‘direção’ da correlação. Ademais, sempre terá presente a possibilidade de Z influenciar Y, tornando a relação entre X e Y espúria, o que tenta ser sanado pelos pesquisadores seja pela determinação de critérios de homogeneidade de Z entre os casos, seja por

meio da inserção de variáveis de controle (outras possíveis causas de Y), que permitam observar os efeitos médios de X sobre Y, *ceteris paribus*. Ainda assim, é impossível mapear todas as causas de Y para que sejam inseridas no modelo estatístico ou consideradas na delimitação da população que a amostra deve representar (considerando o objetivo de generalização dos achados e de tamanho de amostras grandes) (KELLSTEDT; WHITTEN, 2018).

Os estudos observacionais são a maioria em RI, já que sua principal unidade de análise, os Estados, não se adequam aos experimentos. Por isto, uma divisão mais corrente entre os tipos de desenho de pesquisa é entre aqueles que aplicam as metodologias qualitativa e quantitativa. Não há consenso se ambas as metodologias utilizam a mesma lógica inferencial. Por um lado, a postura chamada de “imperialismo quantitativo”, bem representada pelo livro seminal de KKV, considera que ambas as tradições são compatíveis, apesar de aplicarem a lógica quantitativa aos estudos qualitativos e defenderem que as pesquisas qualitativas são pouco rigorosas metodologicamente e limitadas que se refere à validade externa de seus achados (dificultando sua generalização e a realização de teste de teorias).

Esta visão gerou respostas de pesquisadores especializados em métodos qualitativos. Brady e Collier (2004), em *Rethinking Social Inquiry* (doravante RSI), criticaram o uso de um referencial quantitativo (regressão linear) para a análise qualitativa por KKV, negligenciando as virtudes da pesquisa qualitativa, e o potencial de estudos de caso para a generalização e a elaboração de hipóteses. Outros autores, como Derek Beach e Rasmus Pedersen (2016) defendem o “separatismo qualitativo”, argumentando que não seria possível transportar conceitos de uma tradição para a outra, já que são diferentes em termos epistemológicos, compreensão de causalidade, número de observações necessárias para produzir inferências causais, além de considerações ontológicas quanto à natureza da realidade (determinística ou probabilística).

Nesta separação, enquanto a tradição qualitativa, em geral, busca-se alegações de causalidade do tipo determinística, ou seja, identificar as condições necessárias e/ou suficientes para que um resultado ocorra, dado limites temporais e espaciais, a quantitativa considera que as relações são probabilísticas, ou seja, na medida em que o valor de uma variável independente aumenta, gera um aumento ou diminuição na probabilidade de um resultado acontecer.

Por outro lado, autores como Mahoney e Goertz (2006) consideram que, apesar das diferenças, as tradições podem se complementar. Os autores analisam as diferenças entre as culturas quanto a valores, crenças e normas, e consideram que ambas podem produzir inferências descritivas e causais válidas; o que difere são as práticas de cada corrente, que se adequam aos seus objetivos e, conseqüentemente, ao desenho de pesquisa que deve ser utilizado.

Assim, a qualitativa explica o resultado em termos de condições necessárias e/ou suficientes, seja por meio do método da diferença/discordância de Mill (1843), de tipologias explicativas ou da comparação qualitativa de Ragin (2008). Já a quantitativa usa uma abordagem correlacional de causalidade, em que determinadas variáveis afetam, em média, os resultados dentro de um universo amplo. Dentro desta lógica, a primeira analisa o impacto de uma combinação de variáveis sobre um resultado, enquanto a segunda tenta 'isolar' o efeito de uma ao passo que mantém as demais na média.

Também cabe mencionar a explicação da causalidade INUS (*insufficient but necessary part of an unnecessary but sufficient condition*), que pressupõe a possibilidade de não existir uma única causa necessária ou suficiente, sendo a causa individual parte insuficiente, mas necessária de um arranjo que, por sua vez, é desnecessário, mas suficiente; a inovação de INUS é a equifinalidade aos estudos qualitativos, algo intrinsecamente existente na metodologia quantitativa, permitindo um diálogo entre as causalidades de ambas (MAHONEY, 2008).

Seguindo, na qualitativa, a seleção de poucos casos é balanceada pelo peso que eles têm sobre a explicação teórica, já que um caso pode derrubar uma teoria, ou ao menos levar a reconsideração de suas premissas. Na quantitativa, todos os casos têm peso igual e a ocorrência de casos desviantes é comum, estando em acordo com a proposta de identificar efeitos médios. As tradições também diferem quanto à importância dada a um caso: enquanto no quantitativo nenhum caso é importante a priori, a identificação de desviantes é importante, já que podem ter peso decisivo sobre os resultados estatísticos; no qualitativo, os casos não são tratados como iguais já que o pesquisador seleciona deliberadamente os casos (algo intrínseco quanto se adota estudos de caso), a partir do conhecimento teórico prévio que determina casos especialmente importantes ou de interesse social/acadêmico (MAHONEY; GOERTZ, 2006).

Enquanto a abordagem quantitativa garante maior alcance, permitindo generalizações a populações mais amplas, na tradição qualitativa é adequado definir a população que a teoria cobre, de modo a garantir homogeneidade causal. Por isto, a seleção de casos tem que ser justificada e restrita a um pequeno número, focando em casos em que um resultado de interesse ocorre (positivo); os negativos podem servir para contrastar e testar teorias. Na quantitativa, a seleção deve ser aleatória e representar o mais próximo à população geral; a seleção com base na variável dependente é considerada viés de seleção (MAHONEY; GOERTZ, 2006). Há controvérsia nesta questão, já que há críticas à seleção com base na variável dependente, mesmo em pesquisa qualitativas, como defendido por Barbara Geddes (1990).

A falta de ajuste também é tratada de forma diferente. Como a pesquisa qualitativa permite o conhecimento aprofundado de um caso, quanto este não se adequa ao modelo causal, torna-se necessário identificar o fator que leva tal caso a seguir um caminho diferente. Mesmo que não altere a teoria, precisa especificar o que explica este resultado diferente. Nos quantitativos, não explicar um caso isolado não é problema, já que há, nos modelos, a especificação de um termo de erro que explicaria fatores idiossincráticos. Por um lado, aqueles que usam quantitativos questionam dar maior peso a determinados casos no teste de uma teoria, já que o interesse seria aumentar a amplitude da teoria, ou seja, explicar o máximo de casos possíveis. Por outro, a tradição qualitativa critica a mera especificação de um termo de erro, ao invés de explicar o motivo da ocorrência de casos desviantes (MAHONEY; GOERTZ, 2006).

Ademais, as tradições diferem quanto à formulação dos conceitos e sua medição. Os qualitativos buscam uma definição precisa do conceito, a partir da especificação detalhada de seus critérios, para evitar seu alargamento e aplicação a casos de forma inadequada. Os quantitativos focam na operacionalização e no uso de indicadores. Espera-se que ocorram erros na medição no nível dos indicadores, mas o problema pode ser sanado na especificação do modelo (MAHONEY; GOERTZ, 2006).

Cabe mencionar, ainda neste capítulo, os desenhos de pesquisa que aplicam métodos mistos ou multi-métodos (a serem explorados mais aprofundada no capítulo 7) aproveitando-se das vantagens de cada tradição e os utilizar de maneira complementar para aumentar o grau de certeza quanto aos achados. Por isto, em comum entre os entusiastas dos métodos mistos está a crença de que a combina-

ção das metodologias pode ser uma abordagem poderosas já que cada uma serviria para superar a limitação de outra em determinado grau. Esta estratégia poderia auxiliar no processo de validação, colocando a convergência dos achados como determinante no aumento da confiança na validade dos resultados. No entanto, sua aplicação ainda é algo recente e debate ainda precisa avançar, considerando que as diferenças epistemológicas e ontológicas entre as tradições qualitativa e quantitativa, podem levar a questionamento das inferências geradas.

Na definição de um desenho de pesquisa, além da importância de considerar as boas práticas propostas pela literatura, o pesquisador deve centrar-se em o que pretende conhecer ou explicar. Na escolha do desenho adequado, é preciso compreender os trade-offs envolvidos na formulação de um desenho de pesquisa. Estas clivagens propostas pelos vários autores determinam a profundidade que os casos são analisados e a amplitude de casos analisados, além das condições do pesquisador em explicar alguns poucos casos com precisão, ou generalizar para vários. Estes fatores são essenciais para conseguir responder adequadamente uma pergunta de pesquisa e conectar teoria e dados de modo a produzir inferências válidas.

De modo geral, na produção em Relações Internacionais no Brasil, a preocupação com desenhos de pesquisa é recente. Conforme apresentado na introdução, em geral, nossa produção científica pormenoriza os desenhos de pesquisa, não apresentando metodologias claras ou domínio das noções de inferência e causalidade. Ainda é minoritária, mesmo que crescente, a parcela de publicações que explicitamente apresentam um desenho de pesquisa consistentemente direcionado a diminuir as incertezas quanto às inferências apresentadas. O crescimento da exigência de o pesquisador apresentar um desenho de pesquisa para publicar nas principais revistas nacionais e a chegada dos autores brasileiros aos periódicos internacionais demonstram um amadurecimento deste debate no país, assim como a melhora em nossa capacitação técnica e de formação em metodologia.

CAPÍTULO
3**METODOLOGIA QUALITATIVA**

A metodologia qualitativa é a mais diversa epistemológica e ontologicamente, podendo ser compatibilizada com bases positivistas ou subjetivistas. Neste capítulo, traçamos suas principais características e abordagens, mas separamos aplicações mais específicas para serem analisadas nos capítulos seguintes, como o Método Histórico e a Etnografia.

Para apresentar as aplicações contemporâneas de métodos de pesquisa qualitativa, parto das características gerais da metodologia qualitativa, suas principais vantagens e desvantagens, e como elas se relacionam com o tamanho das amostras. Depois, discuto as diferentes lógicas de causalidade e suas implicações no processo de seleção de casos. Na sequência, apresento os principais métodos e técnicas da metodologia, desde o rastreamento de processos causais, aos métodos comparados, incluindo os Métodos de Mill, a Análise Histórica Comparada (CHA, da sigla em inglês), as tipologias explicativas e a Análise Qualitativa Comparada (QCA, da sigla em inglês). Encerro o texto fazendo uma breve reflexão sobre a metodologia qualitativa na produção científica em RI no Brasil.

Os métodos qualitativos de pesquisa investigam a manifestação de um fenômeno localizado temporal e espacialmente. Por isto, este tipo de análise é restrito a amostras (N) pequenas ou médias⁵, o que significa que o investigador deve utilizar múltiplas fontes de evidência para observar muitas variáveis possivelmente determinantes no resultado, de modo que elas convirjam com a teoria em voga e

⁵ Recentemente, foi desenvolvida uma abordagem intitulada de *Large-N Qualitative Analysis* (LNQA), que propõe a análise aprofundada de amostras grandes para generalizar inferências originadas na identificação de mecanismos causais. Ainda que se adeque a eventos relativamente raros (revoluções, guerras, mudanças de regime) e permita a compatibilização com métodos quantitativos, sua base é o uso de um número relativamente grande de estudos de caso individuais (ou mesmo a população total) para a utilização de uma lógica de generalização absoluta para uma subclasse de evento ou fenômeno. Ainda que os autores já apresentem aplicações interessantes do método, sua utilização é ainda bastante recente e requer significativos investimentos em recursos humanos (GOERTZ; HAGGARD, 2022).

orientem a coleta/análise dos dados. Este tipo de método permite atingir elevada validade conceitual e interna, desenvolver novas hipóteses, examinar mecanismos causais e lidar com a complexidade da causalidade nas ciências sociais. Assim, as investigações qualitativas permitem uma melhor compreensão dos fatores contextuais que determinam um fenômeno, fornecem uma definição adequada do conceito em análise e identificam relações causais complexas e/ou efeitos interativos entre variáveis (GEORGE; BENNETT, 2005).

Além disso, são úteis para a criação de teorias por meio da documentação de processos com maior riqueza de informações, o que permite a identificação de detalhes e a coleta de evidências que servem para avançar no desenvolvimento de conceitos, tipologias e a identificação de explicações/hipóteses alternativas. No entanto, não permitem estimar a “força” de efeitos causais, ou o peso individual de uma variável sobre o resultado. Também é limitado para testar hipóteses gerais para um universo amplo de casos e períodos (ODELL, 2001).

Um estudo de caso, a unidade básica da metodologia qualitativa, representa um extremo nestes pressupostos apresentados (menor tamanho de amostra, e maior perspectiva de validade interna e conceitual etc.). Pode ser classificado como a análise de apenas um caso, portanto, a mais densa e holística de um fenômeno, podendo focar em processos internos ao caso para ganho de intensidade e para identificação de mecanismos. A lógica intrínseca é que, quanto menos casos, mais aprofundada poderá ser a análise, mas menor será a validade externa dos achados e/ou condições de generalização.

Mesmo que seja amplamente usado em RI, o método é pouco compreendido, sendo inclusive tratado como pouco científico (problema agravado por muitos autores e autoras ignorarem suas potencialidades e limitações). Ao introduzir o conceito, Gerring (2006) aponta que se referir a um estudo de caso pode significar: a) o uso do método qualitativo em amostra pequena; b) uma pesquisa holística, densa; c) que utiliza-se um tipo específico de dado (etnográfico, não-experimental, histórico, dentre outros); d) que o método de coleta de dados é naturalístico; e) que o tópico é difuso (caso e contexto é de difícil distinção); f) que aplica-se triangulação (múltiplas fontes de evidência); g) investiga propriedades de uma única observação; h) que pesquisa-se propriedades de um fenômeno, instância ou exemplo único.

No entanto, destaca que há contradições e limitações na maioria destas definições. Por isso, busca caracterizar o estudo de caso como a observação de uma unidade (fenômeno) em determinado espaço e tempo; em RI, é bastante comum que esta unidade seja um Estado. Cada caso pode prover múltiplas observações de um único caso (*within-case*). Ao passo que a delimitação espacial pode ser mais clara, a temporal pode ser mais difícil de definir. A técnica envolve tanto o estudo de caso único, quanto comparação e poucos casos (*cross-case*). A unidade em análise não é representativa da população, já que não é assegurada homogeneidade populacional (GERRING, 2006).

A despeito desta falta de representatividade, o foco em um evento específico se justifica pelo especial interesse nele para a compreensão da realidade internacional. Por exemplo, para explicar os motivos ou condições que levam a eclosão de guerras, faz muito mais sentido estudar a ocorrência do fenômeno guerra – e uma guerra em específico – do que estudar períodos de paz (MAHONEY; GOERTZ, 2006). Assim, na análise qualitativa, para entender as causas da guerra, estudar seus casos é o caminho mais intuitivo e cientificamente razoável, já que o número de casos em que conseguiremos nos aprofundar é limitado. Por isso, tem subjacente a ideia de que observações sobre períodos de guerra têm um “peso” mais importante para sua explicação, mesmo sabendo que pode não representar adequadamente todo a população (história das RI); ou mesmo, que as causas da guerra variam historicamente, por isso, o que explica uma guerra na Idade Média difere das causas das guerras contemporâneas.

Podemos classificar desenhos de pesquisa como estudos de caso a partir de duas perspectivas: segundo a intensidade da análise; segundo o número de casos. Na primeira, um estudo de caso é uma investigação “densa, holística e com foco nos processos ou conjunções de processos internos ao caso, com ganhos em intensidade e conhecimento dos mecanismos de funcionamento do caso, quase sempre realizado de forma aprofundada, compreensiva e densa.” Na segunda, “quando o fenômeno estudado se refere a apenas um caso (um país, por exemplo) e, dentro dele, analisam-se as variações, podendo ser menos denso, buscando entender tendências gerais e efeitos do funcionamento do caso” (SÁTYRO; D’ALBUQUERQUE, 2020, p. 7).

Gerring (2006) considera que, apesar de amplamente aceito, um estudo de caso não necessariamente significa poucas observa-

ções. O que distinguiria os estudos de caso de outros métodos é se basear “em evidências extraídas de um único caso e sua tentativa, ao mesmo tempo, de para iluminar características de um conjunto mais amplo de casos”, conseqüentemente, “o número de observações (N) empregadas por um estudo de caso pode ser pequeno ou grande e, conseqüentemente, pode ser avaliado de forma qualitativa ou quantitativa” (p. 29). Ele argumenta que parece intuitivo pensar que um estudo de caso significa $N=1$, no entanto, qualquer estudo de caso implica um N minimamente igual a dois já que, para estudar um evento de importância histórica (usa como exemplo a Revolução Francesa), o autor deverá empreender ao menos uma comparação entre o antes e o depois da revolução (variação temporal). Em outro recorte, pode-se investigar covariações de padrões intra-caso. Grosso modo, a investigação científica envolve algum tipo de comparação para observar as transformações que um evento traz, ou como condições consideradas influentes para explicar sua ocorrência covariam.

Esta perspectiva vai de encontro com o debate introdutório do livro seminal de Ragin (1987), em que é defendida a ideia de que, virtualmente, toda pesquisa social envolve uma comparação de alguma forma. Assim, seria impossível pensar sem fazer comparações, já que ela provê a base para desenvolver afirmações sobre regularidades empíricas, e para avaliar e interpretar casos em relação a critérios teóricos ou substantivos.

Ainda que o estudo de caso possa envolver diferentes observações acerca de um mesmo evento, utilizando inclusive métodos quantitativos, em geral, o estudo de caso está relacionado à investigação aprofundada de um fenômeno, o que acarreta necessariamente na restrição do tamanho das amostras, um dos pontos criticados na metodologia qualitativa por correntes fundadas na epistemologia positivista. É o exemplo de KKV (1994), quando argumentam que na busca por padrões, o objetivo pela generalização seria inerente ao método científico (e não a metodologia quantitativa), conseqüentemente, a análise de poucos casos com muitas variáveis geraria problemas de graus de liberdade⁶ e dificultaria a observação de uma variedade de casos com valores que representassem a variação completa das variáveis de interesse. Em um capítulo de RSI, em “resposta” a KKV, Brady e Collier (2004) argumentam que a aná-

⁶ Graus de liberdade é um conceito da estatística. De acordo com Kellstedt e Whitten (2018, p. 176), “refletem a ideia básica de que ganharemos confiança em um padrão observado à medida que a quantidade de dados em que esse padrão se baseia aumenta”, ou seja, quanto maior a amostra, mais confiantes estaremos que as inferências encontra-

lise qualitativa permite múltiplas observações a partir de um mesmo caso (visão que se alinha a desenvolvida por Gerring (2006)). Ademais, defendem que não existe uma relação entre número de casos e produção de inferências causais, residindo a vantagem dos métodos qualitativos na validade conceitual e interna (evita o “estiramento” do conceito e possíveis problemas de validade interna dos achados).

Outra disputa inerente ao número de casos é a forma de selecionar. Logicamente, na metodologia qualitativa, a escolha é feita de maneira deliberada pelo pesquisador ou pela pesquisadora. Aumentar nosso conhecimento sobre um evento de importância histórica justifica o interesse em investigá-lo de maneira aprofundada. Por isso, é comum selecionar casos que assumem o valor positivo na variável dependente, ou seja, casos em que o fenômeno de interesse está presente. Novamente, podemos ilustrar com o exemplo das guerras. Ora, parece óbvio que para compreender as causas da ocorrência de guerras, devemos estudar guerras (casos com resultado positivo na variável dependente), não sendo interessante observar períodos/unidades em que não houve guerra (resultado negativo).

No entanto, KKV criticam o processo de seleção pela VD por centrarem-se em um resultado de interesse, impossibilitando ao pesquisador ou pesquisadora contrastar os valores que VI assumem quando o resultado está ausente. Por isto, defendem que a seleção deve partir da VI de interesse, e que os casos devem assumir valores que representem a completa variação desta VI, para relacioná-los com os diferentes resultados. Nesta linha de pensamento, sem observar casos em que a guerra não ocorreu, não conseguimos confirmar se as causas que identificamos como responsáveis pelo resultado positivo (guerra), estão de fato ausente naqueles casos com resultado negativo (não-guerra).

Por sua vez, a abordagem de RSI considera que é possível produzir inferências, desde que atingida representatividade do universo que se pretende explicar. Na seleção, o pesquisador deve considerar o *trade-off* entre parcimônia teórica e riqueza explicativa (diminuída

das se aplicam à população subjacente. Cabe esclarecer que, a medida em que inserimos variáveis independentes no modelo estatístico, “perdemos” graus de liberdade (deve-se subtrair da quantidade de observações da amostra). Assim, como as análises qualitativas costumam ter poucos casos e muitas variáveis, teríamos baixos graus de liberdade e pouca incerteza quanto à aplicação dos achados de um caso sobre uma população mais ampla, em outras palavras, são limitadas quanto à possibilidade de generalização. Autores da metodologia qualitativa questionam a aplicação desse preceito em estudos de caso.

a medida em que se aumenta o número de casos) e estar ciente de que a generalização dos achados se estende somente ao subgrupo de casos semelhantes aos selecionados.

Assim, devido a complexidade inerente aos fenômenos sociais, a tradição qualitativa tende a considerar que as explicações para sua ocorrência são temporal e espacialmente condicionadas. Retomando o exemplo da ocorrência de guerra, isto geraria duas implicações: a maior validade conceitual da metodologia qualitativa permite considerar as especificidades das guerras e suas variações históricas (afinal, seus objetivos, formas, meios empregados ou duração mudaram em termos espaciais e temporais), considerando que as explicações para a guerra (mais especificamente, para uma subclasse de guerra) também irão variar, afinal, resultado destas diferentes condições, o que motiva e os meios empregados em uma guerra convencional diferem de uma guerra cibernética (duas diferentes subclasses), por exemplo. Como consequência, se por um lado, haverá uma restrição no nível de generalização das inferências produzidas, em outras palavras, as explicações identificadas serão aplicadas apenas à subclasse a que se refere o(s) caso(s) estudados, por outro, se desenvolverá uma explicação mais completa e aprofundada sobre esta subclasse de evento.

A literatura propõe alguns critérios para a seleção de casos, dentre os quais, discuto, de forma bastante breve, alguns. A apresentação de critérios é uma forma de contornar as críticas ao viés de seleção na metodologia qualitativa e aumentar as condições para produzir inferências causais generalizáveis.

Uma estratégia muito usada (ainda que geralmente não explicada em artigos e livros) é a seleção de um caso típico. Ele é considerado como representativo de uma população mais ampla, o que permite generalizar os achados da pesquisa para outros casos semelhantes (ROHLFING, 2012). Na análise de casos menos prováveis (*least likely*), deve-se selecionar um caso que não se espera que seja explicado por uma teoria; se a teoria se aplica a este caso, deve funcionar para qualquer outro (quanto mais surpreendente o resultado, maior a confiança na validade da teoria) (BENNETT; ELMAN, 2007). Alternativamente, a seleção de um caso mais provável (*most likely*) pode servir para recuperar a confiança em uma teoria anteriormente considerada inválida. Outra estratégia é selecionar casos desviantes, aqueles que não seguem uma teoria, mesmo estando presentes as causas que levaram ao resultado esperado em outros casos. Este tipo de seleção permite encontrar os limites de uma teoria, gerar

novas hipóteses ou identificar VI anteriormente não consideradas (ODELL, 2001).

Há, inclusive, formas de selecionar casos a partir de modelos estatísticos. Para conhecer algumas, veja Seawright e Gerring (2008); outras estratégias que combinam as metodologias qualitativa e quantitativa serão abordadas no último capítulo, em que discutiremos os métodos mistos.

A preocupação com as variações dentro da metodologia qualitativa, suas bases ontológicas, epistemológicas e critérios para seleção de casos representou um avanço significativo desta tradição. Na esteira desse processo, vieram propostas de formalização de técnicas para a metodologia qualitativa, formas de aumentar sua rigidez, aumentar a transparência das pesquisas e a possibilidade de replicação, e conseqüentemente, diminuir as incertezas das inferências propostas. A seguir, relato as características gerais dessas técnicas, reportando suas principais referências e apresentando aplicações em RI.

3.1 TÉCNICAS APLICADAS NA METODOLOGIA QUALITATIVA

3.1.1. RASTREAMENTO DE PROCESSO (N-PEQUENO)

A observação de processos causais (*causal process observations*) se tornou a base empírica para fazer inferências na análise qualitativa. Esta técnica, quando associada a generalização a partir de determinado estudo de caso, permite o estabelecimento de associações aplicáveis a casos semelhantes por meio da técnica de rastreamento de processo (RP – *process tracing*) (BRADY; COLLIER, 2004).

O RP é a principal ferramenta de análise de hipóteses para estudos de caso qualitativos. Deve partir de três pressupostos básicos exigidos em uma relação de causalidade: 1) um evento específico ou processo ocorreu; 2) um evento ou processo ocorreu depois de um evento inicial; 3) o evento inicial é a causa do segundo evento (MAHONEY, 2012).

Por ter como pressuposto a sequência temporal entre eventos ou fenômenos, a técnica foca na descrição cuidadosa dos vários passos em trajetórias de sequências temporais e de causalidade. Para

a produção de inferências causais a partir da aplicação do RP, três passos preliminares são necessário: 1) a especificação de hipóteses é essencial para selecionar e interpretar evidências e pesar umas com as outras, a partir da observação de casos; 2) a distinção entre os testes de RP permite aumentar ou diminuir a certeza quanto à validade de hipóteses concorrentes, devendo ser utilizados de forma auxiliar e complementar; 3) a seleção de qual teste aplicar depende dos pressupostos e da interpretação das hipóteses (COLLIER, 2011).

Para contrastar hipóteses rivais e diminuir a incerteza em torno de uma hipótese de interesse, o RP propõe a aplicação de testes. Na aplicação dos testes, é necessário considerar se a hipótese de interesse tem explicações incompatíveis (exclusivas) ou compatíveis (não-exclusiva) com potenciais explicações concorrentes. O teste mais fraco é chamado de *straw-in-the-wind*. Este serve apenas para considerar a plausibilidade da hipótese, não servindo para definir critérios necessários ou suficientes para a ocorrência de um resultado. Por isto, apenas enfraquece hipóteses rivais e fortalece a principal de maneira parcial. O *hoop test* serve para identificar condições necessárias, mas não suficientes, da validade da hipótese. Pode servir para eliminar uma hipótese (caso não passe no teste) e fortalecer relativamente as demais. O *smoking gun test* serve para identificar condições suficientes, mas não necessárias, a partir da observação de rastros para os quais uma causa ou um resultado é uma condição suficiente. Por fim, o *doubly-decisive test* estabelece condições necessárias e suficientes para a validade de uma hipótese. Quando uma hipótese é corroborada, elimina as rivais. No entanto, este tipo é difícil de ser aplicado nas Ciências Sociais. Uma estratégia mais comum é a combinação de *hoop com smoking gun*, já que os testes são mais adequados a eliminar hipóteses rivais do que corroborar a validade da hipótese de interesse, ou seja, apenas diminuem as incertezas quanto a hipótese proposta, a partir do enfraquecimento das rivais (COLLIER, 2011).

Para uma aplicação interessante e muito eficaz de RP em RI, leia o artigo *The Argentina-Brazil Regional Power Transition*, de Schenoni (2018). O autor busca explicar a transição de poder no Cone Sul entre Brasil e Argentina sob a lente realista, contrastando sua hipótese com explicações alternativas anteriormente levantadas pela literatura por meio da aplicação dos testes característicos do RP descritos acima.

3.1.2. COMPARAÇÃO SIMPLES (N-PEQUENO)

O debate epistemológico, ontológico e dos contrastes com a metodologia quantitativa, além das técnicas qualitativas apresentadas são compatíveis com os métodos comparados, uma forma de aumentar as observações quanto a um fenômeno e contrastar resultados ou condições, e para diminuir as incertezas quanto as inferências alcançadas. O método de comparação remonta ao clássico *Sistema de lógica dedutiva e indutiva* de Mill (1843). O autor propôs o método da concordância, que parte do pressuposto de que se dois fenômenos coincidem em uma circunstância (dentre várias outras em que diferem) e no resultado, então esta circunstância é a causa do fenômeno de interesse. Alternativamente, o método da diferença pressupõe que se dois fenômenos apresentam várias circunstâncias em comum exceto uma, esta diferença é o que explica possíveis divergências no resultado.

A partir da proposta de Mill (1843), diversas propostas de análise comparada surgiram e se desenvolveram, tornando-se cada vez mais sofisticadas. Parto das comparações de dois casos para depois passar à CHA, às tipologias, até chegar ao QCA, método comparativo mais sofisticado em termos técnicos. Cabe frisar que há ampla possibilidade de combinação entre estes métodos.

O primeiro método de Mill (concordância) é base para os desenhos de pesquisa mais diferentes (*most-different*). Neste desenho, o pesquisador deve selecionar casos que são diferentes em tudo, menos uma VI e no resultado. O objetivo deve ser mostrar que aquela VI coincidente é responsável por este resultado comum. O uso de RP serve para provar que tal VI comum está relacionada ao resultado. Já o segundo (diferença) é a base dos desenhos mais parecidos (*most-similar*). Neste desenho, o pesquisador deve comparar casos os mais parecidos possíveis em todas as VI, com exceção de uma (de interesse) e da VD. A partir destes casos, usa o RP para mostrar que a diferença no valor da VI de interesse entre os dois casos é responsável pela diferença nos resultados. Esses desenhos permitem tanto a comparação transversal de casos (diferentes unidades, em RI, geralmente países) em um mesmo momento, quanto a comparação temporal de uma mesma unidade em diferentes períodos (um mesmo país em dois momentos históricos, governos) (HEIJDEN, 2014).

Sposito (2013) traz um exemplo de comparação temporal. Usou um desenho menos parecido para comparar a política externa de dois governos brasileiros diferentes em diversas dimensões (ideologia, regime, período histórico), mas com resultado comum (mudança na política externa). Frenkel e Azzi (2018) comparam transversalmente o Brasil e a Argentina nos governos Macri e Temer, relacionando as mudanças ideológicas e internacionais com as mudanças em suas políticas externas. Outras ilustrações de como fazer desenhos comparados usando a metodologia qualitativa, aplicadas à análise de política externa, são apresentadas por Sposito (2022).

3.1.3. ANÁLISE HISTÓRICA COMPARADA (N-PEQUENO/MÉDIO)

Outra técnica de pesquisa comparada é a Análise Histórica Comparada (*Comparative Historical Analysis* – CHA), uma tradição de pesquisa mais comum na política comparada, mas também usada em RI. Dentre as temáticas, podemos destacar trabalhos sobre a terceira onda de democratização nos anos 1980 e 1990, sobre padrões de desenvolvimento econômico, e estudos sobre institucionalismo histórico e conjunturas críticas (BERNHARD; O'NEILL, 2021).

De acordo com Mahoney e Thelen (2015), em *Advances in Comparative-historical-analysis*, a CHA manteve-se como uma abordagem muito utilizada, apesar das várias transformações metodológicas nas disciplinas de Ciência Política e RI, por ter algumas características bem definidas: (1) foco em resultados complexos de larga escala e de importância duradoura; (2) sua ênfase na pesquisa aprofundada de casos, empiricamente baseada, permite ampla aplicação e ampliação dos resultados das pesquisas; (3) o comprometimento com análises orientadas temporalmente permite contribuições para compreensão do processo e do tempo na política.

De acordo com Streeck (2015), a CHA consiste em explicações baseadas na história, de resultados amplos e substantivamente importantes. Busca identificar configurações causais que produzem tais resultados de interesse, com atenção específica às sequências históricas e o desdobramento dos processos no tempo. Tal análise parte do pressuposto que existem estruturas sociais amplas (macro) no mundo real (sociedades), sujeitas à dinâmica histórica, ou sejam, os efeitos de causas mudam no tempo e contexto.

A CHA tenta delinear processos históricos específicos pela conceituação de seus principais atributos e pela identificação das condições explicativas dos resultados, idealmente, por meio do uso de RP. Isto depende do recurso permanente à lógica, da ênfase em mecanismos e processos causais e sequências históricas, uma preocupação com os contextos subjacentes e a comparação entre um número relativamente pequeno de casos, selecionados a partir de critérios apresentados (AMORIM NETO; RODRIGUEZ, 2016).

A orientação a configurações macro está relacionada à preocupação com resultados de larga escala (transições democráticas, guerras etc.) e à análise de casos agregados (Estados, impérios, territórios etc.). (1) O componente configuracional significa que o pesquisador busca compreender como múltiplos fatores combinados geram processos; assim, considera que as variáveis trabalham juntas, com efeitos interativos e que fatores causais individuais devem ser analisados como partes de combinações amplas. (2) Por focar em casos, este método foca em problemas do mundo real, já que é direcionado a um problema e usa análise empírica observacional. Para isto, requer a definição de condições de escopo para delimitar os casos em que a teoria se aplica e o contexto em que o argumento é válido. A análise deve prover detalhes e ser aprofundada, especificando-se os mecanismos pelos quais as configurações causais geram efeitos em casos particulares (idealmente, pela técnica de RP). (3) A questão temporal é essencial porque modela os efeitos das variáveis em jogo e porque a estrutura temporal das causas importa para a análise e a explicação do resultado. Assim, contextualizar é essencial, já que o efeito de uma condição pode depender de sua localização temporal (seu 'posicionamento' quanto aos processos e eventos em análise influencia seu efeito). A criação de explicações válidas depende da situação dos casos na sequência de eventos em tela. Ademais, os processos têm uma estrutura temporal (lenta, gradativa, repentina etc.) que também deve ser identificada, já que pode moldar a forma e natureza dos efeitos causais e pode ser um resultado importante que vale a pena ser explicados (MAHONEY; THELEN, 2015).

A técnica foi bastante utilizada nos estudos de política comparada, como os livros seminais de Moore Jr., *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, Huntington, *A ordem política nas sociedades em mudança* e Lipset, *O Homem Político*, todos de meados do século XX. Ainda assim, a abordagem está crescentemente sendo adotada. Para verificar aplicações recentes desta técnica, veja o

dossiê temático publicado pela revista *Perspective on Politics*, em 2021, apresentado por Bernhard e O'Neill (2021).

3.1.4. TIPOLOGIAS EXPLICATIVAS (N-PEQUENO/MÉDIO)

Outro aporte metodológico da análise comparada é o desenvolvimento de tipologias explicativas. Estas tipologias vão além de uma mera descrição dos casos, propondo relacionar condições (ou combinações delas) com um resultado (BENNETT; ELMAN, 2007).

A teoria tipológica propõe especificar variáveis independentes e classificá-las em categorias nominais, ordinais ou intercalares com base na comparação entre casos, a fim de relacionar conjunturas (uma combinação de variáveis explicativas com valores diferentes) com os valores assumidos pela variável dependente. As categorias devem ser determinadas de acordo com limiares justificados, teórico ou empiricamente, para diferenciar cada categoria. As diferentes combinações de valores nas variáveis independentes configuram um caminho (*pathway*) que relaciona um mecanismo causal a determinado resultado. Os limiares determinam a alocação dos casos dentro das categorias de VI e devem garantir que cada um se enquadre em uma e somente uma, já que as categorias devem ser mutuamente exclusivas e exaustivas (GEORGE; BENNETT, 2005).

São classificações conceituais multidimensionais, baseadas em uma teoria explicitamente definida, invocando tanto os objetivos descritivos como classificatórios das tipologias. Quanto ao primeiro, envolve a criação de tipos a partir dos conjuntos de atributos dos conceitos (descritivo), ou seja, define os conteúdos de um conceito (tipos) para usá-los como caracterização. Por exemplo, uma tipologia de sistemas políticos codificar binariamente (presente x não presente) os atributos do conceito, tais como “sufrágio universal”, “transição pacífica de poder” ou “liberdades civis”. Nela, cada combinação única dos atributos provê um conceito composto separado que define um diferente tipo de sistema político (classificação). Em uma tipologia explicativa, as dimensões que definem cada célula nessa tipologia devem refletir valores das variáveis independentes da teoria, de modo a cada uma estar associada a um valor previsto das variáveis interveniente ou dependente da teoria (explicação).

Conseqüentemente, permite avançar de um objetivo descritivo sobre o que constitui determinado tipo, para um explicativo, ou seja, se a teoria estiver correta, o que é esperado dessa combinação de atributos (ELMAN, 2005).

Para construir uma teoria tipológica, pode-se adotar o modo indutivo ou dedutivo, ainda que ambos possam ser entrelaçados. O avanço na definição das categorias e seus cortes para criar a tipologia é feito a partir da interação entre a teoria em análise e os estudos de caso selecionados, por meio de uma abordagem cumulativa (*building block*).

Indutivamente, começamos com uma lista preliminar de VI observadas em casos com um resultado comum de interesse. Mesmo considerando que o objetivo final é desenvolver uma teoria tipológica, a estratégia é avançar progressivamente em direção a esse objetivo, a fim de evitar um compromisso precoce com uma tipologia bem definida, uma vez que, ao se avançar no conhecimento dos casos selecionados, é comum encontrar novas variáveis a serem consideradas/incluídas.

Dedutivamente, partimos da construção de um mapa teórico baseado em uma longa gama de VI selecionadas na literatura teórica. Além disso, uma definição da VD deve ser levada em consideração, de modo que esteja relacionada às diferentes combinações de valores das VI. A partir destas combinações, os tipos matematicamente constituídos são desenvolvidos pela categorização destas variáveis. O número de tipos aumenta exponencialmente à medida que uma variável é adicionada (ou seja, para duas variáveis existem quatro tipos, para três são oito, para quatro são 16, e assim sucessivamente). Por isso, deve-se procurar diferentes combinações entre variáveis que possam estar relacionadas a um mesmo resultado, a fim de reduzir o número de casos necessários para a representação de todas as configurações possíveis (GEORGE; BENNETT, 2005).

Schweller (1998) mostra uma aplicação explícita de tipologia explicativa. Ele construiu uma tipologia sobre política internacional das grandes potências baseada assentada na teoria realista (tem como pressupostos constantes que o sistema internacional é anárquico e suas unidades são racionais), considerando que as assimetrias de poder podem gerar incentivos a países mais fracos desafiar seus superiores. Ele criou uma tipologia baseada em duas dimensões: (i) a capacidade relativa de um Estado e (ii) seu posicionamento quanto ao *status quo*, a partir de sua visão quanto a distribuição

de poder vigente. Cada dimensão tem uma escala, com (i) variando de Estados pequenos a potências médias e grandes potências desafiantes, e (ii) com cinco categorias, que vão desde revisionistas com objetivos ilimitados a fortes apoiadores do *status quo*. A partir das 20 células criadas baseadas nas duas dimensões, o autor reduz a tipologia a oito, relacionando-as com diferentes previsões de comportamento estatal em diferentes configurações de polaridade do sistema internacional.

3.1.5. ANÁLISE QUALITATIVA COMPARADA (QCA) (N-MÉDIO)

A maneira mais formalizada de comparar casos de maneira sistemática é com as técnicas de método comparado configuracional, sendo a mais conhecida o QCA. Este método, inclusive, pode ser usado para o desenvolvimento de tipologias explicativas ou na CHA. Ele propõe a comparação entre combinações de fatores (estímulos, variáveis, determinantes) e sua relação a ocorrência/ausência de um resultado de interesse. O método também trabalha com causalidade determinística via condições suficientes e/ou necessárias, e é orientado ao caso e adequado a teorias de médio alcance. Portanto, trabalha com um número limitado de casos, considerando a necessidade de aprofundamento; ainda assim, se recomenda uma amostra de tamanho médio (geralmente, entre 10 e 30 casos) (RIHOUX; RAGIN, 2009a).

Ela utiliza combinações de condições, com base nas semelhanças e diferenças entre instâncias relevantes de um processo para explicar as causas de resultados históricos. Assim como estudos de caso individuais, esta técnica não requer seleção aleatória de casos, já que é necessário familiaridade e conhecimento aprofundado sobre casos, desde que sempre sejam apresentados critérios de seleção (RAGIN, 2008).

Os casos precisam ter características comuns para facilitar a comparação, assim como diferenças em algumas dimensões para gerar contrastes. A definição de regras e critérios para seleção e comparação de casos melhoram as condições de provar validade interna para os achados da investigação. E a teoria em análise pelo pesquisador deve ser usada para apontar as condições e casos a

serem incluídos no QCA, a operacionalização das condições e o tratamento das configurações contraditórias (casos com condições idênticas, mas resultados diferentes).

O QCA pressupõe causalidade conjuntural múltipla entre casos observados: múltipla, já que há diferentes caminhos causais para se chegar a um resultado (chamado de equifinalidade), e conjuntural, visto que cada caminho é formado a partir da combinação de condições. Por isto, a amplitude da generalização depende da capacidade em desenvolver explicações sucintas (parcimoniosas) para um grupo homogêneo de casos que o pesquisador se propõe a explicar. Sua vantagem frente a outros métodos comparados reside no processo de formalização da relação entre as condições e resultados por meio de operações baseadas na álgebra booleana, por possibilitar replicação dos resultados, já que as regras são fixas e estáveis, e pela maior transparência, já que os limiares e categorias devem ser justificados teórico e/ou empiricamente (RIHOUX; RAGIN, 2009b). A aplicação desta técnica permite aumentar a confiabilidade (replicação do estudo com resultados iguais)⁷ e a validade externa dos achados.

Para se familiarizar mais com esta técnica, já há material gratuito em língua portuguesa. Como leitura complementar, recomendo iniciar com um artigo que sumariza suas principais variações e possibilidades de aplicação (SANDES-FREITAS; BIZZARRO-NETO, 2015) e, caso enxergue potencialidade para aplicação em sua pesquisa, aprofundar seus conhecimentos (BETARELLI JUNIOR; FERREIRA, 2018).

A técnica está sendo crescentemente aplicada em RI. Amorim Neto e Malamud (2020) buscam explicar quando os presidentes delegam a política externa aos ministérios de relações exterior no Brasil, México e Argentina. Segundo os autores, a delegação irá depender de motivação (que inclui consenso das elites em política externa, profissionalização das burocracias, ideologia e *expertise* do presidente em RI) e de oportunidade (sistema internacional estável). Em seu estudo, cada governo foi considerado um caso e, enquanto o sistema internacional foi constante para cada um dos três países, foi avaliada a presença/ausência destas condições. A partir da combinação das condições, identificaram que a combinação de presidentes de direita ou profissionalização diplomática com a ausência

⁷ Para um pouco mais sobre a discussão de replicação de resultados, veja o final do capítulo 2, sobre desenhos de pesquisa.

de consenso das elites ou presidentes com baixa expertise são condições necessárias a delegação. Alternativamente, existem diferentes caminhos que explicam a não-delegação (condições INUS), tais como a ausência de estabilidade internacional, presidentes que não sejam de direita, ausência de consenso da elite e experiência presidencial e profissionalização diplomática.

Outro exemplo é o artigo de Schenoni (2017) sobre a ascensão brasileira como potência regional na América do Sul. A definição do método esteve relacionada à natureza das variáveis investigadas, já que nem todas podem ser quantificáveis. A definição do marco geográfico, além de relacionado ao tema, já garantiu a limitação no número de casos da amostra, além de garantir algumas semelhanças entre os casos. O autor também dividiu os casos em duas categorias – segundas potências regionais e países pequenos – para poder definir quais estratégias esperar deles. Ele identificou que a coesão da elite doméstica e a competição pelo poder baseada em instituições sólidas são condições que garantiram políticas externas estáveis e respostas consistentes de países como Chile, Colômbia e Uruguai. Assim, enquanto segundas potências regionais integraram suas economias com potências extrarregionais e mantiveram orçamentos militares altos, países pequenos adotaram uma postura de baixo enfrentamento em relação à potência regional, o Brasil.

3.2. AS VARIAÇÕES QUALITATIVAS

Conforme visto, a metodologia qualitativa congrega uma série de métodos, com amostras variando de tamanho, diferenças epistemológicas e quanto a noções de causalidade. Para deixar mais claro esta variação, concluo este capítulo com um breve debate sobre tais variações e suas implicações.

Dada a esta significativa variação, a tradição qualitativa congrega diferentes tipos de alegações de causalidade. Em uma ponta desta variação, existe a lógica de causalidade probabilística. Ela pressupõe que o aumento do valor em uma variável independente (X) gera uma variação direta ou inversamente proporcional na variável dependente (Y). A partir desta lógica, seria necessário encontrar padrões nas variações a partir da observação de vários casos, tor-

nando a validade externa dos achados na metodologia qualitativa limitada. Para avançar no objetivo de generalização seria preciso definir critérios para selecionar casos que representassem o universo analisado (buscando variação completa nas variáveis de interesse e evitando limitar a seleção de casos àqueles com valor positivo na variável dependente) e evitar viés neste processo de seleção (como selecionar casos deliberadamente para sustentar um argumento). Assim, recomenda-se que os casos selecionados simbolizem, pelo menos em parte, um caso típico de um determinado universo (para estudo de caso individual) ou uma variação existente no mundo real (para mais de um caso), para que sejam representativos de uma população que se busca entender/explicar. Somente se satisfeitas essas condições, os resultados encontrados para o caso estudado podem ter validade externa para os demais membros deste subgrupo de casos e, conseqüentemente, contribua para o desenvolvimento teórico de uma temática.

Na outra ponta estão as alegações de causalidade determinísticas. Beach e Pedersen (2016), em *Causal Case Study Methods*, alegam que, na tradição qualitativa, a análise de causalidade não ocorre a partir da relação entre variáveis, mas entre a presença/ausência de condições causais (X) e a ocorrência ou não de um resultado de interesse (Y). Para explicar dado fenômeno, o pesquisador deveria se preocupar somente com o polo positivo do conceito (e não necessariamente a variação completa de Y) e em definir os atributos incluídos na definição do conceito, estabelecendo um limiar para um caso ser considerado “pertencente” ao conceito (casos com o resultado de interesse ou, na outra lógica, valor positivo na VD). O polo negativo, por sua vez, é analiticamente irrelevante, já que as causas de um resultado Y são diferentes das causas de sua não ocorrência. Isto é possível porque os estudos qualitativos utilizam alegações causais assimétricas, ou seja, um aumento em X não leva a um aumento/diminuição da ocorrência de Y (causalidade simétrica), mas a presença de X é condição suficiente e/ou necessária para a ocorrência de Y. Conseqüentemente, as condições que levam à ocorrência de um resultado são diferentes das causas de sua não ocorrência. Por exemplo, alegar que a democracia é uma condição necessária para desenvolvimento econômico não implica uma alegação causal sobre autocracia ter qualquer relação com desenvolvimento.

Assim, pela lógica determinística, devemos definir um universo causal homogêneo – esse universo está relacionado a um grupo de casos que têm em comum um fenômeno, um resultado de

interesse, uma relação entre variáveis, uma explicação teórica ou, mais especificamente, uma relação causal. Ao definir a amplitude do universo do fenômeno em análise, é possível inferir que os processos causais identificados em um caso são semelhantes aos demais pertencentes a esse universo, ou seja, há uma população com homogeneidade causal da qual esse caso faz parte, o que permite que as inferências do caso estudado possam ser generalizadas para outros casos (BEACH; PEDERSEN, 2016).

Koivu e Damman (2015) consideram que a polarização entre KKV e RSI esconde um fator essencial da metodologia qualitativa, que é sua divisão interna já que nela está inserida uma ampla variação epistemológica ao invés de uma simples dicotomia frente ao quantitativo. Assim, algumas de suas abordagens podem se aproximar das lógicas de causalidade probabilística (quantitativa) e outras da determinista (predominante na qualitativa). As autoras propõem a separação de abordagens qualitativas em quatro tipos: emulação qualitativa (EQ), pragmatismo eclético (PE), teoria dos conjuntos (TC) e interpretativismo empírico (IE). Primeiro, é necessário pontuar que a última se diferencia das demais em termos epistemológicos, sendo interpretativista frente às demais, todas positivistas. Segundo, as primeiras diferem entre si em termos ontológicos, ou seja, suas compreensões de causalidade: na EQ é probabilística, no PE é mecanicista e na TC é determinista. Tais diferenças são determinantes nos critérios que cada uma utiliza para definir a validade das inferências causais e selecionar os casos.

A EQ define a validade a partir dos objetivos de generalização e falseabilidade, utilizando-se como base a probabilidade e a racionalidade contrafactual. Por isso, como suas inferências dependem da observação da variação entre os casos, utiliza a estatística para seleção, buscando identificar o que ele representa em uma população ampla, por exemplo, um caso típico (baixos resíduos) ou comparar casos diversos (máxima variação em dimensões relevantes para explicar uma relação causal presente na amostra) (KOIVU; DAMMAN, 2015).

O PE tem como objetivo a elucidação; portanto, sua abordagem é orientada ao processo, focando no desenvolvimento de conceitos e na identificação de mecanismos causais, baseando-se em critérios como acurácia, ressonância e escopo. Ainda assim, abraçam a diversidade metodológica, considerando os *trade-offs* envolvidos na definição do método utilizado. Consequentemente, na seleção de casos, deve-se definir uma amostra adequada para

manter um equilíbrio entre parcimônia e riqueza explicativa a partir do conhecimento prévio dos casos, ainda que sem o objetivo de representação, já que não busca generalizar para uma população ampla (KOIVU; DAMMAN, 2015).

A TC tem como objetivo a explicação por meio de uma noção determinista de causalidade. Por assumir uma causalidade de natureza assimétrica, não se baseia na lógica da medição, mas em conjunturas causais – combinação de condições necessário e/ou suficientes – e na equifinalidade. Por ser orientada a explicar os casos, seleciona com base na VD para identificar condições necessárias ou na principal VI de interesse para condições suficientes (KOIVU; DAMMAN, 2015).

Por fim, a abordagem interpretativista é a única que se distancia da epistemologia positivista; assim, assume uma natureza construtivista da realidade social, conhecida somente a partir de lentes interpretativas e permeada pela intersubjetividade. É orientada ao significado e seu objetivo é compreender. Nesta lógica, cada caso é específico e o objetivo é explorar os detalhes em cada um, identificando discursos e narrativas dominantes e subordinados.

Caso tenha interesse em se aprofundar nas variações qualitativas e conhecer sua aplicação na forma de seleção de casos, assim como exemplos de suas aplicações em RI, veja Sposito, Gabriel e Artioli (2022).

3.3. ENCERRANDO O CAPÍTULO

O avanço do debate da metodologia qualitativa e seus diferentes métodos, além do desenvolvimento de técnicas mais sofisticadas (como o QCA) e a crescente aplicação deste tipo de ferramenta representa o desenvolvimento que a tradição qualitativa alcançou nas últimas décadas. A crítica construída por KKV, ainda que tenha partido da “transferência” de pressupostos da metodologia quantitativa ao qualitativa, gerou uma resposta dos adeptos da segunda e incentivou o desenvolvimento de métodos qualitativos para a sistematização de evidências, o que contribuiu para o avanço de seu debate metodológico interno.

A aplicação mais rígida, organizada e formalizada de métodos inseridos na tradição qualitativa é essencial para superar os preconceitos historicamente construídos contra o imenso universo que ela congrega, reforçando as contribuições imensuráveis que ela já trouxe ao desenvolvimento das ciências sociais.

Nas RI brasileiras, onde a pesquisa qualitativa é dominante, é possível notar um aumento na utilização de técnicas de análise qualitativa. Ainda assim, mesmo sendo a metodologia qualitativa a dominante, o total de artigos que explicitamente menciona o método utilizado não passa de 14% (sendo que 6% explicitam o uso da metodologia qualitativa) (MEDEIROS *et al.*, 2016). O avanço deste debate no Brasil é essencial para o avanço científico e do impacto internacional da nossa produção científica.

CAPÍTULO**4****MÉTODO HISTÓRICO E HISTORICISMO**

Ainda dentro da tradição qualitativa, a História é a principal base para os estudos observacionais. É a partir da análise de processos históricos que os analistas internacionais geram hipóteses e desenvolvem teorias. No Brasil, há uma tradição dominante de utilização de estudos histórico-descritivos (LOPES; GABRIEL; CARVALHO, 2022). Este é o caso dos primórdios dos estudos sobre política externa brasileira, focados na histórica diplomática e desenvolvidos pela própria categoria e por militares. Mesmo com uma significativa evolução no que se refere à diversidade de temas e quanto à inclusão de conteúdo analítico nos estudos de política externa brasileira, ainda existe uma carência em métodos (CASARÕES, 2018). No entanto, a ausência da aplicação específica de ferramentas do método histórico não é algo muito destacado na literatura, o que torna este capítulo especialmente relevante para aqueles que trabalham com análises históricas.

O debate metodológico na disciplina História pode ser desenvolvido tanto com base em seus métodos, relacionados às ferramentas que permitem ao historiador exercer seu ofício, essencialmente interpretativista, quanto com base em questões filosóficas inerentes à disciplina, ou seja, sua epistemologia. Enquanto o primeiro está centrado nas técnicas utilizadas pelos historiadores para coletar, avaliar, validar e interpretar evidências históricas para analisar eventos de forma individualizada, o segundo é perpassado por dicotomias entre o cientificismo e o humanismo, a generalização e a especificidade, a teorização e a interpretação, e entre o historicismo e a História. Tais clivagens também foram transversais às Ciências Sociais, de maneira ampla, e às RI, de forma mais específica, principalmente dentro do chamado segundo grande debate, entre o tradicionalismo e o cientificismo/behaviorismo. Para aprofundar os debates inerentes a estes dois caminhos, primeiro apresento os métodos da pesquisa histórica para, depois, me debruçar na discussão

epistemológica e, assim, tratar da relação entre RI e História.

Rüsen (2007), em *Reconstrução do Passado*, considera que é possível criar uma unidade partilhada por historiadores por meio etapas e procedimentos que são comuns no método histórico: a heurística, a crítica e a interpretação. A heurística é o processo em que o pesquisador examina e classifica as fontes e testemunhos empíricos do passado, potencialmente relevantes para responder sua pergunta de pesquisa. A crítica é o processo de avaliação do conteúdo informativo das fontes; nela, deve-se garantir que as informações encontradas sejam confiáveis. Por fim, o pesquisador deve interpretar as fontes e sintetizar as narrativas reconstruídas, processo que depende das duas etapas anteriores, e que garante que a interpretação seja fundamentada e, portanto, se diferencie da mera opinião.

De acordo com o autor, há três tipos de métodos que perpassam a história: analítico, hermenêutico e dialético. O método analítico é inspirado nas ciências exatas e naturais, e busca identificar regularidades e repetições históricas. Tem como premissa a ideia de que o comportamento humano pode ser estudado a partir de uma metodologia positivista e baseado na empiria. O método hermenêutico considera que o comportamento humano é surpreendente e, portanto, irregular. Ele busca compreender as intenções individuais, não reduzidas a uma explicação causal generalizável para uma ampla gama de casos, ou seja, cada indivíduo reage de determinada maneira a cada situação. Nesta perspectiva, a pesquisa deve reconstruir processos temporais de acordo com as intenções dos agentes desses processos, nos perguntando sobre suas motivações. Por isto, suas fontes são materiais como diários, cartas, planos pessoais, programas políticos e todo tipo de informação que possa ajudar a revelar a intenção de um agente em relação a determinado evento histórico. O método dialético procura uma síntese entre os dois métodos, considerando que o todo (causas universais) e as partes (agentes individuais) precisam ser considerados conjuntamente. Por isto, tenta apresentar os contextos causais em que indivíduos operaram, ao mesmo tempo em que reconstrói as intenções dos agentes.

O historiador deve usar os dados primários para responder sua pergunta de pesquisa, o que inclui registros demográficos, artigos de jornal, cartas e diários, registros de governos etc. Nesta tarefa interpretativa, deve sempre se perguntar se os dados são apropriados à questão teórica em análise, como os dados foram originalmente coletados (ou quais significados foram inseridos no pro-

cesso de registro histórico) e como tais dados devem ser interpretados (ou quais significados eles têm na atualidade). Ademais, deve contextualizar como as fontes foram produzidas, considerando: se houve acompanhamento na produção (censura própria ou externa); que o contexto determina o significado dos dados históricos (o que é dito e o que está faltando nos registros); e que o contexto guia o reconhecimento de qualquer dado pertinente teoricamente ao passo que a teoria direciona o entendimento dos contextos pertinentes (TUCHMAN, 2004).

Sager e Rosser (2015), em *Historical Methods* (2015), apresentam cinco etapas do método em pesquisa histórica. A primeira é a definição do tema. Esta depende da identificação da disponibilidade de fontes, matéria-prima fundamental ao trabalho do historiador, da delimitação de um segmento restrito de um tópico de pesquisa, processo dificultado pela complexidade e multicausalidade inerente ao estudo de processos históricos, de um relativo distanciamento temporal entre sujeito e objeto, e da relevância contextual do tema para a historiografia.

A segunda etapa consiste em identificar o corpo apropriado de fontes primárias, objeto material da pesquisa histórica. Deve-se considerar que há uma ampla diversidade de evidências históricas e que o corpo de fontes é limitado em sua disponibilidade, já que algumas podem ter sido destruídas ou se mantêm confidenciais. Por isto, o historiador deve identificar a fonte apropriada para responder a sua pergunta de pesquisa, comparar a relevância das evidências disponíveis e estar sempre aberto a questionar estas fontes.

Outra etapa essencial é a análise das fontes secundárias, trabalhos anteriores sobre o mesmo tema. Esta tarefa é necessária desde a definição do tema (análise do que já foi desenvolvido sobre ele) até a síntese final dos achados (reavaliação dos achados de outros autores). Na revisão de literatura, deve-se adotar uma perspectiva crítica, a partir do questionamento dos padrões de interpretação anteriores.

Na análise das fontes, é necessário o criticismo externo e interno. O primeiro busca identificar quem, quando, onde, como e em que situação a fonte foi criada. Depende da habilidade do historiador em determinar a confiabilidade das fontes pela identificação de anacronismos: atribuir a pessoas ou épocas, ideias e sentimentos de outra época (classificação errônea de eventos, ideias e objetos no tempo). Desta forma, se torna possível identificar se a fonte foi

forjada a partir das informações de data, lugar e autor apresentados pela fonte. O criticismo interno se refere a adequada interpretação das fontes, exigindo compreender a linguagem do documento (diferenciar significados semânticos de metáforas), o significado das palavras, a contextualização do tema escolhido etc. Grosso modo, nestas tarefas, o pesquisador deve estimar o grau de confiabilidade no material analisado, por isto, as fontes não podem ser interpretadas como uma verdade absoluta ou prova certa.

A última etapa é desenvolver inferências a partir dos padrões identificados no acervo documental analisado. Ainda que o autor considere que o objetivo primordial da história seja identificar a singularidade de cada evento histórico (não desenvolver generalizações amplas), o pesquisador deve dar seu veredito sobre as evidências analisadas por meio de um processo seletivo em que as compara e escolhe as fontes relevantes ao problema de pesquisa. A partir disto, usa seus achados para criar uma narrativa na forma de explicação histórica. Tal processo permite a criação de múltiplas narrativas concorrentes, uma característica necessária da pesquisa histórica. Assim, a despeito da multiplicidade de resultados, o método histórico é uma forma controlada de preparar fontes de modo a desvendar significados, crenças e preferências de atores para dar sentido a ações, práticas e instituições, que abrem espaço para interpretações que tornam o passado acessível. O método também mostra a limitação das interpretações históricas já que as decisões do pesquisador são determinantes no material produzido.

Desta forma, o ofício do historiador é essencialmente interpretivista, uma base fundacional da História e uma característica central que permeou seu debate epistemológico. Como sua preocupação central está em como justificar uma verdade a partir de interpretações, o conhecimento pela história é mediado pela subjetividade, ou seja, resulta da combinação não específica entre observações empíricas, experiências, intuições etc. Assim, o processo de interpretação da realidade perpassa como identificar a validade das análises hermenêuticas (a interpretação de textos históricos) (PUCHALA, 2003).

Dois tradições filosóficas influenciaram a base epistemológica interpretivista da História. A primeira remonta ao pensamento idealista alemão do séc. XIX, identificado com o humanismo. De acordo com esta corrente, a compreensão histórica depende do estudo das ações e mentes humanas, determinadas temporalmente e permeadas pelas estruturas presentes na experiência dos indivi-

duos. Nesta perspectiva, toda história é a história do pensamento, o que deve ser fundamentalmente desvendado pelo historiador. Os eventos históricos poderiam ser separados em duas partes: suas propriedades físicas observáveis (fora) e seu processo de pensamento (dentro). A parte de fora trata da interpretação da história, enquanto a de dentro envolve a compreensão da ação humana. Por isto, uma interpretação objetiva da história só daria conta da parte externa dos eventos, negligenciando o processo subjetivo do pensamento dos indivíduos (SAGER; ROSSER, 2015).

A segunda tradição filosófica influente foi a crítica contemporânea pós-moderna (ou pós-positivista). Nesta visão, a História se baseia em interpretações do passado, sendo a historiografia uma construção fictícia de narrativas, uma sequência lógica de séries de eventos materializados cronologicamente, da qual o historiador opta por dar mais atenção a determinadas questões, ou seja, construir uma narrativa de acordo com seu interesse investigativo (SAGER; ROSSER, 2015).

Pensadores como Popper e Albert consideravam, por um lado, as críticas humanistas ao positivismo exageradas e, por outro, a proposta dialética imprecisa, subjetiva e ideológica. Nesta perspectiva, seria fútil pensar que a realidade é acessível às percepções sensoriais e que tais percepções e induções podem ser reportadas por uma linguagem que verdadeiramente represente a realidade. Assim, a verdade não pode ser uma correspondência da realidade, não é possível aceitar que há apenas uma versão da verdade, nem que existe qualquer sistema de representação ou pensamento neutro em valores; ou seja, a verdade está condicionada à moldura conceitual usada para buscá-la. A proposta de Popper de falsificação é uma crítica à ideia de verificabilidade do positivismo lógico; nesta perspectiva, não é possível verificar se uma hipótese é verdadeira, apenas rejeitar falsas hipóteses, diminuindo a incerteza quanto à hipótese não falsificada. Kuhn, outro expoente desta corrente, defendia que o conhecimento científico é descontínuo e rupturas paradigmáticas transformam a forma de pensar e produzir conhecimento (PUCHALA, 2003).

O interpretativismo da História, fundado nestas perspectivas filosóficas, foi criticado pelo cientificismo, que alega ser possível eliminar a subjetividade pelo empiricismo e por meio da precisão conceitual, garantidores da neutralidade e objetividade no estudo das ações humanas. No entanto, o empiricismo é limitado para analisar a história internacional que, diferentemente de outras ciências

humanas, não tem mais objetos a serem observados, já que estes estão no passado e sua observação depende de documentos e escritos, todos permeados pela heurística (processo de recolhimento das fontes e informações para a análise histórica), pela crítica (análise da validade interna e externa destas evidências) e pela hermenêutica (processo de interpretação dos documentos) (PUCHALA, 2003).

Assim, enquanto os humanistas consideravam que as ciências humanas não estariam sujeitas ao estudo científico, já que o método empírico seria superficial e não alcançaria as motivações humanas ou as estruturas que explicam o comportamento humano, os cientificistas criticavam esta tradição ao argumentar que qualquer teoria gerada não cientificamente seria ideologia, sendo o método científico o único que permitiria a identificação e validação de leis de forma objetiva. De acordo com o cientificismo, os humanos são naturais, portanto, estudáveis cientificamente, sendo as sociedades explicáveis pela dedução de leis do comportamento humano (PUCHALA, 2003).

Especificamente, no que se refere à disciplina de RI, a História aparece como uma das disciplinas fundadoras, sendo tradicionalmente usada como base empírica. O giro behaviorista nos anos 1960 diminuiu esse foco, com a ascensão das abordagens “científicas”. Mesmo assim, a História se manteve como uma presença constante nas abordagens *mainstream* além de ter mantido sua relevância em abordagens à margem do domínio anglo-americano, como as Teorias de Sistema-mundo ou a Escola Inglesa (DE CARVALHO; COSTA LOPEZ; LEIRA, 2021).

Há um longo debate sobre o problema da História nas RI, geralmente tratadas como dois temas separados. As visões antagonizam quanto ao pressuposto da existência de uma divisão a ser superada entre as disciplinas ou delas serem um continuum, em que as tarefas da História e das RI são comensuráveis (DE CARVALHO; COSTA LOPEZ; LEIRA, 2021).

Essa divisão representa a diferença entre História e historicismo (semelhantes, respectivamente, aos métodos hermenêutico e analítico). Enquanto a primeira, a perspectiva tradicional humanista, resiste à generalizações amplas e grandes teorias de mudança social, focando na singularidade de cada evento histórico e em interpretações pontuais para cada evento a partir de determinados critérios, o historicismo reconstrói a história em busca de padrões de eventos e de causas para a generalização dos padrões de ocorrência. En-

quanto a primeira é narrativa, a segunda é analítica. O historicismo é aquela mais amplamente utilizada pelos cientistas sociais e por aqueles que buscam desenvolver teorias de RI (PUCHALA, 2003).

Há diferenças metodológicas e epistemológicas que dividem historiadores e cientistas sociais que significam uma divisão de trabalho de primeira ordem entre a tarefa de construção de teoria dos cientistas políticos e de desenvolver crônicas dos historiadores. Esta divisão implica em distinções de segunda ordem em diversos níveis no desenvolvimento das disciplinas, respectivamente: foco em fontes secundárias ou primárias (método); identificar regularidades e continuidades ou mostrar contingências e mudanças (objetivo); nototética ou ideográfica (orientação); parcimônia ou complexidade (sensibilidade); analítica ou temporal (condições de escopo); trans-histórica ou específica ao contexto (noção de causalidade); estrutura ou agência (nível de análise) (ELMAN; ELMAN, 2001).

Simiand (1985) debate as contradições e elos entre o método histórico e as Ciências Sociais. Ainda que ambos sejam formas de conhecimento indireto, o método histórico tem pressupostos geralmente ignorados pelos cientistas sociais que, por sua vez, dependem do primeiro como ferramenta de observação de seu objeto de estudo. As Ciências Sociais positivistas têm como objeto o estudo de fenômenos sociais (vida humana em sociedade), o que implicaria estudar fatos por experimentos e observações. Como a observação direta de fenômenos sociais é limitada (experimentos e observações diretas dos fenômenos são restritos), precisa-se captar os fatos a partir de eventos do passado, tornando o conhecimento indireto necessário ao cientista social. Consequentemente, os cientistas sociais buscam evidências na História. Ainda que a História também parta de um processo de conhecimento indireto pelo estudo de fatos intermediado por outras mentes, sua metodologia requer precauções críticas para retirar fatos legítimos dos documentos, permitindo a verificação a partir de um método específico à História. Mesmo que a observação indireta seja algo amplamente usado nas ciências positivistas, a História tem uma metodologia para analisar/interpretar o que foi originalmente recolhido com o objetivo de documentação e não de desenvolvimento científico.

Little (1991) analisa como a História permeou os grandes debates da área de RI. Enquanto, antes de 1919, a história diplomática baseada na análise de evidências documentais predominava, a partir dali passou-se a uma persistente busca de utilizar métodos 'científicos' para analisar a realidade internacional e transformar a

disciplina em uma ciência social (ao invés de humanista). Tal embate se tornou central durante o chamado segundo grande debate, entre os tradicionalistas (defensores das abordagens históricas) e behavioristas (adeptos da aplicação da lógica positivista inspirada nas ciências duras). A segunda abordagem foi defendida no clássico de Waltz (1979), *Theory of International Politics*, em que o autor separa as abordagens não-científicas das científicas, as últimas consideradas como essenciais para desenvolver teorias efetivas de RI. Por outro lado, Bull (1966), em *International Theory*, defende a abordagem clássica, em acordo com a tradição hermenêutica, afirmando que os julgamentos se baseiam na observação de situações complexas e não que é possível extrair dados homogêneos. Consequentemente, as observações derivam de narrativas históricas e chegar a conclusões requer considerar a estrutura intelectual em que cada uma foi construída. Ainda assim, o autor reforça que essa preocupação hermenêutica nunca pode tirar de vista o objetivo de desenvolver proposições gerais sobre as RI.

Lawson (2013) questiona o que chama de “divisão eterna” entre a História e as RI. Ele argumenta que elas são co-implicadas e suas diferenças não impedem que ambas busquem objetivos comuns; afinal, a História é uma parte indispensável das Ciências Sociais, enquanto as RI são uma dentre tantas disciplinas baseadas na História. A última existe em formas plurais, sendo geralmente o denominador comum das abordagens teóricas das RI.

Devido a esta falsa divisão, a visão da História pelas RI gera duas condições igualmente insatisfatórias. A primeira usa a História como algo pré-determinado para verificação empírica de alegações abstratas (‘escritura’), espécies de lições atemporais tiradas do contexto e aplicadas para se adequar as teorias/situações. Nesta visão, a História é tratada como narrativa sem contestação para ser codificada de acordo com categorias teóricas pré-existentes; não passa de outra forma de a-historicismo. A segunda trata a História como reino da incerteza, do ‘e se’ (ex: e se o arquiduque Francisco Ferdinando não tivesse sido assassinado). Esta considera que a História não se repete e deve ser tratada nos mínimos detalhes para relacionar eventos específicos com os destinos da história (‘efeito borboleta’). Apesar de buscar ser a ‘história pura’, ela é a-histórica por focar no particular (eventos fatídicos), desconsiderando que tais eventos históricos são parte de uma sequência de fatores que modelam o desenvolvimento histórico.

A narrativa histórica tem três dimensões: mudança (contingência), agência (vontade) e mecanismos (causação). Ainda que as RI foquem na última e historiadores nas primeiras, não significa que são dimensões incompreensíveis entre si. Se, por um lado, há muitos exemplos de historiadores buscando generalizações, como a proposta de *Telos* da história mundial de Toynbee, de *Big History* de Christian, a *Macro História* de Tilly e Mann, ou de *longue-durée dos Annales* de Braudel e Bloch; por outro, historiadores também não são meros 'coletores de borboletas'. Portanto, assim como nas Ciências Sociais, há pesquisas em nível micro e macro, focadas em padrões de longa duração ou de curto prazo, o que torna possível questionar esta suposta divisão.

Lawson (2013) apresenta construções de compreensões alternativas dessa relação. Para isso, apresenta propostas dentro das RI que dão ênfase ao contexto nas explicações. Assim, haveria a necessidade de imersão em culturas de conhecimento, formas de pensar que emergem de contextos específicos e traduzem material histórico em fatos sociais. Assim, só haveria verdades em construção e certezas de situação. Por outro lado, mesmo que haja historiadores que se baseiam em pressupostos de contingência e heterogeneidade causal em que contexto e sequência são essenciais, isto não impede colocar eventos em narrativas analíticas. É a proposta de '*eventful*' que analisa como eventos históricos levam à emergência, reprodução e transformação de formações sociais, destacando o significado destes eventos (Ex: queda da Bastilha levou à reconstrução e categorias de significados como povo e revolução). A proposta de criação de tipos-ideais também vai nesse sentido. Ela busca destacar os principais pontos e examinar impactos em arenas alternativas. Ainda que simplifique a história e destaque configurações causais, é uma proposta de desenvolvimento de 'parcimônia rica', uma forma de construção de pontes.

Uma diferença primordial é que os cientistas sociais comumente consideram o método histórico como preparatório para conseguir evidência para métodos secundários (rastreamento de processos – *process tracing* – e narrativas causais). O primeiro provê uma base de dados descritiva, enquanto o segundo busca inferências e relações causais (SAGER; ROSSER, 2015).

O método histórico é uma forma controlada de preparar fontes de modo a desvendar significados, crenças e preferências de atores para dar sentido a ações, práticas e instituições, abrindo espaço para interpretações que tornam o passado acessível. Ainda as-

sim, padece da limitação das interpretações da história já que sua aplicação implica, em certa medida, na decisão do pesquisador em definir suas fontes (SAGER; ROSSER, 2015).

Portanto, para a maioria dos pesquisadores em RI, a pesquisa histórica não é um objetivo fim, mas uma plataforma para avançar em objetivos teóricos, se tornando mais uma ferramenta. A diferença entre a História e a Ciência Política é que o historiador descreve e explica as conexões entre uma série de eventos, enquanto o cientista político formula e testa proposições teóricas sobre relações entre variáveis ou classes de eventos. Nesta tarefa, enquanto o historiador embute a generalização na narrativa, o cientista político embute a narrativa na generalização. Por isto, os grandes avanços teóricos ocorreram às custas da perda de profundidade histórica, caracterizada por processos complexos e multicausais. O resultado do processo de teorização pode perder de vista que a História é um campo de estudo distinto, com seus próprios desafios metodológicos e interpretativos, ignorados durante o processo de análise social que usa como base a observação empírica a partir de relatos históricos (QUIRK, 2008).

Se, por um lado, as teorias de RI alcançaram riqueza teórica com a simplificação das idiosincrasias oriundas da pesquisa histórica, em grande parte o fizeram desconsiderando questões epistemológicas inerentes ao método histórico. A História foi base para a proposição de três estratégias sobrepostas que serviriam para explicar as ações no sistema internacional: a escolha racional, o materialismo e o funcionalismo. A primeira pressupõe uma lógica utilitarista no comportamento humano, que sempre buscaria maximizar seus ganhos. A ideia não é tratar todo indivíduo como ator racional, mas seu uso heurístico para estruturar a pesquisa teórica em torno de um modelo que sirva a explicar o comportamento universal. A segunda pressupõe que a organização e a distribuição de capacidades materiais definem o contexto estrutural em que atores buscam maximizar seus interesses estratégicos. A terceira serve de ponte entre a escolha racional e o materialismo. Os arranjos institucionais refletem interesses estratégicos no desenvolvimento de instituições que regulam as interações entre indivíduos, sendo que tal processo também está relacionado às respostas utilitárias e à disputa entre interesses dentro de uma sociedade. Assim, enquanto a escolha racional daria conta de generalizar um comportamento errático dos humanos, o materialismo delinea tanto os interesses e suas capacidades, enquanto o funcionalismo explica as origens e operação

dos vários formatos institucionais que condicionam a ação humana (QUIRK, 2008).

Por outro lado, no esforço de criar teorias parcimoniosas e generalizáveis, a adoção de pressupostos teóricos rígidos e imutáveis não deram conta de explicar o comportamento dos Estados nos diferentes contextos históricos. Tais pressupostos, apesar de terem papel teórico, geraram críticas ao historicismo pelo excesso de simplificação e pela ausência de preocupações com questões identitárias, ideológicas e epistemológicas, consideradas relevantes para a compreensão da história internacional (QUIRK, 2008).

Um alvo desta crítica foi o clássico de Waltz (1979). Segundo a crítica, as transformações históricas em questões como a soberania, os Estados nacionais, o Sistema de Westfalia, o processo de transição entre as eras medieval e moderna ou o processo de descolonização, colocariam em xeque pressupostos do autor, como a rigidez e a imutabilidade do sistema internacional e de sua estrutura, teoricamente constantes durante a história. As principais críticas a teorias baseadas na escolha racional utilizaram a análise empírica e estudos históricos para mostrar a dificuldade de adequação dos três pressupostos em explicar diferentes eventos históricos e eras/transições do sistema internacional (QUIRK, 2008).

Resultado disto, o próprio campo das RI testemunhou recentemente uma renovada atenção em estudos que incluem história, cultura e questões normativas, por autores como Said, Fukuyama e Kennedy. Este interesse emergente em História das RI está relacionado à percepção de que, por um lado, houve um confinamento dos estudos ao sistema westfaliano, o que mostrou que as teorias predominantes são pouco generalizáveis a outras eras e culturas, e por outro, as abstrações e os modelos formais/matemáticos não auxiliaram na solução de problemas práticos, éticos ou intelectuais. Assim, houve tentativas de revisitar a história para tentar previsões e explicações do comportamento dos Estados, a partir da concepção de que a compreensão da história é essencial para explicar o processo de formação do sistema atual e seu funcionamento. Esta visão se baseia na premissa de que tanto o interpretativismo histórico da abordagem humanista quanto o cientificismo padecem de problemas epistemológicos próprios (PUCHALA, 2003).

Outro avanço, mais recente, é a ascensão do subcampo de pesquisa em Relações Internacionais Históricas (HIR, sigla em inglês) que busca dar uma visão ampla dos trabalhos históricos de-

envolvidos pelos pesquisadores em RI nas últimas três décadas, inicialmente, como parte de diferentes tradições ou correntes teóricas, e depois, de forma relativamente consciente como membros de uma subdisciplina das RI. Este processo se iniciou nos 1980 com o retorno das RI orientadas historicamente a partir da emergência do debate neo-neo e das transformações do sistema internacional, em que a História aparece como uma das alternativas de abordagem durante o processo de abertura disciplinar ou como uma forma de questionar o *mainstream*, sendo usada para apresentar os limites das abordagens “científicas”. Dessa forma, retomou força como ferramenta auxiliar para gerar dados para desenvolver e/ou testar hipóteses ou como base para abordagens críticas (pós-estruturalismo, construtivismo ou história sociológica) (DE CARVALHO; COSTA LOPEZ; LEIRA, 2021)

Os debates disciplinares nas RI que adentraram o pluralismo epistemológico e metodológico avançaram para o questionamento desta suposta divisão entre História e RI. Apesar de não haver consenso quanto a superação desta suposta divisão eterna, em geral, esta subdisciplina reconhece que a História tem uma trajetória mais longa quanto ao desenvolvimento metodológica, da qual as RI podem se beneficiar ao mesmo tempo em que desenvolve suas próprias narrativas (DE CARVALHO; COSTA LOPEZ; LEIRA, 2021).

O predomínio da tradição histórico-descritiva francesa e de métodos interpretativistas no Brasil, pelo menos até a chegada do debate pós-positivista (LOPES; GABRIEL; CARVALHO, 2022), torna muito relevante o conhecimento sobre os métodos históricos. O pesquisador em RI deve estar ciente que o uso da História como mera ferramenta para observar a realidade internacional, sem um adequado treinamento nos métodos históricos, pode levá-lo a desconsiderar preocupações epistemológicas e metodológicas inerentes à análise histórica. Sem o contexto, é difícil saber o que é relevante para o relato histórico. De maneira similar, sem considerar questões idiossincráticas, como as vidas das pessoas em determinada sociedade, em determinado período e local, não é possível saber o significado de um dado histórico (TUCHMAN, 2004). Por isto, é recomendado que o pesquisador em RI que tem a intenção de explicar as relações entre Estados baseando-se na observação de eventos históricos, busque se tornar um interpretativista (ou hermenêucista) e compreender as implicações epistemológicas subjacentes ao método histórico.

CAPÍTULO
5**DESCRIÇÕES DENSAS E A APLICAÇÃO DA ETNOGRAFIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

O uso da etnografia nas RI é recente, resultado da ascensão das teorias pós-positivistas no campo, como os estudos feministas, construtivistas sociais e pós-coloniais (para mais informações sobre este processo, ver capítulo 1). Ironicamente, foi durante os anos 1980, ao mesmo tempo em que a antropologia passava por um período de revisão interna de seus pressupostos epistemológicos e metodológicos, que autores de RI adotaram seus preceitos como um método que serve ao questionamento do predomínio das correntes positivistas, da influência das relações de poder e do contexto histórico nas interpretações do/as pesquisadore/as. Apesar de ser inovadora e um importante componente do processo de abertura disciplinar das RI, tal “apropriação” gerou críticas devido às contradições metodológicas e epistemológicas entre as disciplinas.

Nas RI, o giro etnográfico ocorreu com aplicação da técnica de observação participante para analisar o processo de reprodução de normas institucionais, conhecer a rotina de atores políticos em organizações internacionais, ou o processo de socialização nas burocracias internacionais pelo uso de linguagem especializada. Apesar das contribuições da etnografia para análise das RI, existem contradições consideradas, por alguns, como intransponíveis. Ao passo que a segunda busca explicações gerais e parcimoniosas sobre fenômenos observados, a primeira foca em descrições detalhadas de fenômenos a partir da observação íntima e interativa do pesquisador com o grupo/indivíduo estudado. Adicionalmente, ao passo que os métodos na Ciência Política e nas RI são mais identificados com o positivismo e o empiricismo, focando na replicabilidade, teste de hipóteses e desenvolvimento de teorias, o método etnográfico é mais intuitivo, com as decisões metodológicas do pesquisador sendo tomadas a medida em que se desenvolve o trabalho de campo.

Consequentemente, enquanto nas RI predominam a lógica dedutiva e abordagens *top-down*, a antropologia social segue uma

abordagem *bottom-up*. Por isso, o último tipo tem serventia limitada quando aplicado às RI, já que esta disciplina depende de uma compreensão de mundo a partir de compreensões pré-empíricas (processos e estruturas), ou seja, a disciplina é construída com base em abstrações conceituais que separam o objeto de estudo da realidade (ex: a anarquia internacional é um conceito que serve para reificar soberania estatal como mais importante que outros princípios da realidade das RI), ao passo em a etnografia propõe o desenvolvimento de categorias e conceitos durante o desenvolvimento da pesquisa (MONTSION, 2018).

Para compreender essas contradições e analisar as contribuições da etnografia aos estudos de RI (e seus limites), parto de uma breve apresentação dos métodos etnográficos e seus debates internos, para depois discutir sua aplicação nas RI, discutindo as contradições desta interdisciplinaridade.

Emerson, Fretz e Shaw (2011), em *Writing Ethnograph Fieldnotes*, definem a etnografia como o estudo de grupos e pessoas a partir da vivência de seus cotidianos; colocam duas atividades como o centro da pesquisa etnográfica: 1) participação: o etnógrafo entra em um grupo, conhece seus membros e desenvolve relação de confiança ao passo em que as observa (atividade conhecida como “observação participante”); 2) produção de material escrito: o etnógrafo anota e escreve de maneira regular e sistemática o que observa e aprende, para criar um arquivo de dados sobre as experiências e eventos no processo de imersão.

Wedeen (2010) divide a etnografia entre não-interpretativa (estrutural-funcionalista) e interpretativa. Na primeira, os pesquisadores tentam recolher material empírico e generalizar os dados angariados a partir de sua racionalização nas regras e estruturas pós-facto. Portanto, partem de valores existentes e tentam entender estruturas e sistemas. Esta foi criticada por antropologistas contemporâneos que questionam a possibilidade de haver objetividade na descrição de culturas/comportamentos, já que há relações de poder subjacentes e dependência histórica nas interações sociais, além de defenderem que não é possível separar o mundo real (observações) do intersubjetivo (“barulho”). Consequentemente, considera necessário focar nos significados das interações sociais a partir da consideração do processo de interação e do contexto histórico.

Irei focar na segunda corrente, aquela que, apesar de ter mais contradições epistemológicas com a dominante na Ciência Política e

RI (positivismo), foi amplamente adotada na área.

Wedeen (2010) lista quatro pilares da tradição interpretativa: 1) o conhecimento científico como historicamente situado e influenciado por relações de poder que envolvem fatores intersubjetivos; o poder permeia as instituições; 2) o mundo é construído socialmente, sendo as categorias e pressupostos das Ciências Sociais simulacros não perfeitos do mundo real; 3) não é possível estabelecer leis gerais do comportamento humano (p. ex.: escolha racional) de forma independente do processo histórico subjacente; 4) interesse na linguagem e em outros sistemas simbólicos (cultura) compreendidos e operacionalizados como 'práticas semióticas'.

A abordagem interpretativa foi fundada por Clifford Geertz, que propôs a "descrição densa", uma forma de transformar os significados culturais em texto literário. Em sua proposta, o método de observação busca proporcionar a compreensão de estruturas significantes (instâncias produzidas por indivíduos nas interações com o mundo, que reproduzem parcialmente ditames históricos, sociais ou culturais) nas ações sociais observadas pela imersão realizada nos trabalhos de campo. Como resultado, o que entendemos por "mundo real" é uma releitura particular/individual da história e da sociedade, derivada de um arranjo simbólico que é denominado de cultura, a composição das estruturas significantes. A consequência teórico-epistemológica é a relativização do que pode ser entendido como realidade, a tornando-a sempre uma interpretação, uma abordagem que questiona os cânones da epistemologia positivista (GEERTZ, 1978).

Três ideias fundamentais da abordagem de Geertz são a base da descrição densa: o conceito de cultura, a participação do observador e o pesquisador enquanto autor. Primeiro, há de considerar que a cultura é a combinação de significados criado pelo próprio homem, assim, todo comportamento é dotado de significado intersubjetivo e permeado pelo contexto em que ocorre. Dessa forma, há de considerar que a descrição é permeada pelo diálogo entre a cultura do pesquisador e do grupo pesquisado. Segundo, a presença do cientista no local investigado permite, por meio da experiência de imersão em uma outra cultura, produzir o conhecimento ou saber local. Deve-se considerar que a presença de um ser externo gera reações por parte dos sujeitos pesquisados, implicando um paradoxo de o pesquisador ser o observador e narrador de uma cultura que apenas experimenta. Por isto, a interpretação dos resultados depende da consideração da relação entre investigador e objeto de

pesquisa. Por fim, pelo pesquisador ser o autor, além de sua participação direta na vivência com o pesquisado, é necessário considerar a influência de fatores subjetivos e biográficos do pesquisador em seus estudos e narrativas (GEERTZ, 1978).

O caráter subjetivo, relativo, interpretativo e literário do método de Geertz foi alvo de críticas das correntes positivistas, defensoras de uma visão objetiva da realidade e da imparcialidade do pesquisador frente ao objeto de estudo. Faltaria em seus estudos elementos empíricos e pressupostos do método científico, como hipóteses e inferências, ou comparações que permitissem a generalização dos achados. Por sua vez, Geertz considerava que toda transcrição captura apenas uma realidade, que varia a depender do observador, sua identidade e o contexto histórico, fatores definidores da experiência intercultural vivida. Assim, em todo processo de redação há intrinsecamente uma “redução” do mundo real desenvolvida a partir da interpretação do pesquisador, sendo sua responsabilidade desenvolver descrições densas que permitam captar as especificidades e significados subjetivos da cultura em análise e para uma posterior avaliação do material empírico coletado através da observação das notas de campo.

Quanto ao processo de participação, Emerson, Fretz e Shaw (2011) apontam que a imersão no mundo dos outros é essencial para observar suas experiências de maneira significativa, por permitir vivenciar as condições das vidas, aumentar sua sensibilidade às interações e processos, e enfrentar restrições e pressões a que os indivíduos de uma comunidade estão sujeitos. Desta forma, o investigador ou investigadora consegue tanto observar como os indivíduos respondem a situações cotidianas, quanto experimentar por si mesmo tais circunstâncias como forma de acessar o “mundo real” dos outros. Portanto, não haveria apenas a observação e um trabalho de campo completamente neutros, já que a imersão no grupo pode envolver inclusive assumir funções nele, seja para aumentar os laços de confiança ou permitir acesso a informações sensíveis. Assim, há uma “presença consequente”, existindo efeitos reativos da participação do pesquisador que, no entanto, não deve ser tratada como “contaminação” ou geradora de viés nos dados.

Os autores apontam que o processo de descrição por meio de notas de trabalho de campo é complexo já que o ideal é a produção de textos que acuradamente são a ‘melhor’ descrição de um evento (considerando que já que a descrição envolve percepção, interpretação, seleção entre diferentes ênfases, são possíveis diferentes des-

crições de um mesmo evento). Há uma ampla variação no que é relatado, pois cada descrição difere a partir do que o redator considera significativo, tornando o texto interpretativo e construtivo a partir de escolhas, sensibilidade pessoal e preocupações interacionais do observador. Ademais, o volume de textos coletados pelas notas de campo é potencialmente imenso, exigindo do pesquisador a seleção daquilo que considera mais significativo. Como a redação envolve a inscrição da vida e dos discursos sociais, mesmo que o objetivo seja a descrição densa, há a transformação de eventos vivenciados em linguagem. Assim, até a gravação de vídeos e áudios, que garantiria a captura da complexidade da ação social, afeta o comportamento dos indivíduos que reagem diferentemente quando gravados, além de envolver o processo posterior de transcrição.

Há quatro implicações na redação de notas de campo a partir da etnografia interpretativa-iterativa: 1) o que é observado e tratado como “dados” e “achados” são inseparáveis do processo de observação, sendo contingentes às circunstâncias de sua descoberta; a separação pressuporia que reações subjetivas e percepções poderiam/deveriam ser “controladas” por meio de uma inscrição impessoal; 2) o pesquisador deve experimentar e escrever sobre as atividades significantes para os observados (*indigenous meanings*), estimulando os observados a se expressarem em suas próprias vozes; 3) a redação deve ser contemporânea, na medida em que acontecem, de modo a evitar distorções e problemas de memória, e garantir uma descrição ampla e coerente das vidas e preocupações dos sujeitos estudados; 4) as notas de campo devem detalhar o processo social e interativo que constitui as atividades e vidas cotidianas; é ideal reportar sequências de eventos para seguir um processo temporal na reconstrução das interações (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2011).

Assim, os interpretativistas enxergam o mundo como construções simbólicas, criadas a partir da interação com outros em que a interpretação dos significados é essencial no processo. Por isto, há uma preocupação com o processo, que conta com sequências de interações e interpretações que geram significados e resultados tanto imprevisíveis quanto emergentes (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2011).

A antropologia cultural, cujo objetivo foi catalogar culturas primitivas por meio de princípios científicos positivistas, perdeu espaço nos anos 1970 para as abordagens interpretativas. As últimas, apesar de terem ganhado proeminência, não se tornaram consen-

suais, gerando uma ‘divisão disciplinar’, ignorada pelos autores de RI que “importaram” a corrente interpretativa para estudo do comportamento de indivíduos envolvidos com temas internacionais, em tese, aquela com mais contradições metodológicas, epistemológicas e ontológicas (VRASTI, 2008).

A abordagem interpretativa, por seu conteúdo subjetivo, se distancia muito do que é praticado pelas correntes *mainstream* das RI, baseadas em preceitos positivistas e racionalistas para solucionar problemas e prever cenários. Por isso, a apropriação das práticas etnográficas ocorreu a partir das abordagens críticas emergidas do pós-positivismo, focadas em explicar complexidades e nuances das RI, enfocando em atores não estatais. Diferentemente do uso na antropologia social, com abordagens variadas desde o positivismo ao pós-positivismo, nas RI, a etnografia foi usada como uma metodologia de contrapeso às abordagens tradicionais. A ideia foi aproveitar a etnografia como uma forma de evitar o estado-centrismo e metodologias altamente dedutivas, além de complementar o treinamento de pesquisadores de RI em ferramentas de trabalho de campo. Seu uso pelas correntes críticas de RI buscou dar destaque a conhecimentos subjugados e mostrar como diferentes indivíduos e coletivos experienciam o internacional em seus próprios termos (MONTSION, 2018).

É o tipo de atividade desenvolvida por Gusterson (2009) e reportado em *Ethnographic research*. O autor faz uso do conceito de *deep hanging out*, também de Geertz, para um trabalho de campo no Laboratório *National Lawrence Livermore*, especializado no desenvolvimento de ogivas para mísseis nucleares. O autor apresenta as técnicas do método etnográfico: acesso ao campo, entrevistas semiestruturadas, atuação como “observador participante”, cumprimento de obrigações éticas do trabalho de campo, redigir pesquisa primeiro por notas de campo e, depois, em etnografia.

Na primeira etapa, de acesso ao campo, o autor destaca que é essencial adentrar sem causar fricção, com a estratégia variando a depender do alvo. A cultura em estudo deve ser considerada e a identidade do pesquisador (raça, classe, gênero, nacionalidade) pode ser um fator limitante na aceitação na comunidade de imersão. Em seu trabalho, adotou três estratégias (morar com funcionários em diferentes cargos, contato com casal conhecido em festa e a técnica “bola de neve”). A primeira serviu para conhecer com mais intimidade alguns sujeitos que serviram para introduzir questões práticas para a vivência no mundo em análise; a segunda foi

potencialmente problemática por ciúmes pessoais, enquanto a terceira permitiu o contato com membros do laboratório por meio da construção de uma rede que cresceu exponencialmente a partir de indicação de colegas pelos entrevistados, o que garantiu confiança junto aos interlocutores e permitiu ao pesquisador alargar a amostra e, em certa medida, diversificar os entrevistados, já que pedia deliberadamente para que indicassem colegas com diferentes crenças pessoais e cargos. A participação em grupos sociais e vivência de seus cotidianos (igreja, time de basquete, almoços no refeitório) também ajudou o pesquisador a imergir no universo de análise.

Após a entrada no campo, usou o método tradicional de etnografia, a observação participante. Segundo o autor, este método tem a vantagem de gerar confiança e intimidade com o estudado, recolher informações diretamente (e não por documentos e entrevistas prontas) e acessar as práticas cotidianas, permitindo a vivência e observação da cultura analisada. Além das interações informais, conduziu entrevistas semiestruturadas organizadas em torno das biografias dos entrevistados, o que o permitiu acessar como cientistas nucleares reconciliavam religião, emoções e família com questões éticas e políticas de seus trabalhos. A parte estruturada (inicial) contava com perguntas gerais para introduzir o assunto, para depois passar a “ramificação” – perguntas direcionadas a identidade do indivíduo, como cargo, religião, função etc. – e, por fim, a “construção” – avanço em temas já debatidos em outras entrevistas para o aprofundamento de conhecimento do pesquisador sobre a temática.

Ainda que esta prática tenha ganhado espaço para estudar práticas cotidianas, a lógica de acesso ao campo para conviver com as elites envolvidas (*studying up*) em temas de RI (diplomatas, tomadores de decisões) é dificultada por inverter a lógica de poder tradicional na relação observador-observado da etnografia (estudando populações originárias ou grupos marginalizados). Outra diferença está no interesse das RI em conexões entre redes de ideias e pessoas (em detrimento de comunidades/grupos fechados, comum na etnografia). Isto rompe, em certa medida, com a etnografia clássica ao dar importância à comparação entre localidades (MONTSION, 2018).

Ainda assim, a etnografia pode ser uma ferramenta poderosa para explicar o comportamento de profissionais envolvidos com RI. Considerando a limitação da etnografia no estudo de elites, Nair (2021) propõe e aplica uma forma de *studying up* para analisar a atuação de burocratas e diplomatas em organizações internacionais.

Ao invés de focar apenas na técnica de observação participante ou entrevistas semi-estruturadas, ela implementa uma metodologia alternativa de *hanging out*. A metodologia implica práticas de “alcançar” indivíduos, e “construir relações” por meio de laços de reciprocidade e sociabilidade, chegando até a confrontar questões éticas. O processo foi desenvolvido convivendo com membros das organizações e se engajando em práticas lúdicas e interações sociais fora de seus locais de trabalho. Segundo ela, esta prática é vantajosa para estudar elites porque em situações informais os observados ficam mais relaxados, conseqüentemente, ficam mais tendentes a compartilhar experiências e relatos, gerar reciprocidade, e dar novos pontos para observação e informações de bastidores.

Tal adaptação, no entanto, é criticada por alguns autores. A partir de uma visão crítica desta interdisciplinaridade, Vrasti (2008) pontua que a abordagem interpretativa foi “importada” pelas RI nos anos 1990 de três formas, desconsiderando problemas epistemológicos e ignorando que a etnografia enfrentava críticas dentro de seu próprio campo.

A primeira abordagem elencada por Vrasti, adotada principalmente pelas teorias feministas em RI, é chamada de etno-empiricismo e propõe que, para estudar experiências da vida real, é necessário considerar relações de poder e ações sociais, objetivos politicamente ignorados pelo método científico tradicional. Ela menciona o trabalho de Carlo Cohn (1987) que usou a observação participante para a vivência com estrategistas nucleares nos Estados Unidos e, depois, utilizou a análise de discurso feminista para concluir que a linguagem nuclear (*nukespeak*) tem papel de legitimar a estratégia nuclear americana. Vrasti, no entanto, ressalta que tratar a etnografia como uma máquina para coleta de dados não é possível e que não é possível tratar o mundo social como um laboratório que o observador pode relatar sem se tornar um participante.

A segunda, que chama de “etnogra-sentir” (*ethnografeel*) sofreria do problema oposto, por sacrificar experiência de trabalho de campo em detrimento da estilização literária, abandonando as práticas de boa pesquisa no método etnográfico. A abordagem feminista implementada por Cynthia Enloe (2004) combina análise política com detalhes históricos, biográficos e anedóticos para gerar engajamento teórico e ação política. Apesar da inovação em temática e estilo, de fundir teoria e prática ou história e análise, e de desenvolver uma função de mobilização política, a total falta de trabalho de campo “objetificou” as vozes feministas, retirando sua subjetividade.

Por fim, outra adaptação às RI foi chamada pela autora de *ethnografia*, em que construtivistas sociais, carentes de uma metodologia própria, usaram seletivamente o método etnográfico para estudar práticas cotidianas e gerar um elo entre teoria e pesquisa como forma de garantir validade e/ou generalização dos achados. No entanto, Vasni (2008) argumenta que esta estratégia desconsiderou questões epistemológicas e ontológicas típicas da etnografia, como em relação aos fatores subjetivos no processo de interpretação da realidade social durante o trabalho de campo de observação participante e as responsabilidades políticas de considerar as especificações do discurso (quem, onde e quando fala? Sob quais restrições históricas e institucionais?).

Realmente, a etnografia tem sido utilizada como uma ferramenta de coleta de dados, sem necessariamente uma preocupação clara quanto a sua incompatibilidade com outras lógicas epistemológicas. No entanto, não seria adequado desconsiderar as potencialidades deste tipo de coleta de informações para complementar outros tipos de dados. Bjerre-Nielse e Glavind (2022) propõem a combinação de *big data*, um tipo de dado de exaustão – subproduto de outras atividades (não recolhidos para fins de pesquisa e cuja intenção não é necessariamente certificada pelo pesquisador) – com o dado etnográfico, qualitativo, aprofundado e que não segue um desenho fixo para sua coleta. A proposta apresenta as complementariedades entre as duas fontes de dados e o potencial de sua combinação; enquanto o último permite a observação de muitas variáveis em período longo, a primeira permite analisar um número muito extenso de indivíduos. Ainda que os autores apresentem um desenho de pesquisa para implementar a proposta que potencializa os dois tipos de fontes, com as descrições densas e a situação fática (*ground truth*) da etnografia sendo usadas para complementar e contextualizar as informações oriundas da coleta automatizada da *big data*, é um uso da etnografia que justifica as preocupações levantadas por Vrsti (2008) quanto ao uso da etnografia como mera ferramenta de coleta de dados

Ao analisar uso da etnografia na Ciência Política, Wedeen (2010) considera que cientistas políticos positivistas que conduzem trabalho de campo intensivo não seguiram os preceitos das análises estrutural-funcionalista mas, contraditoriamente, adotaram a abordagem interpretativa, desconsiderando problemas epistemológicos de buscar complementariedade entre a etnografia interpretativista e a teoria da escolha racional. Apesar da preocupação com o pro-

cesso de interpretação, seguem os estruturalistas ao tratarem linguagem por seu valor nominal e notas de trabalho de campo como dados brutos. Nesta linha, desconsideraram vários aspectos autoquestionados dentro da etnografia e a limitam ao uso do trabalho de campo como forma de coleta de dados, combinando-o com modelos formais ou estatísticos. Mesmo assim, o autor considera que a etnografia adiciona valor à Ciência Política pela provisão de *insights* sobre experiências vividas por atores, buscando conhecimento sobre as “microfundações da ação coletiva”, mesmo que observando e documentando ações triviais, relativamente incapazes de transformar o mundo.

Montsion (2018) apresenta três maneiras como a etnografia está contribuindo a trazer representações de práticas cotidianas ao estudo da política mundial. A pesquisa focada em práticas (*practice-focused research*) podem contribuir com as correntes críticas ao estudar práticas cotidianas nas RI e permitir o questionamento de senso comuns da disciplina ao centrar-se em indivíduos ao invés de Estados. É o caso da Escola de Paris, em estudos de segurança críticos, sobre o processo de globalização da insegurança posterior ao 11 de Setembro pela mudança das práticas internacionais e ao aumento de profissionais da área de segurança internacional, vigilância, militares etc.

A autoetnografia é uma escolha metodológica de pesquisadores que colocam suas práticas filosóficas ontológicas como inseparáveis do mundo. Assim, buscam analisar as estruturas do mundo social a partir de suas próprias experiências, mostrando como a subjetividade do pesquisador influencia seus resultados e, conseqüentemente, o desenvolvimento de conhecimento de uma maneira mais ética. Isto representa uma postura radical, se comparada ao tipo de pesquisa tradicional em RI, que defende a separação entre pesquisador e objeto. No entanto, representaria uma contribuição ao aumentar a consciência e a reflexividade sobre a abstração que define o campo de pesquisa, necessariamente moldado pelas próprias decisões e experiências dos acadêmicos (MONTSION, 2018).

Por fim, os estudos multi-situados (*multi-sited studies*) foram aplicados pelas correntes feministas. A proposta é uma forma de combinar perspectivas de diferentes grupos com temas globais e assim contribuir com conhecimento em RI, ao mesmo tempo em que abre campo para novos conhecimentos pormenorizados. Eles incluem o relacionamento das práticas de diferentes grupos para analisar suas implicações em RI, algo em certa medida contestado

na antropologia social. Por outro lado, a seleção das localidades também levou à emergência de críticas quanto aos critérios utilizados (MONTSION, 2018).

Ainda assim, as variações da aplicação da etnografia e o valor da experiência de trabalho de campo parecem prover justificativa de sua aplicação nas RI, superando debates teóricos sobre como aplicá-los, podendo levar o debate disciplinar a novas perspectivas quanto a normas metodológicas para trabalhos de campo e ao reconhecimento de como os achados podem ser gerados a partir de epistemologias diferentes (MONTSION, 2018).

Por outro lado, Vrasti (2008) pondera que as ambições da importação da etnografia às RI não foram alcançadas. A primeira seria a de gerar uma agenda empiricista emancipatória que combinasse um método científico mais engajado politicamente com epistemologias pós-modernas, mais precisas empiricamente. Tal tarefa teria se mantido incompleta por desconsiderar os debates etnográficos contemporâneos, como o processo interpretativo intrínseco, o paradoxo entre dar voz aos agentes sociais ao passo que não os transforma em agentes dos textos e outros problemas epistemológicos perenes da disciplina. Por isto, apenas uma visão reducionista e instrumentalista da etnografia permitiu sua aplicação para uma reforma disciplinar das RI. A segunda seria renovar as RI por meio de contribuições inter e multidisciplinares. Apesar da contribuição etnográfica ter servido a questionar o estado centrismo das RI, não gerou transformações nas categorias tradicionalmente usadas na disciplina. A limitação à teoria da ação racional coincide com a dimensão tempo-espacial da soberania dos estados, tornando o Estado único ator legítimo no SI, e garantindo a manutenção de sua centralidade e sua legitimidade moral. Assim, os estudos etnográficos tradicionais reforçam a ideia de que o estado da natureza é caótico, legitimando as molduras tradicionais de RI.

Gusterson (2008) critica a falácia do objetivismo e da redação em terceira pessoa a partir do uso da etnografia como mera ferramenta para coleta de dados, sem considerar quem os coletou e quem foi observado. Por mais que os métodos etnográficos tenham certo componente de informalidade e de improvisação, é rigoroso quanto ao respeito a questões éticas e quanto à necessidade de considerar as relações políticas e sociais subjacentes ao processo de coleta de dados e ao próprio desenvolvimento científico.

Assim, há uma clivagem epistemológica entre a dominante na Ciência Política/RI e da etnografia, já que a última considera não haver uma correspondência perfeita entre a realidade e sua representação, sendo a verdade sempre permeada por uma teoria da linguagem, pelo poder e pela ação política, enquanto a primeira considera que as interpretações são comunitárias (e não subjetivas ou individuais), podendo ser, portanto, replicáveis (WEDEEN, 2010)

Não há consenso quanto aos limites e contradições da integração entre etnografia e RI. Enquanto alguns argumentam que a etnografia pode ser apenas um dos modos de acesso a informações, uma forma útil de reunir dados para a prática da comunidade de pesquisadores de RI, outros consideram que não pode ser usada como uma ferramenta de pesquisa em RI porque rejeita os pressupostos onto-epistemológicos que tornam as RI possíveis (MONTSION, 2018).

Se, por um lado, as RI mantêm sua distinção pelas categorias conceituais e pela construção de um campo com objeto de estudo separado, tratando a pesquisa como algo como não normativo e livre de valores, por outro, isto torna a ordem internacional como instável e violenta. Assim, a etnografia serve para as correntes críticas colocarem as *mainstreans* em perspectiva pela análise das práticas cotidianas em RI, temas pormenorizados, e *links* pouco explorados entre cotidiano e internacional. Ademais, a própria antropologia clássica revelou muito sobre o colonialismo e o imperialismo como estruturas globais com consequências cotidianas sobre populações, conteúdos deixados de lado pela maioria do debate da disciplina de RI. Sua própria exclusão do debate representa o racismo estrutural na área (MONTSION, 2018).

De qualquer forma, a utilização da etnografia nas RI é um processo incompleto, em construção, mas que já trouxe aportes empíricos e desenvolveu o debate metodológico. É importante ao interessado em usar o método etnográfico em estudos de Ciência Política e RI, ao mesmo tempo abraçar a riqueza da experiência de trabalho de campo, e manter o controle analítico no momento da experiência de coleta de informações e na interpretação das notas de campo para apresentar os resultados da pesquisa, cumprindo com os pressupostos metodológicos da etnografia e seus compromissos éticos.

No Brasil, há um campo imenso a ser explorado com a utilização desse método. Não tenho conhecimento de trabalhos que o utilizaram para estudar diplomatas brasileiros, por exemplo, apesar

da imensa produção sobre o Itamaraty da literatura nacional. O principal desafio recai sobre a necessidade de fontes de financiamento e planejamento de longo prazo, algo incrivelmente desafiador devido aos constantes cortes orçamentários e incertezas que o pesquisador em RI costuma enfrentar no Brasil.

CAPÍTULO
6**METODOLOGIA QUANTITATIVA**

Os métodos quantitativos estão enraizados no estudo da Ciência Política e RI estadunidenses. Ainda que seja inacessível para boa parte dos pesquisadores brasileiros, atualmente, a mídia, partidos políticos, empresas, ONGs, entre outros, analisam nosso mundo através da utilização de informações em formato numérico. Assim, se torna cada vez mais difícil compreender temas essenciais em RI – economia, mudança climática, integração regional, capacidades materiais dos estados – sem um entendimento básico de estatística. Os números podem ser um valioso instrumento para medir fenômenos sociais e estabelecer diferenças entre objetos de estudos, visualizar tendências e organizar dados para identificar relações entre variáveis.

Para debater os métodos quantitativos, faço um breve histórico de sua utilização na área de RI e discuto suas características e pressupostos epistemológicos básicos. Na primeira seção do capítulo, apresentando critérios básicos sobre bases de dados e variáveis. Depois, na seção seguinte, apresento suas duas principais aplicações: modelos formais e estatísticos. A partir desta classificação, passo a centrar em modelos estatísticos, apresentando seus pressupostos básicos e as principais preocupações que pesquisadoras e pesquisadores devem ter para aplicar esta técnica, como erros de especificação e de inferência. Concluo ilustrando com algumas aplicações destas técnicas no Brasil.

Em termos históricos, inicialmente, a coleta de informações populacionais, como dados sobre habitantes, nascimentos, óbitos, distribuição populacional ou riqueza de indivíduos tinham finalidades tributárias ou bélicas. A partir do Século XVIII, a catalogação de dados numéricos passa a ser usada para fins científicos com o objetivo de chegar a conclusões sobre o todo (população) partindo da observação de partes deste todo (amostras) (CRESPO, 2002).

O uso desta metodologia é cada vez mais comum em RI. Apesar de iniciada durante a Guerra Fria, principalmente com a emergência do segundo grande debate (behaviorismo x tradicionalismo), os anos 1990 marcaram um significativo aumento na publicação de trabalhos usando esta abordagem, uma tendência que persiste. Esta transição também marcou um aumento no interesse das pesquisas sobre o papel da política doméstica e das instituições internacionais em moldar o sistema internacional, assim como a amplitude das questões abordadas. Estudos de segurança ampliaram o escopo para estudar estados falidos, guerras civis e genocídio, direitos humanos e meio ambiente. Apesar de perdurarem críticas sobre esta metodologia, considerando-a a-teórica, ela tem contribuído ao conhecimento empírico e, conseqüentemente, influenciado o debate teórico, com as teorias de RI se pautando no conhecimento adquirido a partir de estudos de amostra grandes. Assim, além de ter tornado possível testar proposições teóricas existentes, os estudos também permitiram a proposta de novos pressupostos e levantamento de hipóteses (MANSFIELD; PEVEHOUSE, 2008).

Como os métodos quantitativos estão geralmente relacionados com amostras grandes, é uma forma de obter ganho em generalidade e alcance inferencial, em detrimento do detalhamento e profundidade de conhecimento de cada caso individual. Assim, é adequado para compreender o efeito causal médio em uma população – os efeitos das causas – e não para explicar múltiplas causas de um fenômeno específico.

A lógica da metodologia quantitativa é dedutiva, já que proposições teóricas são testadas em dados empíricos, reunidos e codificados em forma numérica. Para além da análise de estatísticas descritivas, objetivam inferência preditivas sobre o comportamento de indivíduos ou Estados (LAMONT, 2015).

Na base dos métodos quantitativos, está a estatística, um “conjunto de técnicas para redução de dados quantitativos (isto é, uma série de números) para um número menor de termos descritivos mais convenientes e facilmente transmissíveis” (LEVIN; FOX; FORDE, 2012, p. 20). O uso da estatística inclui desde a descrição, através da identificação de tendências em dados obtidos (ordenar, categorizar, identificar a frequência), até a inferência, que pode ser usada para tomar decisões com base em dados de amostra para grupo maior em estudo. Nesse processo, é possível haver erros, de modo que o pesquisador deve verificar se inferência da amostra é válida para a população.

Esta abordagem se insere na epistemologia positivista, que defende que as hipóteses devem ser falseáveis. Para isto, as teorias e hipóteses devem ser operacionais, parcimoniosas (baseadas no mínimo possível de pressupostos), ter amplo alcance (para o teste empírico), bem delimitadas (população sobre a qual se desenvolve a inferência ser clara), coerentes (internamente consistente), e nítidas em relação a contrafactuais e comparações. Estas premissas permitem a realização de bons testes de hipóteses. Elas são mais facilmente cumpridas nos experimentos controlados, considerados pela lógica positivista como o padrão-ouro para inferências causais. No entanto, têm aplicação limitada em RI (por questões éticas, práticas ou orçamentárias); por isso, como alternativa, a metodologia quantitativa busca cumprir este padrão: simula experimentos através do controle das variáveis nos valores médios para observar a influência individual de cada variável independente sobre a dependente (GERRING, 2012).

Por isso, modelos estatísticos servem como alternativas menos precisas, porém viáveis. Tendo em vista que não podemos manipular variáveis em estudos sobre RI, modelos estatísticos permitem observar “todas essas causas presentes variando-as, registrando essas variações e procurando determinar, no resultado final, que influências cabem a cada uma delas” (CRESPO, 2002, p. 13).

Grande parte das críticas dos adeptos da metodologia quantitativa à qualitativa é que ela não cumpre esses pressupostos, impossibilitando um adequado teste de hipóteses. No entanto, é necessário compreender que as duas tradições metodológicas têm significativas diferenças para além desta. Ao contrastar as culturas qualitativa e quantitativa, Mahoney e Goertz (2006) apresentam pressupostos básicos da última. Sua concepção de causalidade é correlacional, sendo buscadas as causas que, em média, afetam os valores do resultado dentro de uma amostra grande a partir da teoria probabilística. Por isto, busca explicações univariadas e não o efeito combinado de várias causas. Tais efeitos são estimados para uma amostra suficientemente grande que possa ser representativa da população total que busca explicar; assim, deve-se buscar as variáveis mais influentes sobre esta população, com aquelas marginais (pouco influentes ou influentes em poucos casos) podendo ser consideradas como termo de erro.

Quanto à seleção dos casos, idealmente deve ser aleatória e a amostra se aproximar o máximo possível da população total. Dentro da amostra, *a priori*, todas as observações têm o mesmo

peso, com nenhum caso sendo considerado substantivamente mais importante em dada população; apenas um padrão pode ser usado para questionar uma teoria, não um caso isolado. Os únicos casos que devem receber atenção especial são os desviantes, pois podem distorcer os resultados estatísticos; eles servem para verificar a adequação do modelo estatístico. Mesmo assim, o fato de o modelo não explicar um caso isolado não é um problema, já que o foco é sobre o efeito médio de uma variável sobre o resultado; o objetivo é generalizar e não se centrar em explicações individuais (MAHONEY; GOERTZ, 2006).

Dados esses pressupostos, a aplicação da metodologia quantitativa tem algumas vantagens, dentre elas: 1) agregação de dados: permite análise de amplas bases de dados e a generalização dos achados entre períodos e países; 2) especificidade: exige ser explícito quanto aos pressupostos usados e pela tradução dos argumentos em uma linguagem estatística comum; 3) transparência: método força a esclarecer as escolhas no processo de codificação, e na apresentação e interpretação dos resultados, criando padrões para propor inferências a partir dos dados apresentados; 4) permite identificar se a associação entre variáveis ocorre ao acaso, tornando possível propor inferência causais a partir da investigação da probabilidade de associações relacionadas a este processo; 5) permite testar uma hipótese contra outra concorrente, comparando o poder explicativo delas (BRAUMOELLER; SARTORI, 2004).

6.1. OS DADOS E SEU TRATAMENTO

Para identificar padrões, avaliar tendências ou mesmo encontrar correlações, o pesquisador depende de uma base dados. Esta deve ter unicidade na forma de coleta e tratamento de dados, ou seja, recolher um conjunto de informações comparáveis de um mesmo grupo de unidades observáveis e através de um mesmo procedimento por meio de critérios replicáveis.

Ao grupo de unidades sob análise, nomeamos população. O estudo estatístico envolve analisar as características definidas desta população, sendo necessário definir um critério objetivo para pertencimento à população. Se não podemos coletar dados para a po-

pulação total, podemos coletar uma amostra (um subconjunto finito de uma população), que, desde que cumpridos critérios, podem representar a população (CRESPO, 2002). Em geral, em RI, a população é composta pelos Estados (seja do globo ou de uma região), mas pode variar. Por exemplo, nos *surveys*, a unidade é o indivíduo respondente; em estudos de guerras interestatais, os Estados ou as guerras em si; em estudos sobre cooperação, pode ser o número de tratados internacionais ou a participação em organizações internacionais, dentre inúmeras outras⁸.

São dois tipos básicos de forma de organização de bases de dados. Nos estudos de corte transversal, são examinadas variações entre unidades espaciais individuais – como cidadãos, países – para explicar como a variação entre elas se relaciona com a variável dependente. Já nos estudos de série temporal, há uma comparação da variação no decorrer do tempo de uma única unidade espacial (KELLSTEDT; WHITTEN, 2018). A combinação destes dois tipos de cortes cria o formato de dados em painel, quando há uma série temporal para cada registro de corte transversal do conjunto de dados. É o caso, por exemplo, de dados quanto ao envolvimento de diversos países em guerras (corte transversal) durante um período (série temporal) (WOOLDRIDGE, 2003).

Lima (2016) coloca que são dois tipos de fontes de dados: primárias e secundárias. Os dados de fontes primárias são aqueles recolhidos pelo próprio pesquisador a partir dos objetivos de sua pesquisa, permitindo maior liberdade para definir a forma e o alvo da coleta de dados de acordo seu tema de pesquisa. Esta coleta envolve alto investimento em recursos humanos e financeiros, já que pode incluir a construção de questionários, treinamento de pesquisadores para aplicação, acesso a uma amostra representativa da população alvo, tabulação das informações recolhidas e construção de um banco de dados, dentre outras tarefas. Este tipo de coleta, geralmente chamado de *survey*, busca mensurar opiniões, valores, percepções e relatos de experiências de indivíduos. As secundárias são as mais utilizadas, pois geralmente o acesso é gratuito e as bases estão prontas para o uso, não sendo exigidas as várias etapas de coleta e organização dos dados. Por outro lado, os dados podem não responder exatamente às demandas da pesquisa.

⁸ Vejam exemplos no Quadro 1, para compreender melhor a variação das unidades de análise.

Uma questão crucial na aplicação dos métodos quantitativos se refere ao processo de mensuração. Apesar de já termos brevemente analisado este tópico no capítulo 3, sobre desenhos de pesquisa, agora, vamos nos debruçar no processo de maneira mais aprofundada e direcionada a criação de variáveis. A mensuração é essencial porque é o elo entre o teórico e o empírico, em que ocorre a “transformação” de um conceito, ou um fenômeno em análise, em dados.

Uma primeira recomendação é sempre realizar anotações sobre o processo. No processo de apresentação de uma base de dados das variáveis utilizadas em uma pesquisa, uma pesquisadora deve explicar o que está sendo medido e de que forma. Por isso, é ideal registrar e relatar o processo pelo qual os dados são gerados, recolhidos, classificados. A sistematização de procedimentos garante transparência do processo, permitindo aos demais membros da comunidade científica identificar problemas de viés e de confiabilidade e, eventualmente, replicar os procedimentos (SÁTYRO; REIS, 2014). O cuidado no manejo e relato do processo aumenta a confiabilidade dos dados e dos resultados obtidos a partir de sua análise, revisão e manipulação.

A coleta de dados de várias unidades em um momento (corte transversal) ou de uma unidade para vários momentos (série temporal) gera uma variável, que é o conjunto de resultados possíveis de um fenômeno. Geralmente, são divididas em qualitativas – quando valores são expressos por atributos – e quantitativas – quando os valores são expressos em números (CRESPO, 2002).

Como as variáveis que representam os fenômenos internacionais são normalmente latentes, elas precisam de indicadores que as representem. Assim, uma etapa essencial na “transformação” de fenômenos sociais em indicadores é a operacionalização. Grosso modo, os indicadores devem representar um conceito e sua forma de medição deve capturar adequadamente um fenômeno social. Neste processo de operacionalização, parte-se do pressuposto de uma relação linear entre a variável e o indicador, algo que não necessariamente é uma representação exata da realidade. Em geral, este processo pode se basear em práticas de padronização (como usar o *log* de uma variável) que respondem antes a regras estatísticas do que a questões semânticas e conceituais (GOERTZ; MAHONEY, 2012).

Por exemplo, é muito complexo gerar uma variável para “medir” o comportamento internacional dos Estados e avaliar seu posicionamento em temáticas internacionais, por isso, muitos autores usam a observação das votações de Estados na Assembleia Geral das Nações Unidas para estimar as preferências latentes dos Estados. Existem várias formas de usar os dados das votações para medir, tais como avaliar a coincidência de votos entre Estados ou estimar modelos de pontos ideais (BAILEY; STREZHNEV; VOETEN, 2017). Para um debate sumarizado sobre os tipos de medição de preferências políticas a partir da observação das votações na Assembleia Geral das Nações Unidas e uma aplicação para avaliar a mudança na política externa dos Estados, veja Sposito (2019).

As variáveis servem, a depender do nível de mensuração, para três tarefas: 1) Classificar ou categorizar em termos nominais de mensuração; 2) estabelecer um ranking ou ordenar em termos ordinais de mensuração; 3) designar um escore em termos intervalares de mensuração (LEVIN; FOX; FORDE, 2012).

Os dois primeiros níveis estão dentro do grupo de variáveis qualitativas (que também podem – e devem – ser usadas em análises quantitativas). O primeiro nível de mensuração envolve nomear ou rotular (variável nominal), classificando casos em categorias. Neste tipo de classificação, cada unidade deve ser colocada em uma e apenas uma categoria, ou seja, as categorias não podem se sobrepor e devem de ser mutuamente exclusivas. Dados nominais não são ordenados ou colocados em escala hierárquica, mas meramente rotulados a fim de agrupar os casos segundo categorias, indicando uniformidade entre unidades dentro de uma categoria. Alguns exemplos comumente usados são: sexo, partido político, raça/cor (LEVIN; FOX; FORDE, 2012). Em RI, podemos classificar nominalmente Estados com base em seu continente. Assim, cada país de uma amostra deve ser incluído dentro de uma (e apenas uma) das categorias “continente” existentes (América, Ásia, África etc.). A partir da tabulação dos dados, podemos usá-los para contar a frequência relativa de cada grupo na amostra/população total, por exemplo, dos casos estudados, 34% estão localizados na América, 44% na África e 22% nos demais continentes.

O segundo implica ordenar casos em termos de grau (variável ordinal). A natureza da relação entre categorias ordinais depende da característica que o pesquisador busca mensurar. Assim como nas nominais, envolve a rotulação de unidades dentro de categorias, mas o nível ordinal proporciona informações sobre o ordenamento

das categorias, ainda que não indique a magnitude da diferença entre elas (LEVIN; FOX; FORDE, 2012). O Banco Mundial, por exemplo, classifica os países com base em seu nível de renda. Para o ano fiscal de 2023, as economias de baixa renda foram definidas como aquelas com PIB per capita da seguinte maneira: países com renda inferior a US\$ 1.085 foram classificados como de baixa renda; economias de renda baixa-média, entre US\$ 1.086 e US\$ 4.255; economias de renda média-alta entre US\$ 4.256 e US\$ 13.205; e economias de alta renda com PIB per capita superior a US\$ 12.376 (WORLD BANK, 2023). Conforme podemos observar, há uma ordem/hierarquia entre as escalas (diferente da classificação de Estados entre continentes), ainda que os intervalos entre as categorias não seja regular.

Por fim, a variável intervalar indica uma ordem das categorias e a distância entre elas, usando unidades de mensuração constantes que produzem intervalos iguais entre pontos da escala. Ela pode ser tanto quantitativa quanto qualitativa. No primeiro caso, podemos optar por, ao invés de usar categorias para classificar os países por renda, utilizar uma variável que assinale o valor da renda per capita de cada país, ou seja, definir qual a renda de cada país em valores absolutos de dólares. Aqui, a variação é constante entre as unidades da variável, podendo ser contínuas (assumem valores fracionados, como US\$ 1.000,45) ou discretas (valores inteiros, como unidades, centenas, milhares ou milhões de dólares, por exemplo). Por sua vez, também existem variáveis intervalares qualitativas, como é o caso da Escala de Likert, que assume cinco valores, sendo dois negativos, 1 neutro e dois positivos (variando entre -2 e 2 ou entre 1 e 5). Ela busca identificar se um indivíduo avalia positiva ou negativamente algo, representando o valor médio (0) uma avaliação neutra, os valores extremos (-2 e 2) a alta concordância/discordância e os valores intermediários (-1 e 1), uma concordância/discordância baixa (MUTZ, 2011). Ela é muito usada para avaliações de opinião pública, como são os casos de popularidade de presidentes ou governos. Nestes casos, ela costuma assumir as categorias “péssimo” (-2), “ruim” (-1), “médio” (0), “bom” (1) e “ótimo” (2).

A escolha do tipo de variável dependerá da natureza do objeto de estudo e dos recursos para a mensuração. É necessário manter em mente o objeto de análise, para avaliar se é adequado medir a manifestação de um evento em termos de classificação ou enumeração. Quanto ao objeto, a pesquisadora deve ter em mente as características e variações naturais da medida, o instrumento de medida a disposição, considerando se poderá capturar variações com

precisão e as limitações físicas e variações de juízo de suas observações (PEREIRA, 2004). Por exemplo, guerras não podem ser medidas em uma variável contínua (não existe “meia guerra”), já renda per capita, sim.

Ademais, há dois critérios usados para avaliar a confiabilidade da medida, que são precisão e acurácia. A acurácia é a validade ou capacidade da medida em representar o objeto, enquanto a precisão é fineza com que se realiza a medida. Costuma haver uma relação inversa entre elas. Uma variável medida com menor precisão pode ajudar a dar acurácia a ela (e, conseqüentemente, maior confiabilidade). Assim, o ganho de precisão, ainda que desejável, pode ocorrer em detrimento da acurácia (problemas de medição) (PEREIRA, 2004). Por exemplo, para medir o número de mortes em uma guerra (e assim ter uma forma de avaliar o tamanho ou importância de um conflito), deve-se considerar que poderá haver imprecisão na contagem (principalmente em eventos mais antigos), podendo ser uma alternativa interessante optar por fazer uma contagem por centenas de caso (caso avalie que não é possível capturar com precisão a variação real do número de mortes em determinadas guerras).

Outros critérios para avaliar a qualidade de uma medida são: validade (capacidade de medir o que se pretende), sensibilidade (capacidade de detectar o fenômeno analisado), especificidade (capacidade de detectar somente o fenômeno analisado), confiabilidade (reproduzir os mesmos resultados quando aplicado em condições similares), mensurabilidade (basear-se em dados disponíveis ou fáceis de conseguir), relevância (responder a prioridades de saúde) e custo-efetividade (os resultados justificam o investimento de tempo e recursos) (RIPSA, 2008).

O conjunto destas variáveis, que forma uma matriz de dados, deve atender a três princípios fundamentais e indissociáveis para uma base de dados adequada. 1) Princípio da integridade: não pode haver lacunas nos dados, sendo necessário para toda unidade de análise observada um registro (mesmo que a resposta seja “não consta”). 2) Princípio da comparabilidade: para cada variável, as alternativas de resposta devem sempre ser codificadas (determinadas) por um critério único e replicado, seja no processo de coleta, de modo pré-codificado (fechadas), ou após, durante a tabulação (quando de forma aberta). 3) Princípio da classificação: toda observação deve ter a resposta classificada em uma das alternativas de respostas que foram determinadas, que devem ser exaustivas e exclusivas, de modo a permitir a comparabilidade entre os casos

(GALTUNG, 1965).

Atualmente, já existe uma imensidão de dados sistematizados e públicos para estudar temas de RI. Assim, ainda que em muitos casos não seja necessário coletar dados e construir variáveis, um pesquisador ou pesquisadora precisa conhecer os tipos de variáveis, avaliar criticamente seu processo de operacionalização e identificar potenciais problemas em bases de dados. Eu convido interessados em explorar esses dados apresentando algumas fontes no Quadro 1. Nem de longe é uma lista exaustiva, mas inclui exemplos de diversas temáticas relacionadas às RI.

Quadro 1 – Exemplos de bases de dados em Relações Internacionais

Onde encontrar bases de dados para estudar as Relações Internacionais?

Em RI, são inúmeras as bases de dados, com informações sobre os mais diversos temas, sendo a maioria internacional. Para listar apenas algumas, é interessante iniciar com os dados congregados pelas Nações Unidas na *UNdata* <<http://data.un.org>>, com variáveis dos mais diferentes indicadores e acesso a outras bases da Divisão de Estatísticas da organização; o *Correlates of War* <<https://www.correlatesofwar.org>> reúne dados sobre capacidades materiais dos Estados, conflitos intra e interestatais, participação em organizações internacionais, dentre outras bases; a *International Military Intervention* <<https://www.k-state.edu/polsci/about/faculty-staff/intervention/>> sistematiza informações de eventos em que tropas de um país dentro de outros; o Banco Mundial <<https://databank.worldbank.org/>> congrega bases de dados sobre diversos indicadores econômicos e sociais (incluindo educação, demografia, nutrição, gênero e os mais variados indicadores econômicos); a base *Varieties of Democracy* <<https://v-dem.net/>> congrega dados sobre regimes políticos e nível da democracia em escala global; a *Threat and Imposition of Economic Sanctions* (TIES) <<https://sanctions.web.unc.edu/>> classifica e lista sanções e embargos internacionais; a *United Nations General Assembly Voting Data* <<https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/LEJUQZ>> reúne as votações dos países neste plenário, sendo muito usada como um correspondente ao comportamento deles em

política internacional; a *Country Memberships in Selected Intergovernmental Organizations and Accession to Selected Regional and Global Treaty Regimes* <<https://www.icpsr.umich.edu/web/ICPSR/studies/30541>> conglomeram dados de membresia de Estados em várias organizações internacionais; a *Quality of Governments* <<https://www.gu.se/en/quality-government/qog-data>> além de organizar informações sobre administração pública de vários estados, também combina sua base com diversas outras, facilitando o acesso a informações de outras bases; por fim, há dois *surveys* que cabe mencionar, o Brasil, as Américas e o Mundo <<https://cebrap.org.br/pesquisas/brasil-as-americas-e-o-mundo-opiniao-publica-e-politica-externa/>> com informações sobre elites e público em geral sobre RI do Brasil e o *Observatorio de Élités Parlamentarias em América Latina*, que congrega dados sobre a opinião de congressistas de vários países da América Latina <<https://oir.org.es/pela/>>.

Para aqueles que têm o Brasil como estudo de caso em RI ou política externa, por exemplo, cabe indicar as bases públicas nacionais, como a Ipeadata que reúne dados macroeconômicos <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>> e a Comexstat, com dados do comércio exterior brasileiro <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>.

Para especialistas em estudos regionais ou integração regional, organizações internacionais também disponibilizam dados sistematizados, tais como a União Europeia <<https://ec.europa.eu/eurostat/>> e a Cepal <<https://www.cepal.org/es/datos-y-estadisticas>> (dados de países da América Latina).

Por fim, cabe mencionar a existência de repositórios de bases de dados, como são os casos da *Harvard Dataverse* <<https://dataverse.harvard.edu>> ou da *Open Science Framework* <<https://osf.io/>>. Nestes repositórios, são encontradas bases de dados de diversas publicações, atendendo as boas práticas de transparência e replicação da pesquisa científica.

Importante: se for se aventurar nas bases de dados, lembre-se sempre de consultar o livro de códigos (*codebook*) da base para compreender o que cada variável mede e qual a métrica utilizada para codificá-la.

Fonte: Compilado pelo autor

6.2. BREVE INTRODUÇÃO AOS MODELOS FORMAIS E ESTATÍSTICOS

Como os métodos quantitativos se baseiam na coleta de dados para determinar se existe uma relação entre duas ou mais variáveis, isto pode ser feito tanto pela tentativa de prever o valor de uma variável com base no conhecimento do valor de outra (análise estatística) quanto pela modelagem da interação entre atores (modelo formal). A primeira busca realizar testes empíricos de hipóteses quanto à relação entre variáveis. A segunda teve início durante a Guerra Fria para avaliar cenário de altos riscos, como forma de auxiliar a tomada de decisões com base na criação de modelos que analisam o comportamento de atores a partir de pressupostos para simular o comportamento humano e que são replicados em repetidas rodadas de interação (LAMONT, 2015).

Os modelos formais usam a modelagem matemática para compreender a interação estratégica entre atores, e analisar possíveis escolhas e resultados delas. Os modelos requerem alto nível de abstração. O modelo básico mais comumente utilizado para fins didáticos é o Dilema do Prisioneiro, em que dois jogadores têm duas opções. Por exemplo, EUA e URSS em uma negociação para controle de armamentos nucleares devem optar entre consentir ou não um acordo. Nenhum dos lados tem certeza se o outro o cumprirá, o que representa a incerteza e insegurança tradicional da anarquia internacional (na analogia, é o dilema de prisioneiros sem comunicação entre si, quando pressionados a delatar seu companheiro). Os possíveis desfechos são: ambos consentem e reduzem (R), nenhum adere ao acordo e a paridade estratégica é mantida (NA), ou um lado consente enquanto o outro não (C), deixando o outro em vantagem (V). Os melhores resultados podem ser ranqueados assim: V-R-NA-C. Partindo do pressuposto que segurança internacional é considerada um jogo de soma zero, apesar do melhor resultado geral ser R, pelo fato de C ser a pior opção para um lado enquanto é a melhor para o adversário, os atores são incentivados a não consentir por ser a opção de menor risco (LAMONT, 2015).

Este formato do Dilema é o mais simples e é geralmente utilizado como exemplo de manual e para exercícios em práticas de ensino. No entanto, o mundo real é muito mais complexo. As teorias e modelos formais que buscam explicar as interações reais devem ser mais específicas para nos auxiliarem com a previsão de comportamento dos Estados. Por isto, ao desenvolver um modelo, é recomendado cumprir três passos. Primeiro, especificar precisamente

os correspondentes do mundo real do material bruto do modelo formal; como especificar quais recursos podem ser úteis a cada ator e quais os potenciais benefícios do desarmamento. Na especificação do modelo, deve-se deixar claro, por exemplo, o que significa cooperar (não adquirir armas ou diminuir armamentos?) e não cooperar (denunciar o tratado ou manter o *status quo*?). Por isto, em segundo lugar, apesar da simplicidade ser uma virtude, o modelo precisa ser complexo o suficiente ao ponto de explicar um fenômeno relevante e correspondente a realidade da política internacional. Terceiro, deve-se resolver indeterminações nos possíveis resultados das interações entre os atores no modelo através de “refinamentos de equilíbrio”. Este processo inclui a utilização de modelos estatísticos para retirar combinações de comportamento que levem a resultados improváveis ou não existentes no mundo real (BRAUMOELLER; SARTORI, 2004).

Os modelos estatísticos, por sua vez, buscam encontrar correlações entre variáveis. O objetivo básico é usar a inferência estatística para realizar previsões a partir da identificação de regularidades observadas nos dados. Para isso, é necessário controlar as demais causas potenciais de um resultado; apesar de não focar em especificidades e contextos, a definição do modelo estatístico deve estar atrelada a teoria.

A estimação recai sobre a associação entre a variável dependente (o resultado ou fenômeno de interesse) e as variáveis independentes (as causas deste resultado). Este impacto inclui a magnitude (o quanto a variação em uma unidade da variável independente gera de variação na dependente) e a direção do efeito (se ele efeito é direto ou inversamente proporcional), em termos *ceteris paribus* (“outros fatores permanecem iguais”), ou seja, com todas as demais variáveis independentes sendo mantidas constantes em seus valores médios.

Estes se inserem nos estudos observacionais, simulando experimentos, cuja aplicação é limitada em RI. São tentativas de observar a realidade em busca de conexões causais (X causa Y) a partir de diferentes valores de variáveis independentes já existentes no mundo real. Por não atender as premissas de um experimento, é uma correlação não significa necessariamente uma relação de causalidade (ainda que uma relação de causalidade depende da existência de correlação), afinal, nunca é possível garantir que não há outras possíveis causas da variável dependente (relação espúria) ou que haja causalidade reversa (Y causar X, ao invés do inverso) (KELLSTEDT;

WHITTEN, 2018).

Faço uma breve apresentação das regressões lineares e alguns de seus pressupostos básicos. Para fins didáticos, apresento as regressões bivariadas, as mais simples. Primeiro, é necessário ter em mente que, como dificilmente é possível trabalhar com dados da população, geralmente as inferências são feitas a partir de uma amostra da população de interesse (KELLSTEDT; WHITTEN, 2018).

O modelo estatístico básico para analisar os efeitos *ceteris paribus* de uma variável independente sobre a outra é a regressão linear. Uma equação simples que representa um modelo de regressão populacional é: $Y = \beta_0 + \beta_1 X + u$. Ela busca explicar Y (variável dependente) em termos de X (variável independente). Por sua vez, u representa o termo de erro, tudo que engloba o “não observado”, sendo composto por outros fatores (além de X) que afetam o resultado. Parte-se do pressuposto que esses fatores são aleatórios e relacionados a complexidade do comportamento humano, que essencialmente é errático. Se outros fatores em u são mantidos fixos, de modo que sua variação média é zero, então o X tem um efeito linear sobre Y , conseqüentemente, a variação em Y é β_1 (parâmetro da inclinação da relação X e Y) multiplicado pela variação em X . Por fim, β_0 é o parâmetro de intercepto, ou termo constante, representando o ponto em que X cruza Y em um plano cartesiano (WOOLDRIDGE, 2003).

A ideia básica da regressão é que estamos ajustando a melhor linha em um gráfico de dispersão de dados. Como estamos interessados em explicar a variável dependente, queremos que os valores do resíduo (distância vertical entre o Y e suas estimativas), sejam os menores possíveis. Como não queremos que os valores negativos e positivos se cancelem, soma-se o quadrado de seus valores (ou seus valores absolutos) e opta-se pela linha em que a soma dos valores é a menor. Assim se traça a linha que minimiza a soma dos valores dos resíduos ao quadrado, por isto, o nome de mínimos quadrados ordinários (MQO). As inferências em relação a população a partir de uma amostra têm variados graus de incerteza, que são considerados no teste de hipóteses. O ajuste geral é geralmente medido pela raiz quadrada média do erro, que dá uma medida da acurácia média do modelo na métrica da variável dependente; ela é basicamente a distância média entre os pontos dos dados no plano cartesiano e a linha de regressão (KELLSTEDT; WHITTEN, 2018).

Além da importância de um cuidadoso processo de mensuração, discutido no início do capítulo, existem dois grupos de problemas comumente desconsiderados na aplicação de modelos estatísticos: erros de especificação e de inferência. O primeiro se refere à relação entre o modelo e o mecanismo causal proposto pela teoria a ser testada. Para evitar este problema, primeiro, é necessário centrar-se não apenas nos cálculos de correlações, mas também na teoria que embasa a busca por esta correlação; segundo, especificar adequadamente a teoria, para que não seja nem imprecisa nem rasa; e, finalmente, garantir que o modelo seja preparado para se adequar à teoria e não o contrário. Assim, o foco deve sempre recair na teoria, ao invés de nos resultados estatísticos. Afinal, se a teoria é imprecisa, muitas associações entre variáveis podem se tornar consistentes a ela; por outro lado, se for muito simples, irá gerar poucas implicações para situações substantivas; nestes dois cenários, é preciso garantir que a teoria seja falseável. Por fim, o pesquisador precisa centrar a atenção no processo causal e nos dados ao invés de nas técnicas estatísticas. Enquanto a teoria é que deve determinar a lógica dos testes estatísticos, uma análise dos dados também permite identificar padrões que levantem a necessidade de analisar outras correntes/premissas teóricas ou perceber que a forma funcional do modelo estatístico é inadequada (BRAUMOELLER; SARTORI, 2004).

O erro de inferência ocorre na busca de encontrar resultados substantivos. Na busca incessante por significância estatística, pode-se perder de vista o julgamento da importância substantiva de uma variável, ou seja, a magnitude da relação das variações de X sobre Y. Por isto, deve-se avaliar se o teste de uma teoria revela informações importantes sobre a realidade. Será que uma variação completa (de 0 a 1) no índice de democracia do *V-Dem* gerar a diminuição nas chances de guerra em 0,5% é algo significativo no mundo real? Provavelmente não, já que uma variação tão ampla nunca ocorreu na prática e seu efeito é quase irrisório nas chances de guerra, ainda que esta associação possa ter alcançado significância estatística em um modelo. Outro mau costume é sempre seguir uma definição arbitrária quanto ao limiar para rejeitar a hipótese nula; é importante não desconsiderar possíveis achados substantivos mesmo que eles não alcancem uma régua pré-determinada (geralmente, quando valor- $p > 0,05$), sem analisar especificidades do modelo e da amostra (por exemplo, pode-se aceitar valores- p maiores em amostras pequenas). Ainda, o pesquisador pode ser pouco transparente

com seus resultados por meio do chamado *data mining*, quando estima testes estatísticos com diferentes combinações de variáveis e variações em codificações até encontrar significância estatística em alguma associação de variáveis. Também cabe mencionar o problema de omissão, que é o abandono precoce de uma teoria a partir de um primeiro resultado que a desconfirma; para isso, deve-se antes comparar com teorias alternativas, analisar suas complementariedades e somente abandoná-la quando emerge outra mais robusta. Por fim, o problema de comissão, que se refere ao teste estatístico com pouca micro-fundação. É o caso dos modelos chamados de *garbage can*, em que o pesquisador insere inúmeras variáveis em uma regressão, sem uma investigação profunda ou justificativa embasada em teorias sobre quais são aquelas que realmente importam e deveriam ser incluídas no modelo (BRAUMOELLER; SARTORI, 2004).

Ao utilizar modelos estatísticos, também é essencial estar ciente de que, por estimarem parâmetros sobre uma população desconhecida, há alguns pressupostos implícitos. Podemos separá-los em dois grupos: o componente de erro da população e a especificação do modelo (KELLSTEDT; WHITTEN, 2018).

Quanto ao primeiro, implica que o erro é normalmente distribuído com média igual a zero. Isto permite fazer inferências probabilísticas sobre o modelo de regressão da população a partir do modelo de regressão da amostra; grosso modo, significa que não há viés e o termo de erro é aleatório na amostra, seguindo a população que busca representar; mesmo que aceitemos que ele seja diferente de zero em alguns casos, nossa melhor aposta é sempre aquela que o valor deve ser zero. Outro pressuposto relacionado ao erro é que ele tem variação uniforme (homocedasticidade), o que significa que o modelo se adequa de maneira uniforme para todas as observações da amostra. Também partimos do pressuposto de não existir autocorrelação. É o caso em que o termo de erro para dois ou mais observações são sistematicamente relacionados entre si, quebrando o pressuposto de que o termo é aleatório; isto ocorre muito em modelos de série temporal. Por fim, há o pressuposto de que o X é medido sem erros, o que nos permite assumir que qualquer variação na linha de regressão se dá pelo componente de erro e não por problemas de mensuração de X (KELLSTEDT; WHITTEN, 2018).

São dois pressupostos básicos quanto a especificação do modelo. Primeiro, de que nenhuma variável causal foi deixada fora e de que variáveis não causais não foram incluídas, ou seja, o modelo deve englobar a totalidade de variáveis que representam as

causas reais de um resultado. Segundo, da linearidade paramétrica, ou seja, de que o parâmetro populacional β não varia, de modo que a relação entre X e Y é a mesma para todos os valores de X . Por fim, cabe mencionar dois requerimentos matemáticos mínimos: X deve variar, algo necessário para poder estimar como sua variação gera variação no resultado; o número de casos deve ser maior do que o de variáveis a serem estimadas (graus de liberdade) (KELLSTEDT; WHITTEN, 2018).

Muitas aplicações de modelos e regressões desconsideram o cumprimento de uma série destes pressupostos devido à complexidade de suas especificidades técnicas e o custo de entrada para compreender o imenso universo da estatística, geralmente estranho àqueles com formação em RI⁹. Ainda assim, o crescimento da preocupação com métodos e técnicas de pesquisa, o aumento na oferta dessas disciplinas nos programas de pós-graduação e a criação de cursos de curta duração têm auxiliado na evolução do debate e das críticas na aplicação destas ferramentas.

O projeto “O Brasil, as Américas e o Mundo”, que envolve uma rede internacional de pesquisa na aplicação de *surveys*, sistematização de dados e produção de relatórios e artigos, é um bom exemplo recente de avanço da pesquisa nacional com aplicação de métodos quantitativos. Outras iniciativas como esta são essenciais para dialogarmos com significativa parcela do debate internacional. A partir dos dados coletados, além dos relatórios que reúnem uma série de informações aplicáveis, seus pesquisadores conseguiram desenvolver trabalhos aplicando métodos quantitativos, representando um importante avanço para a literatura.

Fernandes, Freitas e Onuki (2021) utilizaram dados da opinião de brasileiros em relação aos países do BRICS para avaliar se a estratégia de *soft balancing* encontraria apoio na opinião pública. Por meio de estatísticas descritivas e modelos que controlaram para os efeitos de uma série de potenciais determinantes (tais como idade, nível de educação/renda e posição em temas como nacionalismo ou investimentos estrangeiros), os resultados mostraram que o posicionamento em relação a este grupo de países é semelhante à de outros parceiros relevantes, sem haver uma associação com a rejeição aos Estados Unidos, o que poderia minar a viabilidade do *soft balancing*.

⁹ Vejam exemplos no Quadro 1, para compreender melhor a variação das unidades de análise.

Pinheiro, Fernandes e Almeida (2021) também usaram estes dados e aplicaram métodos quantitativos para identificar os determinantes da opinião dos brasileiros quanto à inserção na economia internacional. Além de identificarem que os brasileiros são, em geral, mais favoráveis à abertura da economia, tais posições são motivadas tanto por questões econômicas como por valores políticos. Os resultados estão em consonância com padrões identificados em outros países em desenvolvimento, apontando também que o estudo permitiu dialogar com a comunidade epistêmica internacional.

Mesmo que no Brasil tenha dado os primeiros passos nessa direção, é um fenômeno recente e ainda embrionário. A maioria dos artigos nas revistas brasileiras sequer mencionam o método usado e não seguem a tendência internacional de utilização de métodos quantitativos, ainda raramente empregados no Brasil (CARVALHO; GABRIEL; LOPES, 2021). Obviamente, é necessário sempre considerar a adequação da aplicação de métodos quantitativos à pergunta de pesquisa, mas a quase inexistência de sua aplicação em pesquisas de RI no Brasil limita o escopo temático de nossa pesquisa, a generalização das inferências e o alcance das publicações.

**CAPÍTULO
7****MÉTODOS MISTOS OU ABORDAGENS
MULTIMÉTODOS**

As abordagens multimétodos (ou de métodos mistos - MM) têm se tornado cada vez mais comuns na Ciência Política e RI. Grosso modo, propõe a combinação das metodologias qualitativa e quantitativa como forma de complementação e corroboração das inferências alcançadas a partir de cada metodologia. Esta combinação marcou a emergência de uma nova agenda de pesquisa em metodologia; no entanto, o processo não ocorre sem um debate das suas implicações epistemológicas e ontológicas. O processo de formalização dos MM ainda é recente. No ano de 2007, houve o lançamento de um periódico científico da *Sage Publications*, intitulada *Journal of Mixed Methods Research* (JMMR), que representou um importante marco no processo de definição e utilização de MM.

Para discutir esta proposta de combinação entre as duas metodologias “puras” (qualitativa e quantitativa), eu começo o capítulo apresentando seu processo histórico de formação, relacionando-o à consolidação da metodologia. A partir da revisão da formação do campo, mostro as diferentes definições de MM que emergiram deste processo. Em seguida, exponho os argumentos favoráveis à metodologia e aos métodos/técnicas desenvolvido/as para sua aplicação em desenhos de pesquisa. Por fim, percorro as principais críticas aos MM devido às implicações epistemológicas e ontológicas da combinação entre metodologias contrastantes.

Em termos amplos, o uso dos MM está relacionado ao processo histórico que marcou os usos e as clivagens entre as metodologias qualitativa e quantitativa nas Ciências Sociais. Assim, enquanto a metodologia qualitativa predominou nos anos 1920 e 1930, a ascensão do behaviorismo na década de 1950 representou uma revolução no campo e a ocupação da posição central pela quantitativa. Após um período de reação da metodologia qualitativa nos anos 1980 e 1990, a virada do século foi marcada por uma reação a esta polarização, com a defesa de abordagens MM e tentativas de traçar

pontes entre as duas metodologias.

A primeira proposta de MM nas Ciências Sociais foi na Psicologia e se inseriu no contexto da revolução behaviorista com o conceito de *multitrait-multimethod matrix*. Depois, a ideia de triangulação ganhou proeminência nos 1960 e 1970, avançando na Antropologia, Sociologia e Educação, trazendo a percepção da conveniência dos MM devido às fortalezas e fraquezas existentes em desenhos de método único. Os anos 1970 também marcam sua emergência na Ciência Política, com propostas de utilizar estudos de N-pequeno como alternativa viável para gerar ou testar hipóteses, mas ainda pensadas como uma segunda melhor opção quando havia problemas com disponibilidade de dados ou de mensuração adequada em estudos quantitativos (AHMED; SIL, 2012).

Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007), em *Toward a definition of mixed methods research*, dão importante contribuição ao debate sobre a construção do conceito de MM. Suas primeiras aplicações remontam aos primeiros anos do séc. XX, quando antropólogos e sociólogos de campo combinaram as metodologias para estudo de comunidades. Na literatura de metodologia em Ciências Sociais, a primeira proposta partiu de Campbell e Fiske (1959, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007), com a formalização do uso de métodos de pesquisa múltiplos a partir da ideia de triangulação como parte do processo de validação, colocando a convergência dos achados como determinante no aumento da confiança na validade dos resultados.

No artigo, eles apresentam outros autores que anteriormente buscaram sistematizar as formas de utilizar a triangulação (conceito que representaria o protótipo de MM) como ferramenta metodológica. Retomo as contribuições de alguns. Denzin (1978, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007) listou quatro formas de triangulação: dados (diferentes fontes de dados em uma pesquisa); investigação (uso de pesquisas de diferentes metodologias sobre um tema); teoria (diferentes teorias para interpretar resultados de estudo); e metodológica (múltiplos métodos para estudar um problema de pesquisa). O autor também diferenciou triangulação intra (múltiplas abordagens quantitativas ou qualitativas) e entre métodos (combinação das duas metodologias). Tais estratégias serviriam para diminuir o viés inerente a qualquer fonte, investigador e/ou método, levando à convergência na verdade sobre um fenômeno social. Jick (1979, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007) foi outro a apontar as vantagens da triangulação: aumento da

confiança nos resultados; estímulo a estratégias criativas de coleta de dados; melhora na qualidade dos dados; integração teórica; descoberta de contradições; forma de testar teorias concorrentes. Greene *et al.* (1989, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007)) apresentaram cinco tipos de propósitos ou racionais de MM: a) triangulação (convergência dos resultados usando diferentes métodos); b) complementariedade (ilustração dos resultados de um método com os de outro); c) desenvolvimento (uso de um método para ajudar a informar outro); d) iniciação (busca de paradoxos para reformular pergunta de pesquisa); e) expansão (amplificar escopo da pesquisa). Finalmente, Morse (1991, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007) introduziu o debate sobre a sequência de aplicação das metodologias, diferenciando a simultânea (pouca integração entre fontes e dados na coleta, mas complementação dos achados) da sequencial (resultados de uma abordagem usados para o planejamento do uso da outra).

Essas propostas convergiram no sentido de apresentar um terceiro paradigma metodológico que busca integrar os dois 'puros'. Schwandt (2000, 2006, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007) criticou a 'guerra de paradigmas' metodológicos e a divisão entre duas tradições com base no argumento de que tal divisão seria nebulosa e que existiriam também divisões intra-paradigmáticas. Neste esforço de 'construir pontes', se somaram defensores da metodologia qualitativa reconhecendo a complementariedade entre as metodologias e defendendo o uso de todos os tipos de informações para solucionar problemas sociais/teóricos não resolvidos (JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007).

Não há consenso sobre o que significa ou se se inclui nos MM. No primeiro editorial do JMMR é apontada uma primeira diferença entre as denominações de MM. Por um lado, existem definições que relacionam o termo com a coleta e análise de dois tipos de dados (método); por outro, há definições que apontam à integração de duas abordagens de pesquisa (metodologia) que buscam integrar os achados de cada uma delas.

Giraud e Maggetti (2015) elencam três grandes categorias de MM: 1) uso de múltiplas metodologias que compartilhem um paradigma explicativo específico; por exemplo, diferentes tipos de pesquisa qualitativa; 2) desenhos que combinam análise estatística com estudos de caso e metodologias qualitativas baseadas em dados tais como entrevistas, documentos ou observação; 3) abordagens combinando métodos qualitativos convencionais com análises in-

terpretativistas ou construtivistas. No entanto, esta classificação dos autores não é nem exaustiva, nem exclusiva.

Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007) afirmam que, apesar de haver um relativo consenso quanto à justificativa de usar MM – uma forma de diminuir as incertezas inerentes às inferências – existem muitas definições deste conceito: multi-métodos, métodos múltiplos, pesquisa integrada, pesquisa mista, entre outros. Os autores consultaram 19 lideranças acadêmicas no debate sobre MM quanto a suas definições da metodologia, e separaram cinco dos componentes mais recorrentes como forma de identificar os elementos definidores e clivagens que permeiam o conceito/metodologia. Primeiro, as definições apontam para a necessidade básica de uma mistura entre as metodologias qualitativa e quantitativa. Segundo, quando ou onde ocorre tal mistura (fase), podendo ser desde a fase de coleta de dados, análise ou mesmo em todos os estágios da pesquisa. Terceiro, quanto à “largura” do conceito, ou seja, se a definição envolve somente a aplicação de MM na coleta ou todas as etapas da pesquisa. Quarto, a motivação de integrar as metodologias, que pode variar desde a ampliação da análise para melhorar descrição e compreensão, objetivo de corroboração/triangulação, ou uma combinação que envolveria validar e explicar achados de uma metodologia pela outra para aumentar a confiança nos resultados. Quinto, qual seria a orientação da definição, desde *bottom-up*, em que pergunta de pesquisa guia a abordagem mista, a *top-down* em que é levada pelo interesse do pesquisador em desenvolver uma pesquisa transformadora/emancipatória.

A partir deste extenso debate, os autores propõem uma definição ampla de MM que abarque suas diversas aplicações e norteie o avanço desta agenda de pesquisa, tratada como um terceiro paradigma ou metodologia de pesquisa (além de quantitativo e qualitativo): baseia-se na epistemologia pragmática; segue a lógica de métodos mistos de pesquisa; baseia-se na combinação de visões, coleta de dados, análise, técnicas de inferência qualitativa e quantitativa; é inclusiva quanto às realidades, recursos e necessidades sociopolíticas locais e mais amplas.

Considerando o argumento de King, Keohane e Verba (1994) de que nas Ciências Sociais a inferência sempre tem incertezas, o uso de MM se justifica pelo objetivo de diminuir as incertezas quanto à validade dos resultados encontrados. Por isto, em comum entre os entusiastas dos MM está a crença de que a combinação das metodologias é uma abordagem poderosa por permitir superar a

limitação de uma metodologia utilizando a outra.

Neste período, ganhou destaque a noção de que o uso dos MM seria uma estratégia desejável para limitar os erros relacionados a cada metodologia e validar transversalmente os achados. KKV propuseram princípios uniformes entre as metodologias quantitativa e qualitativa, mas baseados em princípios epistemológicos e conceitos mais próximos da primeira tradição. Isto acabou gerando um aumento do debate sobre problemas inerentes à metodologia qualitativa (AHMED; SIL, 2012).

Assim, parte deste processo de aproximação entre as tradições partiu de pesquisadores da tradição qualitativa. Conforme discutido no capítulo 3, o livro RSI compilou diversas reflexões e críticas a proposta de KKV. Segundo os organizadores, os MM não deveriam buscar uma unificação entre os sistemas metodológicos, mas o emprego adequado e diversificado de ferramentas de coleta e interpretação de dados, orientado ao problema da pesquisa. A crítica se centrou na principal recomendação de KKV: aumente o número de casos. Os autores consideram que há *trade-offs* mais complexos na seleção de casos, envolvendo na inferência descritiva decisões relacionadas a definição conceitual, tipologias, medição e validade, e na inferência causal, diferença na ontologia de causalidade e viés de seleção (BRADY; COLLIER, 2004).

George e Bennett (2005) apontam que o recente avanço nas técnicas e codificação nas metodologias qualitativa e quantitativa, a partir das críticas da tradição oposta, gerou discursos colaborativos a partir da percepção da complementariedade das metodologias. Uma nova geração de pesquisadores com treinamento e exposição a mais de uma metodologia facilitou a 'tradução' entre as diferentes formas em que fundamentos epistemológicos são incorporados pelas diferentes metodologias. O giro pós-moderno em vários campos também incentivou a colaboração entre diferentes metodologias. Os autores defendem que este diálogo entre metodologias é uma compreensão de que existem vantagens comparativas e complementariedades.

Bennett e Elman (2007) propõem sua aplicação a partir da combinação de estudos de caso com modelos formais ou análise estatística. Os primeiros serviriam para apontar problemas de mensuração em estudos estatísticos, identificar variáveis omitidas, destacar efeitos interativos ou indicar heterogeneidade na amostra.

Em uma crítica a KKV, Mahoney (2010) analisa os avanços re-

centes na metodologia qualitativa e apresenta o que chama de *New Methodology*. O autor debate a crescente recomendação de que os diferentes métodos não sejam vistos como competidores ou excludentes. Por isso, os achados de estudos que utilizam *process tracing* não podem ser substituídos por aqueles da análise quantitativa (ele serve para o oposto) e que o primeiro deve ser visto como uma complementação a outros métodos.

Gerring (2011) propôs uma moldura unificada com base em critérios fundamentais aplicáveis em diferentes graus a qualquer estratégia que busca estabelecer causalidade independente do dado ou método utilizado. A proposta envolve princípios uniformes de cientificidade, tais como coerência lógica, falseabilidade, generalização, parcimônia, que permitiriam a integração de achados gerados por diferentes métodos, algo potencialmente desejável devido à complementariedade entre as diferentes metodologias. Ainda que apresente princípios mais próximos da tradição quantitativa, o autor adota um posicionamento pragmático ao reconhecer a existência de *trade-offs* inescapável entre as metodologias e em sua combinação.

Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007) apontam que, na virada do século, na esteira do processo de pluralização paradigmática e metodológica no campo das RI (ver capítulo 3), houve a ascensão das mais variadas justificativas para a combinação. Dentre os autores, eles apresentam os trabalhos de Rossman e Wilson (1985, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007), em *Number and Words*, que fundamentam a combinação das metodologias diversas para: 1) confirmação e corroboração; 2) combinação para melhorar dados; 3) desenvolver novos modos de pensamento a partir dos paradoxos emergidos do uso de dois tipos de fontes de dados. Por sua vez, Sechrest e Sidana (1995, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007)), em *Quantitative and Qualitative methods* afirmam que o processo pode servir a: a) verificação; b) estimar ou identificar possíveis erros de medição; c) facilitar monitoramento da coleta de dados; d) sondar dados para determinar seu uso. Small (2011, *apud* JOHNSON; ONWUEGBUZIE; TURNER, 2007), em *How to Conduct a Mixed Methods Study*, justifica que pode ser tanto para a confirmação – verificar achados de outros tipos de dados para medir um mesmo fenômeno (triangulação) – quanto para a complementariedade, que seria uma tentativa de compensar a fraqueza de uma metodologia com o uso de um tipo de dado para interpretar os resultados da outra.

O crescimento dos pesquisadores e aplicadores dos MM le-

vou ao desenvolvimento de técnicas e propostas de como combinar as duas metodologias. Creswell e Creswell (2018) revisam seis estratégias básicas para adotar essa metodologia, classificadas com base em quatro categorias de critérios: implementação – qual dos métodos inicia a pesquisa; prioridade – se é dada prioridade a um deles; integração – momento em que se unem os dados; e perspectiva teórica – quando se analisa se esse ponto de vista está implícito ou explícito. As estratégias são: 1) explicação sequencial, dá prioridade à análise de dados quantitativos, seguida por qualitativos, com integração na fase de interpretação; 2) exploração sequencial: inversão das fases da estratégia anterior; 3) transformadora sequencial: duas etapas se sucedem, mas com liberdade para priorizar qualquer uma das análises; 4) triangulação simultânea, em que se utilizam métodos distintos para confirmar, validar ou corroborar resultados em um único estudo, tentando superar as fraquezas de um método utilizando as forças do outro; 5) seleção conjunta: há uma fase conjunta de coleta de dados, mas com um método predominando no projeto; 6) transformadora simultânea: propõe a adoção de uma perspectiva teórica específica com incorporação de elementos das duas estratégias anteriores.

Outro trabalho que se destacou é o de Lieberman (2005). O autor discute uma abordagem com base no método misto chamada de ‘aninhamento’, em que combina a análise estatística de uma amostra grande com a análise aprofundada de alguns casos de uma mesma amostra. O autor defende que, enquanto a análise de amostra grande (AAG) serve para dar luz a explicações rivais e como estratégia para a seleção de casos para a análise de amostra pequena (AAP), a última ajuda a melhorar a qualidade de instrumentos de mensuração e especificação dos modelos usados na AAG, enquanto esta pode servir como análise preliminar visando a estimar a força da relação entre variáveis de interesse e identificar quais variáveis merecem atenção na AAP. Complementarmente, a AAP pode servir para responder às questões não explicadas na AAG e identificar de maneira mais aprofundada os processos pelos quais as condições no ambiente (instrumentalizadas como variáveis na AAG) determinam a forma de ação dos atores. No entanto, o próprio autor considera que raramente há uma estratégia perfeita na seleção de casos para a AAP (mesmo a seleção aleatória tem desvantagens), sendo importante justificar as escolhas.

Em um capítulo de RSI, Tarrow (2004) debate os desafios de combinar as metodologias contrastantes. Ele argumenta que

a aderência a uma única abordagem limita o progresso científico, sendo recomendável sempre usar dados qualitativos para interpretar achados quantitativos. Para isto, apresenta recomendações de como usar ferramentas de cada tradição de maneira complementar. Primeiro, coloca que o *process tracing* pode ser usado para mostrar mecanismos causais subjacentes aos achados quantitativos, ou seja, não para 'acumular' observações, conforme proposto por KKV, mas em conjunção com quantitativos. O autor também critica a discriminação de KKV entre variáveis sistemáticas e não-sistemática por considerar que as segundas podem dar pistas dos momentos em que a interação entre variáveis de interesse se altera, representando interrupções nas séries temporais. Também considera que o uso de dados quantitativos pode servir para contornar uma fraqueza dos qualitativos (foco nos casos com resultado positivo), permitindo identificar a representatividade e temporalidade de casos individuais dentro de uma amostra maior. O sequenciamento entre as metodologias também pode servir tanto para testar percepções oriundas de uma tradição quanto para expandir achados da outra. Por fim, a triangulação é ideal para casos em que dados quantitativos são parciais e a investigação qualitativa é restringida por condições políticas, assim, possibilita o teste de duas hipóteses complementares e a diminuição das incertezas dos resultados, corroborando os resultados de uma pela outra metodologia.

Apesar do crescimento da aplicação, existem diferenças entre as tradições metodológicas que devem ser levadas em consideração quando se está combinando suas aplicações. Mahoney e Goertz (2006) exploram dez contrastes entre as duas metodologias. Primeiro, a abordagem da explicação, em que a (a) qualitativa propõe explicar as causas dos efeitos e a (b) quantitativa busca estimar os efeitos das causas (efeito médio de variáveis independentes). Segundo, a conceituação de causalidade, em que (a) busca causas necessárias e suficientes e (b) probabilidades e causas correlacionais. Terceiro, explicações multivariadas, em que (a) considera a causalidade INUS e (b) a causalidade aditiva. Quarto, equifinalidade, que é central em (a) e ausente em (b), já estima efeitos *ceteris paribus*. Quinto, a generalização, que é limitada em (a) para evitar heterogeneidade causal e ampliada em (b) para maximizar aproveitamento da estatística. Sexto, a seleção de casos é direcionada a casos com valor positivo na variável dependente em (a) e idealmente aleatória em (b). Sétimo, o peso das observações também varia, sendo um caso determinante para avaliação teórica em (a), enquanto todos têm importância equi-

valente a priori em (b), importando o padrão geral. Oitavo, considera o peso de casos substancialmente importantes, tendo alguns maior relevância teórica nos desenhos de pesquisa em (a), enquanto em (b) devem ser analisados casos desviantes, por seu efeito no modelo estatístico. Nono, a falta de ajuste leva à necessidade de exame próximo e explicação em (a), enquanto pode ser tratado como erro em (b). Décimo, enquanto (a) foca nos conceitos e suas definições, (b) centra na mensuração.

Além destas diferenças listadas, também existe a incompatibilidade epistemológica e ontológica entre as metodologias. Chatterjee (2013) analisa as consequências epistemológicas da ampla utilização da ontologia Humeana (base da teoria estatística) nas Ciências Sociais, cuja concepção de causalidade tem implícita a existência de leis causais gerais, desconsiderando implicações ontológicas. Dentro desta concepção, considerando as restrições de experimentos no campo (desenho de pesquisa adequado para identificar leis causais), a estatística seria a melhor forma de aproximação, implicando numa definição de causalidade relacionada a generalização. Dentro desta ontologia, estudos com amostras pequenas, em que há poucos casos e muitas variáveis, não seriam adequados, nem se justificariam desenhos comparados qualitativos, já que mesmo que se aumente o número de observações, não alcançaria amostras grandes, não permitindo uma generalização ampla, nem a observação de casos independentemente (condições ideais na quantitativa). A justificativa de usar estudos de casos para identificar mecanismos causais também não seria suficiente já que se manteria a contradição nas visões de causalidade das metodologias opostas, servindo apenas para multiplicar os “passos” da causa ao efeito entre variáveis que operam em sequência (conforme a lógica quantitativa).

A partir disto, discute uma concepção de causalidade não-regular/reducionista, ou seja, singular, em que explicação de um único evento pode contar como causalidade (não atrelada ao objetivo de generalização, portanto). Nesta ontologia, seria possível justificar estudos de caso, para traçar processos e caminhos causais para casos únicos, mas ainda seria limitada para o uso dos MM. A comparação com outros casos ou uso de estudos de caso como complementação não se justificaria, primeiro, por significar a transição para uma causalidade baseada na generalização; segundo, porque já existem ferramentas estatísticas para checar a robustez dos resultados. Um caminho possível para conciliar as ontologias implícitas às metodologias seria pelo abandono da visão regularista/reducionista de cau-

salidade, já que cada caso é um particular dentro do geral em que é incluído, ao passo que toda capacidade geral tem sua manifestação em arranjos particulares. Assim, uma forma de combinar as metodologias não seria usar procedimentos quantitativos para retirar casos de amostra grandes, mas estudar qualquer caso (com base em um conhecimento prévio) e explicar as implicações encontradas usando quantitativos, ou seja, seria buscar duas fontes independentes de evidência para explicar uma mesma pergunta de pesquisa.

Silva (2015), em “Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos em Ciência Política”, analisa dois desafios na combinação das metodologias: filosófico e prático. No primeiro, aponta a incompatibilidade entre as ontologias e epistemologias subjacentes a cada uma. As ontologias podem variar desde nominalistas (categorias são criações humanas) a realistas (existem independentemente dos indivíduos), enquanto as epistemologias podem ser classificadas de positivista (realidade social é regida por leis externas aos indivíduos, sendo objetiva e observável), pós-positivista (realidade é objetiva, mas a observação é influenciada pelo pesquisador), interpretativista (realidade social não existe, é apenas o produto da experiência intersubjetiva dos indivíduos, sendo o conhecimento dependente do contexto em que é construído) e humanista (a realidade social é totalmente subjetiva, construída a partir da mente humana). Enquanto as duas epistemologias positivistas estão associadas à ontologia racionalista/realista, as subjetivistas estariam relacionadas à relativista/nominalista.

Um caminho para os métodos mistos estaria na epistemologia pragmática, que considera que as Ciências Sociais não seriam capazes de acessar o mundo real através de um método científico único, sendo “um comprometimento com a incerteza, o reconhecimento que qualquer conhecimento ‘produzido’ através da pesquisa é relativo e não absoluto, que mesmo havendo relações causais, estas são transitórias e difíceis de identificar” (SILVA, 2015, p. 122), abandonando a divisão quantitativo/qualitativo. Ainda assim, tal proposta é criticada pelo autor, que considera o problema de tratar o conhecimento em termos instrumentais, o que resolveria os problemas de pesquisa, mas focando nos objetivos individuais do pesquisador e desconsiderando o imperativo da construção coletiva do conhecimento.

Quanto aos problemas de práxis, Silva (2015) coloca a diferença nos processos de mensuração/operacionalização dos conceitos/variáveis, processo nomotético na quantitativa (conceitos pré-defi-

nidos e constantes na pesquisa) e ideográfico na qualitativa (conceitos são construídos durante a pesquisa). Ademais, atenta para as variações epistemológicas e ontológicas relacionados aos diferentes tipos de abordagens qualitativas. Ele afirma que algumas variações dentro da tradição qualitativa seriam mais adaptáveis aos MM. Enquanto as pesquisas qualitativas, que são 'emuladoras do quantitativo' seriam mais adaptáveis por também buscarem falseabilidade, teste de hipóteses e análise contrafactual usando conceitos espelhados (variáveis), estudos de caso com rastreamento de processo (por sua limitada generalização e causalidade mecanicista) ou pesquisas com técnica booleana (por considerarem a possibilidade do indivíduo alterar o ambiente social ou por assumir causalidade determinística), teriam limitação na interlocução com a quantitativa. Por fim, o método interpretativista empírico, que considera que a realidade é socialmente construída com base na interpretação do pesquisador representaria a maior dificuldade de integração, por este posicionamento ser contrário à lógica de definição de conceitos *a priori* da quantitativa.

Ainda são extensos os desafios para aplicação de MM, mas o avanço é impressionante, considerando quão recentemente se intensificou o debate sobre suas aplicações e as implicações deste processo. Johnson, Onwuegbuzie e Turner (2007) colocam, como essencial, avançar em quais fases as metodologias podem se "misturar", quais estratégias são eficazes para a interação nos diferentes estágios, quais ontologias e epistemologias são adequadas, a definição de formas de aumentar a credibilidade e validade dos achados em MM, e formas de combinar as metodologias de maneira a complementar suas fortalezas e evitar a sobreposição de suas fraquezas. Novamente, sua aplicação é rara na América do Sul e no Brasil: de quase 8.000 artigos de 35 revistas da região, apenas 55 (1,5%) mencionam o uso desta metodologia; no Brasil, a metodologia representou 6,2% da amostra (MEDEIROS *et al.*, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Crescentemente, as revistas são mais criteriosas e exigentes quanto a apresentação de um desenho de pesquisa e da técnica aplicada. Ademais, ao passo em que o limite na oferta de vagas na carreira docente na área de Relações Internacionais é alcançado, a ocupação em vagas no mercado de trabalho é condicionada ao domínio de técnicas e ferramentas para análise de dados. As transformações, ora em curso, resultantes do advento da *Big Data* e da Inteligência artificial, com avanços espantosos nos últimos anos, têm tornado o domínio de técnicas um condicionante para um bom analista de RI. Por isso, é importante complementar a formação de graduação ou pós-graduação com cursos de curta duração em escolas de verão ou inverno (já existem alguns sendo oferecidos no Brasil)¹⁰, ou mesmo se aproveitando da vasta oferta de cursos online (em grande parte gratuitos) em universidades estrangeiras. Afinal, conforme destacam Albuquerque, Mesquisa e Lira Brito (2022), o nível e qualidade da atenção devotada aos métodos em programas de pós-graduação na área no Brasil tende a ser sub-ótimo e a produção científica em língua portuguesa ainda incipiente. Estes achados apontam, por um lado, que a formação complementar é necessária e, por outro, que mesmo no mercado editorial e nas revistas científicas nacionais há espaços a serem ocupados.

Houve muitos avanços desde a identificação de um potencial “calcanhar metodológico” no debate da Ciência Política no Brasil (SOARES, 2005), mas o problema persiste, especialmente para a produção em RI, já que, nem mesmo nos principais periódicos da área a metodologia é trabalhada consistentemente (CARVALHO; GABRIEL; LOPES, 2021). Alguns periódicos da área de Ciência Política e RI – Revista Política Hoje (Universidade Federal do Pernambuco), Revista de Sociologia e Política (Universidade Federal do Paraná) e *Brazilian Political Science Review* já estão se firmando como difusoras do debate de métodos, ocupando este relativo vácuo de produção na área no Brasil; outras se destacando por uma preocupação em publicar conteúdo com aplicação mais criteriosa de desenhos de pesquisa,

¹⁰ O *USP Summer School*, oferecido pela parceria entre o Departamento de Ciência Política e a International Political Science Association, a Escola de Métodos Quantitativos, da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Fundação Getúlio Vargas) ou a Escola de Verão, do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, congregam uma variedade de curta duração e são oferecidos no Brasil, de modo que podem servir como porta de entrada em métodos e técnicas de pesquisa em Ciência Política e Relações Internacionais para estudantes de pós-graduação no Brasil. Outros são mencionados no artigo de Figueiredo *et al.* (2021).

como a Dados – Revista de Ciências Sociais (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

Mas as mais importantes associações da área ainda carecem de espaços exclusivamente dedicados ao debate dos métodos. Ainda que os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) ou as Áreas Temáticas da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) mencionem metodologia ou métodos em seus resumos, não há uma específica para tratar o tema. Nas áreas temáticas da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) é quase inexistente a menção a métodos ou metodologia de pesquisa em suas descrições. Isto é sintomático e destoa das associações internacionais.

Neste livro, percorremos o básico que um pesquisador ou pesquisadora em Relações Internacionais precisa conhecer para interpretar (ou mesmo criticar) adequadamente resultados de pares. A partir desta introdução, o/a estudante também poderá identificar caminhos a seguir a partir de suas perguntas de pesquisa e onde encontrar material suplementar para avançar em sua formação em métodos de pesquisa na área de RI. Este deve ser considerado um primeiro passo na longa (e, idealmente, constante) caminhada de formação em métodos que um pesquisador ou pesquisadora em RI deve encarar durante a sua carreira.

Conforme discutido na introdução, além de nos atermos em uma análise introdutória, de apresentação das bases epistemológicas, ontológicas e metodológicas dos desenhos de pesquisa na área, é constante o surgimento de novas técnicas, principalmente na era do *Big Data* e da Inteligência Artificial. Ademais, o livro abarca apenas estudos observacionais, além de dar mais atenção à metodologia qualitativa.

Algumas reflexões básicas que devem ser tiradas da leitura do livro. De início, duas questões de escopo mais amplo. Primeiro, e mais importante, o método importa (e cada vez mais). A cabo, é o que diferencia o conhecimento popular da ciência. Segundo, o pesquisador deve ter em mente os fatores subjacentes a cada método adotado; há sempre questões epistemológicas e ontológicas, geralmente ignoradas, implícitas na adoção de cada tradição metodológica e técnica relacionada.

Depois, duas questões mais práticas na produção de conhecimento. Primeiro, o processo de avaliação crítica do conteúdo produzido por colegas, a emissão de pareceres e a construção acu-

mulativa do conhecimento em uma área também depende de uma formação básica em métodos de pesquisa. Para nos inserirmos no debate internacional, precisamos formar pesquisadores e pesquisadoras treinados em métodos e técnicas para aprimorar o nível da avaliação cega de pares nas revistas brasileira, alcançar publicações internacionais e, conseqüentemente, aumentar o impacto da nossa produção científica. Segundo, a opção por um ou outro caminho deverá ser feita com base na adequação à pergunta de pesquisa. Antes de pensar em encontrar respostas, a formulação de uma pergunta é tarefa primordial. Em atividades práticas de preparação de projetos de pesquisa, sempre me deparo com uma dificuldade consistente de estudantes em apresentar, seja redigindo ou oralmente, seus temas de pesquisa de maneira suscinta. Considero ser um sintoma de que a pergunta de pesquisa não está clara. Tal tarefa é também primordial para desenvolver um bom desenho de pesquisa, outra etapa algumas vezes ignorada por pesquisadores e pesquisadores em RI no Brasil.

Uma mudança significativa no debate metodológico requer uma construção coletiva e multidimensional, que está aquém das condições e/ou imperativos de um autor isoladamente. No entanto, espero ter contribuído com este curto volume para o avanço desse debate na área de Relações Internacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- AHMED, A.; SIL, R. When Multi-Method Research Subverts Methodological Pluralism—or, Why We Still Need Single-Method Research. **Perspectives on Politics**, v. 10, n. 4, p. 935–953, dez. 2012.
- ALBUQUERQUE, R. B. DE; MESQUITA, R.; LIRA BRITO, R. V. Methodological Obscurity: mapping methods training in graduate studies in International Relations and related areas in Brazil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 25 nov. 2022.
- AMORIM NETO, O.; MALAMUD, A. Presidential Delegation to Foreign Ministries: A Study of Argentina, Brazil, and Mexico (1946–2015). **Journal of Politics in Latin America**, v. 12, n. 2, p. 123–154, ago. 2020.
- AMORIM NETO, O.; RODRIGUEZ, J. C. C. O novo método histórico-comparativo e seus aportes à ciência política e à administração pública. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 1003–1027, dez. 2016.
- AVELINO, G.; DESPOSATO, S.; MARDEGAN, I. Transparência e Replicação na Ciência Política Brasileira: Um Primeiro Olhar. **Dados**, v. 64, p. e20190304, 14 maio 2021.
- BAILEY, M. A.; STREZHNEV, A.; VOETEN, E. Estimating Dynamic State Preferences from United Nations Voting Data. **Journal of Conflict Resolution**, v. 61, n. 2, p. 430–456, 1 fev. 2017.
- BEACH, D.; PEDERSEN, R. B. **Causal case study methods: foundations and guidelines for comparing, matching and tracing**. Ann Arbor, Mich: University of Michigan Press, 2016.
- BENNETT, A.; ELMAN, C. Case Study Methods in the International Relations Subfield. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 2, p. 170–195, fev. 2007.
- BERNHARD, M.; O’NEILL, D. Comparative Historical Analysis. **Perspectives on Politics**, v. 19, n. 3, p. 699–704, set. 2021.
- BETARELLI JUNIOR, A. A.; FERREIRA, S. DE F. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. Brasília: ENAP, 2018.
- BJERRE-NIELSEN, A.; GLAVIND, K. L. Ethnographic data in the age of big data: How to compare and combine. **Big Data & Society**, v. 9, n. 1, p. 205395172110698, jan. 2022.
- BRADY, H. E. Causation and Explanation in Social Science. Em: BOX-STEFFENSMEIER, J. M.; BRADY, H. E.; COLLIER, D. (Eds.). **The Oxford Handbook of Political Methodology**. 1. ed. [s.l.] Oxford University Press, 2009. p. 217–270.
- BRADY, H. E.; COLLIER, D. (EDS.). **Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards**. 1st. ed. Lanham, Md: Rowman & Littlefield

Publishers, 2004.

BRAUMOELLER, B. F.; SARTORI, A. E. The Promise and Perils of Statistics in International Relations. Em: SPRINZ, D. F.; WOLINSKY-NAHMIAS, Y. (Eds.). **Models, numbers, and cases: methods for studying international relations**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004. p. 129–151.

BULL, H. International Theory: The Case for a Classical Approach. **World Politics**, v. 18, n. 3, p. 361–377, 1966.

CARR, E. H. **Vinte anos de crise: 1919-1939: uma introdução ao estudo das relações internacionais**. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

CARVALHO, T.; GABRIEL, J. P. N.; LOPES, D. B. 'Mind the Gap': Assessing Differences between Brazilian and Mainstream IR Journals in Methodological Approaches. **Contexto Internacional**, v. 43, n. 3, p. 461–488, dez. 2021.

CASARÕES, G. The Evolution of Foreign Policy Studies. Em: AMES, B. (Ed.). **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. 1. ed. New York, NY : Routledge, 2019.: Routledge, 2018. p. 406–429.

CHATTERJEE, A. Ontology, Epistemology, and Multimethod Research in Political Science. **Philosophy of the Social Sciences**, v. 43, n. 1, p. 73–99, 1 mar. 2013.

CHERNOFF, F. Science, Progress and Pluralism in the Study of International Relations. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 41, n. 2, p. 346–366, jan. 2013.

COHN, C. Sex and Death in the Rational World of Defense Intellectuals. **Signs**, v. 12, n. 4, p. 687–718, 1987.

COLLIER, D. Understanding Process Tracing. **PS: Political Science & Politics**, v. 44, n. 04, p. 823–830, out. 2011.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 18. ed.; 1. tiragem ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Los Angeles: SAGE, 2018.

DE CARVALHO, B.; COSTA LOPEZ, J.; LEIRA, H. Introduction: Historical International Relations. Em: DE CARVALHO, B.; COSTA LOPEZ, J.; LEIRA, H. (Eds.). **Routledge Handbook of Historical International Relations**. 1. ed. Abingdon, Oxon; New York, N.Y.: Routledge, 2021. p. 1–13.

DE VAUS, D. A. **Research design in social research**. London; Thousand Oaks, Calif: SAGE, 2001.

DUNNE, T.; HANSEN, L.; WIGHT, C. The end of International Relations theory? **European Journal of International Relations**, v. 19, n.

3, p. 405–425, set. 2013.

ELMAN, C. Explanatory Typologies in Qualitative Studies of International Politics. **International Organization**, v. 59, n. 02, abr. 2005.

ELMAN, C.; ELMAN, M. F. Introduction: Negotiating International History and Politics. Em: ELMAN, C.; ELMAN, M. F. (Eds.). **Bridges and Boundaries: Historians, Political Scientists, and the Study of International Relations**. Belfer Center Studies in International Security. Cambridge, MA, USA: MIT Press, 2001. p. 1–36.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. **Writing ethnographic fieldnotes**. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2011.

ENLOE, C. H. **The curious feminist: searching for women in a new age of empire**. Berkeley: University of California Press, 2004.

FERNANDES, I. F.; FREITAS, V. R. A. DE; ONUKI, J. The BRICS and Brazilian public opinion: soft balancing or economic strategy? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, 29 nov. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. et al. Seven Reasons Why: A User’s Guide to Transparency and Reproducibility. **Brazilian Political Science Review**, v. 13, p. e0001, 12 ago. 2019.

FIGUEIREDO FILHO, D. et al. Metodologias de pesquisa em ciência política: uma breve introdução. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 94, 5 jan. 2021.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. **Métodos quantitativos em ciência política**. Curitiba: InterSaber, 2019.

FRENKEL, A.; AZZI, D. Cambio y ajuste: la política exterior de Argentina y Brasil en un mundo en transición (2015-2017). **Colombia Internacional**, n. 96, p. 177–207, out. 2018.

GALTUNG, J. La matriz de datos. Em: **Teoría y Métodos de la Investigación Social**. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1965. v. I, p. 1–34.

GEDDES, B. How the Cases You Choose Affect the Answers You Get: Selection Bias in Comparative Politics. **Political Analysis**, v. 2, p. 131–150, 1990.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GEORGE, A. L.; BENNETT, A. **Case studies and theory development in the social sciences**. Cambridge, Massachusetts London, England: The MIT Press, 2005.

GERRING, J. **Case Study Research: Principles and Practices**. Leiden: Cambridge University Press, 2006.

GERRING, J. The Case Study: What it is and What it Does. Em: GOODING, R. E. (Ed.). **The Oxford Handbook of Political Science**.

Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 1134–1166.

GERRING, J. **Social science methodology: a unified framework**. 2. ed. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2012.

GIRAUD, O.; MAGGETTI, M. Methodological pluralism. Em: BRAUN, D.; MAGGETTI, M. (Eds.). **Comparative Politics: Theoretical and Methodological Challenges**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2015. p. 125–153.

GOERTZ, G.; HAGGARD, S. Generalization, Case Studies, and Within-Case Causal Inference : Large-N Qualitative Analysis. Em: KINCAID, H.; BOUWEL, J. VAN (Eds.). **The Oxford Handbook of Philosophy of Political Science**. [s.l.] Oxford University Press, 2022.

GOERTZ, G.; MAHONEY, J. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences**. Princeton Oxford: Princeton University Press, 2012.

GORARD, S. **Research Design: Creating Robust Approaches for the Social Sciences**. 1 Oliver's Yard, 55 City Road London EC1Y 1SP: SAGE Publications, Inc., 2013.

GSCHWEND, T.; SCHIMMELFENNIG, F. **Research Design in Political Science How to Practice what they Preach**. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. D. M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 7, n. 1, p. 73–90, 2005.

GUSTERSON, H. Ethnographic Research. Em: KLOTZ, A. (Ed.). **Qualitative methods in international relations: a pluralist guide**. Research methods series. 1. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009. p. 93–113.

HEIJDEN, J. VAN DER. **Selecting Cases and Inferential Types in Comparative Public Policy Research**. Em: ENGELI, I.; ALLISON, C. R. (Eds.). **Comparative Policy Studies: Conceptual and Methodological Challenges**. London: Palgrave Macmillan UK, 2014. p. 35–56.

JACKSON, P. T. **The conduct of inquiry in international relations: philosophy of science and its implications for the study of world politics**. London; New York: Routledge, 2011.

JANNUZZI, P. D. M. **Indicadores socioeconômicos na gestão pública**. 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

JOHNSON, R. B.; ONWUEGBUZIE, A. J.; TURNER, L. A. Toward a Definition of Mixed Methods Research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 1, n. 2, p. 112–133, abr. 2007.

KELLSTEDT, P. M.; WHITTEN, G. D. **The fundamentals of political science research**. 3. ed. New York: Cambridge University Press,

2018.

KING, G.; KEOHANE, R. O.; VERBA, S. **Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research**. 1st. ed. Princeton, NJ: Univ. Press, 1994.

KOIVU, K. L.; DAMMAN, E. K. Qualitative variations: the sources of divergent qualitative methodological approaches. **Quality & Quantity**, v. 49, n. 6, p. 2617–2632, nov. 2015.

LAKE, D. A. Theory is dead, long live theory: The end of the Great Debates and the rise of eclecticism in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 19, n. 3, p. 567–587, set. 2013.

LAMONT, C. K. **Research methods in international relations**. 1. ed. Los Angeles: Sage, 2015.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, p. 235, set. 1989.

LAWSON, G. The Eternal Divide? History and International Relations. **E-International Relations**, 19 maio 2013.

LEVIN, J.; FOX, J. A.; FORDE, D. R. **Estatística para Ciências Humanas**. 11. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

LEVINE, D. J.; MCCOURT, D. M. Why Does Pluralism Matter When We Study Politics? A View from Contemporary International Relations. **Perspectives on Politics**, v. 16, n. 1, p. 92–109, mar. 2018.

LIEBERMAN, E. S. Nested Analysis as a Mixed-Method Strategy for Comparative Research. **American Political Science Review**, v. 99, n. 03, p. 435–452, ago. 2005.

LIMA, M. Introdução aos métodos quantitativos em Ciências Sociais. Em: MIRANDA, D. S. DE; ALONSO, A. (Eds.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo: CEBRAP, 2016. p. 10–31.

LITTLE, R. International Relations and the Methodological Turn. **Political Studies**, v. 39, n. 3, p. 463–478, set. 1991.

LOPES, D. B.; GABRIEL, J. P. N.; CARVALHO, T. 200 Years of International Relations in Brazil: Issues, Theories, and Methods. Em: **Oxford Research Encyclopedia of International Studies**. [s.l.] Oxford University Press, 2022.

MAHONEY, J. Toward a Unified Theory of Causality. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4–5, p. 412–436, abr. 2008.

MAHONEY, J. After KKV: The New Methodology of Qualitative Research. **World Politics**, v. 62, n. 01, p. 120–147, jan. 2010.

MAHONEY, J. The Logic of Process Tracing Tests in the Social Scien-

ces. **Sociological Methods & Research**, v. 41, n. 4, p. 570–597, nov. 2012.

MAHONEY, J.; GOERTZ, G. A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research. **Political Analysis**, v. 14, n. 03, p. 227–249, 2006.

MAHONEY, J.; THELEN, K. Comparative-historical analysis in contemporary political science. Em: MAHONEY, J.; THELEN, K. A. (Eds.). **Advances in comparative-historical analysis**. Strategies for social inquiry. New York: Cambridge University Press, 2015. p. 3–36.

MANSFIELD, E. D.; PEVEHOUSE, J. C. Quantitative Approaches. Em: REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. (Eds.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford handbooks of political science. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2008. p. 481–498.

MARCONI, M. DE A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDEIROS, M. DE A. et al. What does the field of International Relations look like in South America? **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59, n. 1, p. 1–31, 2016.

MESQUITA, R. Desenho de pesquisa, inferência e causalidade em Ciência Política e Relações Internacionais: uma introdução didática. **Revista Política Hoje**, v. 26, n. 2, p. 188–229, 31 dez. 2017.

MILL, J. S. **System of Logic, Ratiocinative and Inductive**. 1. ed. London: John W. Parker, 1843. v. 1

MONTSION, J. M. Ethnography and international relations: situating recent trends, debates and limitations from an interdisciplinary perspective. **The Journal of Chinese Sociology**, v. 5, n. 1, p. 9, dez. 2018.

MUTZ, D. C. **Political Psychology and Choice**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

NAIR, D. “Hanging Out” while Studying “Up”: Doing Ethnographic Fieldwork in International Relations. **International Studies Review**, v. 23, n. 4, p. 1300–1327, 1 dez. 2021.

ODELL, J. S. Case Study Methods in International Political Economy. **International Studies Perspectives**, v. 2, n. 2, p. 161–176, 1 maio 2001.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais**. Campinas: Edusp, 2004.

PINHEIRO, R.; ROSENBLATT, F. Pre-Analysis Plans for Qualitative Research. **Revista de Ciencia Política**, v. 36, n. 3, p. 785–796, 2016.

PINHEIRO, F.; FERNANDES, I. F.; ALMEIDA, M. H. T. DE. O bolso ou a ideologia? Determinantes da opinião dos brasileiros sobre globalização e livre comércio. **Opinião Pública**, v. 27, p. 509–548, 6 out. 2021.

PRZEWORSKI, A.; TEUNE, H. *The logic of comparative social inquiry*. Malabar, Fla: R.E. Krieger Pub. Co, 1982.

PUCHALA, D. J. **Theory and history in international relations**. New York: Routledge, 2003.

QUIRK, J. *Historical Methods*. Em: REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. (Eds.). **The Oxford handbook of international relations**. Oxford handbooks of political science. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2008. p. 518–536.

RAGIN, C. C. **The comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies**. 1st. ed. Berkeley, Calif.: University of California Press, 1987.

RAGIN, C. C. **Redesigning social inquiry: fuzzy sets and beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

REZENDE, F. DA C. Transformações Metodológicas na Ciência Política Contemporânea. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, p. 13–46, 24 dez. 2015.

REZENDE, F. DA C. O Pluralismo Inferencial na Ciência Política Pós-KKV (2005-2015): Argumento e Evidências. **Revista Política Hoje**, v. 26, n. 1, p. 241–277, 2017.

RIHOUX, B.; RAGIN, C. C. (EDS.). **Configurational comparative methods: qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques**. Los Angeles, Calif.: Sage, 2009a.

RIHOUX, B.; RAGIN, C. C. Introduction. Em: RIHOUX, B.; RAGIN, C. C. (Eds.). **Configurational comparative methods: qualitative comparative analysis (QCA) and related techniques**. Applied social research methods series. Los Angeles, Calif.: Sage, 2009b. p. xvii–xxv.

RIPSA (ED.). **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações**. 2. ed. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde, 2008.

ROHLFING, I. **Case studies and causal inference: an integrative framework**. 1. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

RÜSEN, J. **Reconstrução do passado: Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica**. Brasília: UnB, 2007.

SAGER, F.; ROSSER, C. *Historical methods*. Em: BEVIR, M.; RHODES, R. A. W. (Eds.). **Routledge handbook of interpretive political science**. London ; New York: Routledge, 2015. p. 199–210.

SANDES-FREITAS, V.; BIZZARRO-NETO, F. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. **Revista Política Hoje**, v. 24, n. 2, 2015.

SARTORI, G. Concept Misformation in Comparative Politics. **American Political Science Review**, v. 64, n. 4, p. 1033–1053, dez. 1970.

SÁTYRO, N. G. D.; D'ALBUQUERQUE, R. W. O que é um Estudo de Caso e quais as suas potencialidades. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 18 maio 2020.

SÁTYRO, N. G. D.; REIS, B. P. W. Reflexões sobre a produção de inferências indutivas válidas em ciências sociais. **Revista Teoria & Sociedade**, n. 0, 2014.

SCHENONI, L. L. Divide et Impera: la lógica realista de la unipolaridad Sudamericana. **Desarrollo Económico**, v. 57, n. 222, p. 253–276, 2017.

SCHENONI, L. L. The Argentina-Brazil Regional Power Transition. **Foreign Policy Analysis**, v. 14, n. 4, p. 469–489, 1 out. 2018.

SCHWELLER, R. L. **Deadly imbalances: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest**. New York: Columbia University Press, 1998.

SEAWRIGHT, J.; GERRING, J. Case Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. **Political Research Quarterly**, v. 61, n. 2, p. 294–308, jun. 2008.

SIL, R.; KATZENSTEIN, P. J. Analytic Eclecticism in the Study of World Politics: Reconfiguring Problems and Mechanisms across Research Traditions. **Perspectives on Politics**, v. 8, n. 2, p. 411–431, jun. 2010.

SILVA, G. P. DA. Desafios ontológicos e epistemológicos para os métodos mistos na ciência política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 115–128, 2 jun. 2015.

SIMIAND, F. Historical Method and Social Science. **Review**, v. IX, n. 2, p. 163–213, 1985.

SOARES, G. A. D. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 48, p. 27–52, 2005.

SPOSITO, I. B. Foreign policy change in Brazil: comparing Castelo Branco (1964-1967) and Fernando Collor (1990-1992). **Brazilian Political Science Review**, v. 7, n. 3, p. 118–144, 2013.

SPOSITO, I. B. Mudança na Política Externa dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos: Uma Análise Baseada nas Votações da Assembleia Geral das Nações Unidas. **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, v. 62, n. 4, p. 1–39, 2019.

SPOSITO, I. B. Aportes de la Política Comparada y de la Metodología Cualitativa al análisis de Política Exterior Latinoamericana. **Mural Internacional**, v. 13, p. e67318, 21 dez. 2022.

SPOSITO, I. B.; GABRIEL, J. P. N.; ARTIOLI, M. Como selecionar casos a partir de diferentes alegações de causalidade. **Revista de Sociologia e Política**, v. 30, p. e022, 2022.

STREECK, W. Epilogue: comparative-historical analysis: past, present, future. Em: MAHONEY, J.; THELEN, K. A. (Eds.). **Advances in comparative-historical analysis**. Strategies for social inquiry. New

York: Cambridge University Press, 2015. p. 264–288.

TARROW, S. Bridging the Quantitative-Qualitative Divide. Em: BRADY, H. E.; COLLIER, D. (Eds.). **Rethinking social inquiry: diverse tools, shared standards**. 1. ed. Lanham, Md: Rowman & Littlefield Publishers, 2004. p. 101–110.

TUCHMAN, G. Historical Methods. Em: LEWIS-BECK, M. S.; BRYMAN, A.; LIAO, T. F. (Eds.). *The Sage encyclopedia of social science research methods*. Thousand Oaks, Calif: Sage, 2004. p. 462–464.

VRASTI, W. **The Strange Case of Ethnography and International Relations**. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 37, n. 2, p. 279–301, dez. 2008.

WÆVER, O. The rise and fall of the inter-paradigm debate. Em: SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Eds.). **International Theory**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 1996. p. 149–185.

WALTZ, K. N. **Theory of international politics**. 1. ed. Boston, Mass: McGraw-Hill, 1979.

WEDEEN, L. Reflections on Ethnographic Work in Political Science. **Annual Review of Political Science**, v. 13, n. 1, p. 255–272, maio 2010.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introductory econometrics: a modern approach**. 2. ed. Australia; Cincinnati, Ohio: South-Western College Pub, 2003.

AUTOR DO LIVRO



Italo Beltrão Sposito é professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) no Bacharelado em Relações Internacionais desde 2015, tendo sido coordenador do curso entre 2016 e 2018. Desde 2022, atua como presidente do Núcleo Docente Estruturante do curso. Sua formação inclui mestrado e doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), tendo recebido bolsa FAPESP. Especialização em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Foi professor Visitante no Programa de Estudios Internacionales da Universidad de la Republica (Ude-laR), Uruguai, durante seu pós-doutorado (2019-2020). Também trabalhou com mobilidade acadêmica internacional e projetos de internacionalização do ensino superior na Assessoria de Relações Exteriores (AREX) Unesp, entre 2012 e 2015. Foi representante da Região Norte no Fórum de Coordenadores da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), entre 2017 e 2018, e, desde 2023, é vice coordenador da Área Temática de Análise de Política Externa. Pesquisa nas subáreas de Análise de Política Externa, Política Comparada e Metodologia de Pesquisa.



EDUFT

Conhecimento na palma da mão